



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 05/03/2021 a 08/03/2021





Índice

Tribuna do Norte | RN

RN inicia conversas para novas relações comerciais com o Reino Unido

Notícias – 05/03/2021 8

Estadão | DF

Faltam componentes para um terço das montadoras em operação no País

Notícias - 06/03/2021 9

Estadão | DF

Piora da pandemia faz corretoras indicarem ações mais 'defensivas'

Notícias - 06/03/2021 10

Estadão | DF

Legislativo, MP e Judiciário 'escapam' do ajuste da PEC

Notícias - 06/03/2021 11

Estadão | DF

Parlamentares inflam valor de emendas

Notícias - 06/03/2021 12

Estadão | DF

'Episódio Petrobrás deu um susto grande nos investidores'

Notícias - 06/03/2021 13

Estadão | DF

Empresas apostam em frota menos poluente

Notícias - 06/03/2021 14

Estadão | RJ

CVM confirma processo para investigar suposto 'insider trading' da Petrobrás

Notícias - 06/03/2021 15

Folha de São Paulo | DF

Governo deve permitir adiar por 4 meses recolhimento do FGTS

Notícias - 06/03/2021 16

Folha de São Paulo | SP

Novas restrições devem aumentar desemprego e falência, dizem setores

Notícias - 06/03/2021 17

Folha de São Paulo | SP

'Se fizermos muita besteira, o dólar vai a R\$ 5', disse Guedes há um ano; hoje, moeda vale R\$ 5,68

Notícias - 06/03/2021 18

O Globo | DF

Conta de luz deve subir no ano 15,5%

Notícias - 06/03/2021 19

O Globo | DF

Auxílio pode ficar para abril se votação atrasar

Notícias - 06/03/2021 20

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Entidades criticam decreto estadual anunciado nessa sexta (05)

Notícias - 06/03/2021

21

Tribuna do Norte | RN**Novas restrições valem até o próximo dia 17 de março**

Notícias - 06/03/2021

23

Tribuna do Norte | RN**Sem seguir toque de recolher, Natal decreta novos horários para o comércio**

Notícias - 06/03/2021

24

Tribuna do Norte | RN**Movimentação portuária do RN cai 18,78% em 2020**

Notícias - 06/03/2021

26

Tribuna do Norte | RN**Porto de Natal tem queda de 8,8% nas cargas movimentadas**

Notícias - 06/03/2021

27

Estadão | DF**Com auxílio, consumo de alimentos por mais pobres cresce 8% em 2020**

Notícias - 07/03/2021

28

Estadão | DF**PicPay escolhe a Nasdaq para a sua oferta de ações**

Notícias - 07/03/2021

29

Estadão | DF**Governo barra novo cadastro para auxílio**

Notícias - 07/03/2021

30

Estadão | DF**Meta ambiental vira parte do salário**

Notícias - 07/03/2021

31

Estadão | DF**Na pandemia, renda e saúde mental são mais afetadas**

Notícias - 07/03/2021

32

Folha de São Paulo | RJ**Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais**

Notícias - 07/03/2021

33

Folha de São Paulo | SP**Pandemia acelera ecommerce, mas não destrói lojas físicas**

Notícias - 07/03/2021

34

Folha de São Paulo | SP**Mulher vira o jogo e já ganha mais que homem**

Notícias - 07/03/2021

35

Folha de São Paulo | SP**Com inflação das carnes e queda na renda, ovo ganha status de prato principal na pandemia**

Notícias - 07/03/2021 36

O Globo | DF**Dona da Positivo avança no setor de ensino**

Notícias - 07/03/2021 37

O Globo | SP**Precarização**

Notícias - 07/03/2021 38

Tribuna do Norte | RN**Serviços concentram maior número de empresárias**

Notícias - 07/03/2021 39

Tribuna do Norte | RN**Mulheres comandam 32% dos negócios no Rio Grande do Norte**

Notícias - 07/03/2021 40

Tribuna do Norte | RN**Uso de gás natural sobe 13% no Rio Grande do Norte**

Notícias - 07/03/2021 41

Blog do Heitor Gregório | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio entende que os Municípios devem disciplinar horários de funcionamento do comércio e não os Estados

Notícias - 07/03/2021 42

Grande Ponto | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços

Notícias - 07/03/2021 43

Blog do BG | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio RN afirma que é competência de municípios disciplinar horários de funcionamento de comércio, serviços e turismo

Notícias - 07/03/2021 44

Blog Thaisa Galvão | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio lembra que competência para definir horários é dos municípios

Notícias - 07/03/2021 45

Blog Robson Pires | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN

Em nota, Fecomércio (RN) repudia ações arbitrárias

Notícias - 07/03/2021 46

Estadão | DF**Executivos miram cursos de programação para liderar equipes e dar 'up' na carreira**

Notícias - 08/03/2021 47

Estadão | DF**Bom momento da pecuária sustenta venda de insumos**

Notícias - 08/03/2021 48

Estadão | DF**Negócios se unem sob a ótica feminina**

Notícias - 08/03/2021 49

Estadão | DF**Certificado busca incentivar mulheres em conselhos**

Notícias - 08/03/2021 50

Estadão | DF**Mulheres no conselho: algo raro na Bolsa**

Notícias - 08/03/2021 51

Estadão | DF**'Diversidade na liderança traz inteligência coletiva'**

Notícias - 08/03/2021 52

Folha de São Paulo | DF**Falta de pagamento de contas de água e luz bate recorde em dezembro, diz Serasa**

Notícias - 08/03/2021 53

Folha de São Paulo | DF**Avanço da reforma tributária sofre atrasos**

Notícias - 08/03/2021 54

Folha de São Paulo | DF**País se despede de Selic a 2% após efeito limitado na dívida**

Notícias - 08/03/2021 55

Folha de São Paulo | SC**Licença-maternidade precisa mudar para incentivar mulher no trabalho**

Notícias - 08/03/2021 56

Folha de São Paulo | SP**Retomada econômica deve ter ação de incentivo a mulheres**

Notícias - 08/03/2021 57

Folha de São Paulo | SP**Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado**

Notícias - 08/03/2021 58

Folha de São Paulo | DF**Empreendedora no Brasil encara crise, machismo e dupla jornada**

Notícias - 08/03/2021 60



O Globo | DF
Serviços agonizam
Notícias - 08/03/2021

61

RELATÓRIO

Na página 23 do clipping, a matéria do jornal Tribuna do Norte detalha as recomendações do Governo do Rio Grande do Norte para tentar conter a disseminação do novo coronavírus. O decreto estadual 30.388/2021, estabelece regras para o funcionamento do comércio e de outras atividades econômicas, além do toque de recolher das 20h às 6h. Em texto na página 21 do clipping, a Fecomércio e outras entidades e representantes do setor produtivo criticaram as restrições do Governo do Estado, alegando que a extensão no horário do toque de recolher causa prejuízos ao segmento. A Fecomércio emitiu uma nota onde afirma que é competência dos municípios disciplinar os horários de funcionamento do comércio, serviços e turismo. Por sua vez, a Prefeitura de Natal decidiu não seguir as restrições do Estado, decretando medidas próprias para a contenção da pandemia no município. Saiba mais na página 24 do clipping.

Hoje, Dia Internacional da Mulher, o jornal Folha de São Paulo destaca que a retomada econômica deve ter ação de incentivo a mulheres. A diretora-executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Cida Bento, aponta que o valor de R\$ 250 mensais que vem sendo cotado para o novo auxílio é insuficiente, e defende o mínimo de R\$ 600. O valor ajudaria a mitigar as consequências do alto número de mulheres desempregadas. Confira o texto completo na página 57 do clipping.

O Estadão destaca que, no ano da pandemia, os brasileiros no geral aumentaram o consumo de alimentos dentro de casa, e os mais pobres conseguiram colocar uma quantidade maior de comida no prato. O aumento desse consumo foi resultado da injeção de cerca de R\$ 300 bilhões na economia em 2020 pelo auxílio emergencial. O texto, na página 28 do clipping, revela que o volume de itens consumidos entre as camadas de menor renda, classe D e E, cresceu 8% em relação a 2019. Já o jornal Folha de São Paulo aponta que, com a inflação das carnes e queda na renda, o ovo ganhou status de prato principal na pandemia. Saiba mais na página 36 do clipping.

A redução do auxílio emergencial e o alto nível de desemprego no país devem levar a um aumento do número de inadimplentes neste ano. O jornal Folha de São Paulo destaca que os grandes bancos de capital aberto (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) já reservaram mais de R\$ 93 bilhões em provisões em 2020, um aumento de 52,9% em relação ao observado no ano anterior, como forma de se precaver diante desse cenário. A demora de três meses entre o fim dos pagamentos do auxílio emergencial, em dezembro, e o começo da alta nos calotes acontece porque a dívida só é considerada inadimplente depois de 90 dias, antes do prazo os credores consideram o débito como atrasado. Confira detalhes na página 58 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: RN inicia conversas para novas relações comerciais com o Reino Unido **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-inicia-conversas-para-novas-relaes-a-es-comerciais-com-o-reino-unido/504390>

RN inicia conversas para novas relações comerciais com o Reino Unido

matéria: 02/10/2021, 15:15:00

A saída do Reino Unido da União Europeia - Brexit - abriu novas fronteiras de negócios entre a Grã Bretanha e o Brasil. Acordos de Livre Comércio já estão na pauta de governos e empresários. De olho nessa janela de oportunidades, o Rio Grande do Norte pode ser beneficiado. Através do LIDE - Grupo de Líderes Empresariais - RN e do LIDE Reino Unido, foi criada uma agenda positiva para estreitar as relações comerciais com a Europa.



Créditos: Divulgação/Assessoria SEDEC

"Definimos uma agenda e o LIDE RN, em parceria com o LIDE UK (Reino Unido), vai trabalhar para eliminar possíveis barreiras e dificuldades existentes", destacou o jornalista Jean Valério, presidente do LIDE RN, que recebeu, nesta quinta-feira (4) e sexta-feira (5), o presidente do LIDE UK, Breno Silva, para uma conferência com autoridades do RN.

Durante o encontro híbrido, parte presencial e parte virtual (por videoconferência), realizado na Secretaria de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, no Centro Administrativo, secretários de estado e líderes empresariais apresentaram as oportunidades de negócios do RN para o representante britânico. Turismo, agronegócio, energia, saneamento, mineração e infraestrutura foram alguns setores citados para gerar novos negócios.

"O Reino Unido está de olho e quer investir no Rio Grande do Norte. Neste encontro, foram apresentadas todas as potencialidades do estado, como turismo, agronegócio, energia, saneamento, mineração e infraestrutura. Foram identificadas diversas oportunidades para ampliar as relações comerciais entre os dois países", completou Jean Valério.

O presidente do LIDE Reino Unido gostou do que viu e disse estar disposto a colaborar com a conexão anglo-brasileira. "O Brasil é prioridade para o Reino Unido. E o LIDE estará trabalhando para identificar oportunidades e conectar. Estou muito impressionado com o potencial do Estado do Rio Grande do Norte. Vamos construir uma agenda objetiva em busca da geração de negócios", ratificou Breno Silva.

Parada Estratégica

Secretário de Agricultura, Guilherme Saldanha destacou, dentro as potencialidades do agronegócio potiguar, a fruticultura, o camarão e o polo atuneiro. E citou também a posição estratégica da Inglaterra, especificamente, para empresas exportadoras do RN. "O Reino Unido é um mercado interessante. A última parada dos navios que saem do Porto de Natal é na Inglaterra. A gente tem empresas que conseguem atender redes de supermercados ingleses, o que demonstra o padrão de qualidade, com certificados ambientais, trabalhistas, enfim, atendendo todas as exigências", revela Guilherme Saldanha.

Em sua explanação virtual, durante o encontro, Aninha Costa, secretária de Turismo, reforçou o potencial do setor no estado e citou como exemplos de oportunidades de negócios para investidores britânicos, o empreendimento do professor e empresário Paulo da Paula na praia de Pitangui, litoral Norte do RN, e a praia de Baía Formosa, no litoral Sul.

Nenhum setor ou atividade, no entanto, funciona sem infraestrutura. "A infraestrutura é um elemento muito importante. É o que dá suporte ao desenvolvimento econômico do estado. E, infelizmente, temos um déficit muito grande neste setor. Daí a necessidade de parcerias, de contarmos com investimentos externos, sabendo que a potencialidade que o RN tem o qualifica para receber estes investimentos", explica Gustavo Rosado, Secretário de Infraestrutura do Governo do Estado, que se colocou à disposição e solicitou a intermediação com fundos de investimentos e um fundo soberano do Reino Unido.

Energia Renovável

Maior produtor de energia eólica do Brasil, com capacidade de 4.066 MW, segundo a ABCEólica, o Rio Grande do Norte concentra as 14 maiores empresas do setor no país. Região favorecida por ventos fortes, o Nordeste é responsável por 89% da produção de energia eólica do Brasil.

"Todas as empresas presentes do Rio Grande do Norte estão dando lucro", fez questão de enfatizar o secretário de Desenvolvimento Econômico do Governo Fátima, Jaime Calado, que ressaltou, além da segurança jurídica, a qualificada mão de obra, muito em função dos Institutos Federais distribuídos no RN. Polo da energia eólica no estado, o município de João Câmara, na região Agreste, conta com uma unidade do IFRN.

A próxima meta, segundo ele, será a construção do "Porto Industrial". O secretário enfatizou ao presidente do LIDE UK que o estado e mais especificamente o setor de energia renovável é uma grande oportunidade de negócios para os investidores britânicos. "E em 2030, o RN será o grande polo de energia limpa, com energia eólica, solar e hidrogênio verde. O estado tem um potencial imenso", destacou o secretário.

Durante o encontro, o secretário adjunto da SEDEC, Silvio Torquato, fez questão de revalor ao presidente do LIDE UK, a afinidade comercial histórica entre o estado do Rio Grande do Norte e a Inglaterra. Ela lembrou alguns investimentos ingleses do século passado, no setor da Indústria Têxtil, em dois trechos de linhas férreas (Natal-Recife e Mossoró-Souza/PB) e a Companhia Força e Luz (energia), além de companhias de telefonia e telecomunicações.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Faltam componentes para um terço das montadoras em operação no País **Impacto:** Neutro

B1 | SÁBADO, 6 DE MARÇO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.

TEGRA

Máquinas paradas. GM, Fiat, Honda e Renault puxam lista de fabricantes de carros que já paralisaram total ou parcialmente as suas fábricas por períodos de cinco dias a dois meses; além da escassez de peças, problemas de logística contribuíram para as paralisações

Faltam componentes para um terço das montadoras em operação no País

Eduardo Laguna

A crise de abastecimento, que vem há meses limitando a produção de praticamente todas as fábricas de veículos, evoluiu para um quadro de interrupções cada vez mais frequentes e prolongadas nas montadoras. Dos 12 grupos fabricantes de carros de passeio em atividade no Brasil, 4 foram obrigados a paralisar total ou parcialmente suas fábricas por períodos de cinco dias a, pelo menos, dois meses.

General Motors (GM), Fiat, Honda e Renault já fazem parte de uma lista que ganha a cada semana um novo nome por causa da irregularidade no suprimento de peças. O motivo está não apenas nas limitações da capacidade de fornecedores em atender à demanda acima do normal das fábricas, mas também nos desarranjos no transporte dos materiais provocados pela pandemia.

O que começou com microparasas — ou seja, interrupções pontuais de produção — transformou-se em ajustes que, por não haver solução rápida, levam as montadoras a chamar os sindicatos para discutir alternativas às demissões.

A solução negociada na GM foi a suspensão de contratos de trabalho, o chamado lay-off, por pelo menos dois meses nas fábricas de São José dos Campos (SP) e Gravataí (RS). Na unidade paulista, 600 trabalhadores entram em lay-off na segunda-feira, quando começa a suspensão do segundo turno de produção da linha onde são montados o utilitário esportivo TrailBlazer e a picape Sio.

Em Betim (MG), como o acordo coletivo não previa a possibilidade de lay-off, a Fiat decidiu dar, a partir da próxima quarta-feira, férias de dez dias para menos de 10% dos funcionários da fábrica. Conforme o sindicato local, será suspenso no período o segundo turno de produção dos modelos Argo e Mobi. A montadora do grupo Stellantis confirma as férias, mas não divulga os modelos atingidos.

As dificuldades da indústria de automóveis começaram com a falta, principalmente, de aço, materiais plásticos e pneus, mas agora envolvem também componentes eletrônicos, o que agravou o problema, uma vez que a escassez de chips, responsável por paradas de montadoras em todo o mundo, não deve ser resolvida antes de seis meses. Em fevereiro, a fábrica da Honda em Sumaré, no interior paulista, foi a primeira a desligar as máquinas em razão da falta de eletrônicos. A montadora suspendeu atividades na semana anterior no carnaval e voltou a parar nos dez primeiros dias deste mês.

Outrem, durante a apresentação dos resultados da indústria no mês passado, a direção da Anfavea, entidade que representa as montadoras, adiantou que o

ano inteiro será de muita "emoção" na produção de carros.

De lado dos fornecedores, a explicação é de que a volta dos consumidores após o primeiro choque da pandemia pegou as montadoras com estoques baixos: "Algumas montadoras pararam e venderam bem o estoque para fazer caixa quando veio a crise. Fizemos a lição de casa de retornar rapidamente a produção, mas os pedidos chegam em volume acima do que geralmente é encomendado por elas. É difícil dar conta", diz Klaus Curt Müller, presidente da Anip, associação que representa os fabricantes de pneus.

Atrasos de logística também



Logística. Estoques mínimos poderão ser repensados

têm sido feitos em linhas que operam em sistema de estoques mínimos de materiais, o "just in time". Empresários da indústria dizem que, com a diminuição das frotas de caminhões, fica mais difícil contratar navios que fugam rotas diretas ou de poucas escalas até os portos do Brasil. A alternativa do transporte aéreo, além de ser cara, também é limitada pela menor oferta de voos.

"A crise está trazendo um aprendizado de como organizar estoques. O mundo trabalha com o 'just in time', mas talvez no 'novo normal' outras soluções terão de ser avaliadas. O estoque custa, mas para a li-

nha por não ter material custa muito mais. Imagina pagar, digamos, 5 mil funcionários que não estão sendo aproveitados", comenta Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea.

Produção. Com o ritmo reduzido pela falta de peças, a produção das montadoras caiu 3,5% no mês passado em comparação com fevereiro de 2020. Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, 197 mil veículos foram montados em fevereiro, o volume mais baixo dos últimos sete meses. O resultado também corresponde ao pior fevereiro na atividade do setor desde 2016.



OBRAS EM ANDAMENTO

A Tishman Speyer traz um novo ícone para o Jardins



APARTAMENTO DECORADO DE P&M

178m²
3 SUITES

R. Oscar Freire x R. Dr. Melo Alves x R. Chabad x Av. Rebouças.

Em um dos apartamentos mais nobres do Jardins, próximo ao CJ Shops e a tudo de melhor que o bairro tem a oferecer.

Obras assinadas por artistas brasileiros como Vick Muniz, Athos Bulcão e Raul Morão, entre outros. Tecnologia e foco em bem-estar, com bike sharing, espaço wellness e muito mais.

ACESSO EXCLUSIVO POR UMA ALAMEDA ARBORIZADA

PIEÇA AGUÇADA COM RUA DE 25M E BORDA INFINITA NO ROÇEPTOR

LOUÇAS E METAIS KOHLER

FITNESS NO ROÇEPTOR E QUADRA DE SQUASH

E MAIS 3 ITENS EXCLUSIVOS DE ALTO PADRÃO DE ACABAMENTO.

Conheça também os apartamentos de 91m², 266m² e duplex com 196m².

FORMA DE SUA

NOSSO TIME ESTÁ PREPARADO

www.alamedajardins.com.br

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Piora da pandemia faz corretoras indicarem ações mais 'defensivas' **Impacto:** Neutro

B2 | **Economia** | SÁBADO, 6 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

broadcast de olho nas ações

Piora da pandemia faz corretoras indicarem ações mais 'defensivas'

Renato Carvalho

Com a piora dos números da pandemia de covid-19 no Brasil, inclusive com aumento nas restrições de circulação em Estados importantes como São Paulo, as corretoras voltaram suas recomendações para ações consideradas mais "defensivas", ou seja, que têm geração de receitas mais estável ou com menor dependência da atividade econômica doméstica.

A Genial Investimentos é um exemplo da tendência. Sua carteira para março teve uma mudança visível de perfil, na comparação com as indicações feitas em fevereiro. A corretora fez quatro alterações, com a retirada de Boa Vista ON, Mitre ON, Rumo ON e Vulcabras ON para a inserção de ações consideradas mais sólidas como B3 ON, Gerdau PN, Itaú Unibanco PN e Suzano ON. A corretora manteve somente Locaweb ON.

"Em fevereiro, apesar do desempenho negativo, conseguimos ter boa performance relativa em nossas carteiras, frente a seus benchmarks. Diante das incertezas, o melhor que podemos fazer é sermos mais conservadores e isso será representado em nossas recomendações. Sou o tipo de investidor que prefere pagar um pouco mais caro para ter ao menos algum retorno maior à frente", afirma Filipe

Destques

Melhores altas entre as ações indicadas na última semana

AÇÃO	VAR. SEMANAL	AV. 12 MESES	VALOR ATUAL
PetroRio ON	13,7%	2	100,06
Rumo ON	12,2%	2	20,31
Vale ON	10,6%	10	100,21
Usiminas PNA	9,5%	1	17,79
Ferbase PN	9,3%	1	20,60

Para todas as indicações das corretoras de NY, consulte o site www.estadao.com.br

Villegas, analista da Genial, em carta que acompanha as recomendações.

A Plummer trocou toda a carteira. Concentrou as recomendações nos setores de energia elétrica e saúde.

Até a semana passada, a lista era composta por BB Seguridade ON, Etec ON, Randon PN, Stioqia ON e Via Varejo ON. A partir da próxima semana, será formada por CTEEP PN, Engie ON, Hapvida ON, Odontoprev ON e Vale ON.

A Vale inclusive é a recomendação mais comum em todas as listas enviadas à COLUNA. Segundo a CM Capital, que também recomenda a compra da ação, a mineradora ainda tem oportunidades estratégicas com seus planos de controlar caixa, implantar práticas ESG (sigla para ações de cunho social,

ambiental e de governança) e atingir 400 milhões de toneladas de capacidade ao fim de 2022.

A Easyinvest diz que a forte demanda da China continua sustentando os preços do minério de ferro. "O fato é que, com o preço da commodity neste nível, cria-se enorme potencial de geração de caixa para a Vale em 2021, somado à expectativa de retorno de pagamento dos dividendos aos acionistas", diz o time da corretora. Para março, a Easyinvest trocou Multiplan ON por BRF ON.

O Modalfins trocou toda sua carteira, composta agora por Banco ABC Brasil PN, Camil ON, Gerdau PN, Lojas Americanas PN e Minerva ON.

A Guide fez três alterações, com as saídas de BTG Pactual Unit, ETF LBMA Ouro Unit e Klabin Unit e as entradas de Marfrig ON, São Martinho ON e Via Varejo ON.

A XP também fez três trocas, reafirmando Gafisa ON, Lojas Americanas PN e Totvs ON e selecionando Braskem PNA, Eletrobras ON e Klabin Unit.

A Ativa Investimentos trocou Eneva ON e Unipar Carbocloro PNB por Santander Brasil Unit e SulAmérica Unit. A Miras Asset também fez duas mudanças, com as saídas de Gerdau PN e Santos Brasil ON, e as entradas de GSN ON e Marfrig ON.

A MyCap fez uma troca, de B3 ON por Magazine Luiza ON, que também foi selecionada pela Órama Investimentos em sua lista para a próxima semana, no lugar de BTG Pactual Unit.

Artigo

Alertas sobre a MP da Eletrobrás

ADRIANO PIRES

Depois de muitas idas e vindas e quando parecia existir um consenso de que não haveria privatização/capitalização da Eletrobrás, o governo apresenta uma MP, na tentativa, dentre outras, de recuperar a imagem de ser um governo liberal.

A privatização e/ou capitalização da Eletrobrás é desejável e fundamental ante a falência da capacidade de investimento da empresa e do estado atual do setor elétrico brasileiro. Estamos com bandeira amarela desde o início de 2020, no auge do chamado período tímido. A questão dos reservatórios já se arrasta há anos. Não dá mais para culpar apenas a "hidrologia ruim" ou a falta de sorte. Existem fatores estruturais que precisam ser endereçados. O resultado de adiar o enfrentamento das verdadeiras questões estruturais pode ser um aumento contínuo e significativo das tarifas.

No entanto, o formato e o instrumento anunciados pelo governo na MP 1.021 não parecem ser os mais adequados.

O primeiro é que capitalização não é privatização. A União passa a ter uma goldenshare ou que representa risco político e desvaloriza a empresa. Após episódio da demissão do presidente Castello Branco da Petrobrás, fica mais difícil o investidor acreditar na isenção da União na gestão das empresas. Ou seja, o modelo de empresas de capital misto parece não funcionar no Brasil, o que nos leva a duvidar se esse modelo de corporação com uma presença significativa da União e de goldenshare não terá os mesmos problemas do modelo de capital misto.

O segundo ponto é a ênfase dada na redução da tarifa de energia, ainda mais num contexto de que teremos elevações significativas em 2021. Caso a real intenção seja reduzir as tarifas, o livro-tento recomenda que seja feito através de políticas públicas claras, financiadas abertamente pelo Tesouro, ou mudanças nas relações entre o mercado cativo e o livre. Nos últimos anos tivemos um subsídio explícito do consumidor cativo em direção ao livre que precisa ser corrigido. No passado, vimos que a tentativa de reduzir os preços de energia pela MP 579/2012 foi desastrosa, e sentimos os efeitos até hoje. De outubro de 2012 a setembro/13 a energia residencial caiu 14,78%. Nos 12 meses seguintes, outubro/13-setembro/14, subiu 14,72%. Em novembro/14 já tinha acumulado alta

de 18% zerando a queda. Em janeiro/15 a energia já tinha subido 28,45%, mais do que compensando a redução. De outubro/13 até agora subiu 107,65%.

A interpretação de que um dos objetivos da MP seria a redução de tarifas levanta a questão da efetividade desse instrumento e se isso não dificultaria a atração de investidores. A capitalização deveria ser para aumentar os investimentos da Eletrobrás, e não para reduzir tarifas.

Mesmo o objetivo de modicidade tarifária pode não ser atingido. Não está claro até que ponto teremos redução das tarifas colocando recursos da capitalização na CDE, ao mesmo tempo que ocorre o fim do regime das cotas promovidas pela MP 579 que levará a um aumento das tarifas para os consumidores cativos. O correto é que a redução das tarifas via CDE deveria beneficiar apenas os consumidores livres, excluindo os consumidores cativos. Os discursos do presidente Bolsonaro estão no mercado cativo, e não no livre.

Não há espaço para aventuras, nem para milagres, nem para milagreiros

Ainda temos o risco de reduzir os aumentos tarifários nos próximos anos, como aconteceu com a MP 579, e a conta chegar no futuro, já que não estamos atacando as verdadeiras causas de termos tarifas elevadas.

Além das questões expostas acima, ainda existem outros fatores em aberto. Com o PL 414 em tramitação na Câmara haverá um crescimento mais rápido do mercado livre e, consequentemente, aumento na tarifa dos cativos. E qual vai ser o destino de programas como o ProInfa, que hoje estão embasados da Eletrobrás. Como ficará depois da capitalização da Eletrobrás?

Concluindo, privatizar uma empresa como a Eletrobrás é fundamental. Mas a escolha de um modelo de privatização num momento de crise e de pandemia, conduzido por uma necessidade de reduzir tarifas e agradar a alguns políticos, trará o risco de criar uma empresa com mais custos do que benefícios para a sociedade brasileira. Não há espaço para aventuras, nem para milagres, nem tampouco para milagreiros.

* DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CIBIE)

broadcast termômetro bolsa

Previsão de alta para Ibovespa bate máxima histórica

O otimismo sobre o desempenho das ações no curtíssimo prazo disparou no Termômetro Broadcast Bolsa, cujo objetivo é captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do Ibovespa na semana seguinte. Entre 12 participantes, a expectativa de que a semana entre 8 e 12 de março será de alta atingiu a máxima histórica de 91,67%, contra 57,14% na edição anterior.

Outro sinal da animação do mercado é o fato de que não há desta vez projeções de queda. Na pesquisa passada, eram 7,14% do total. Por fim, a perspectiva de variação neutra despençou de 35,71% para 8,33%. Na semana em que o Senado aprovou a Proposta Emenda à Constituição (PEC) Emergencial sem ferir a regra do teto dos gastos, a Bolsa teve alta de 4,7%.

Expectativa para Ibovespa



Aprovada a PEC no Senado, a expectativa agora é pela votação do texto na Câmara, prevista pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para quarta-feira (10), em dois turnos. Na

agenda, saem os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), todos relativos a janeiro. Haverá ainda divulgação da Pnad Continua do quarto trimestre de 2020. Outro destaque é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro.

"O resultado das vendas do varejo e o do setor de serviços referentes a janeiro serão o destaque da agenda doméstica, junto com o IPCA de fevereiro, importantes indicadores para a definição da taxa de juros pelo Banco Central no dia 17 de março", avaliam os economistas do Bradesco, que projetam 0,67% para o índice de inflação.

No exterior, o Banco Central Europeu (BCE) se reúne na quinta-feira para decidir sobre política monetária. A agenda traz ainda o Produto Interno Bruto (PIB) final da área do euro e do Japão no quarto trimestre.

Editorial Econômico

As negociações coletivas depois da pandemia



O impacto da pandemia de covid-19 sobre o mercado de trabalho fortaleceu algumas tendências que já se observavam no final de 2019 nas negociações salariais coletivas, mas pode estar criando outras.

Uma das que se mantém é a compressão dos salários. Desde dezembro de 2019, em média, os trabalhadores não obtêm reajustes salariais acima da inflação. É muito provável que, com as altas taxas de desocupação aferidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com a aceleração do índice de preços que costuma balizar as negociações entre empregados e empregadores, a situação se mantenha em 2021.

"As projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado nas negociações salariais", es-

tão acima de 5% até novembro", projeta o boletim *SalárioTêmetro*, elaborado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo. "Aumentos reais continuarão raros e, quando ocorrerem, serão pequenos."

O título principal do boletim é sugestivo: *O salário continua perdendo da inflação*. Em janeiro, de acordo com o estudo, apenas 11,2% das negociações resultaram em aumento real. O reajuste mediano ficou em 5,1%, menos que a variação acumulada pelo INPC em 12 meses, de 5,4%.

Em 61,8% das negociações, o aumento ficou abaixo do INPC e em apenas 27,0% houve ganho real. Em condições normais, a proporcão de acordos com aumentos reais é bem maior do que a dos demais.

Há, porém, novidades nos contratos coletivos (entre empresas e o conjunto de empregados) e convenções coletivas (entre sindicatos) firmados nos últimos meses. Em janeiro, pela primeira vez, o número de negociações coletivas superou o de janeiro de 2017, primeiro ano de vigência da reforma trabalhista.

Em 2018, o número correspondia a 67% do registrado no ano anterior e, em 2019, a apenas 56% do total de negociações. As agudas e rápidas transformações do mercado e das condições de trabalho decorreram fortalecendo a busca de negociações.

E estimularam a discussão de cláusulas que marcam as formas de trabalho impostas pela pandemia: fornecimento de equipamentos pelo empregador, ajuda de custo para manutenção de móveis e equipamentos e prevenção e promoção de saúde ocupacional, ergonômica e mental.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Legislativo, MP e Judiciário 'escapam' do ajuste da PEC **Impacto:** Neutro

Legislativo, MP e Judiciário 'escapam' do ajuste da PEC

Para técnicos, governadores, por exemplo, não teriam nada além do 'apelo político' para convencer demais Poderes a dividir o ajuste

Ídiana Tomazelli
Adriana Fernandes / BRASILIA

As medidas de ajuste fiscal para Estados e municípios lidaram com o elevado comprometimento de suas finanças serão adotadas de forma individual pelos Poderes, segundo o texto da PEC emergencial. Na prática, enquanto um governador ou prefeito congelar salários de servidores do Executivo, Juizes, desembargadores, parlamentares, procuradores e membros dos tribunais de contas poderão propor aumentos em suas remunerações ou continuar contratando, mesmo durante a "emergência fiscal".

A PEC garante a possibilidade de atenuar os gatilhos quando as despesas correntes do Estado ou município chegam a 95% de sua receita corrente. Mas, além das medidas serem facultativas, exercer a opção será uma escolha do chefe de cada Poder. O dispositivo difere do congelamento atual, aprovado como contrapartida ao socorro financeiro a Estados e municípios, que alcança de forma obrigatória todos os Poderes, mas vale apenas até o fim de 2021.

"Todos seguirão vida normal, o ajuste será só no Executivo", afirma o consultor da Organização do Senado Vladimir Amaral.

Já incentivo à adesão aos gatilhos o risco de ficarem ter o Tesouro como fiador em financiamentos, o que costuma garantir acesso a condições mais baratas. Mas mesmo esse dispositivo tem problemas, segundo os técnicos ouvidos pelo Estadão/Brasilatv, pois a manutenção da garantia da União depende de todos os Poderes adotarem os gatilhos, embora o aval patrimonial seja concedido apenas ao Executivo. Há risco de judicialização.

Amaral alerta que um governador não tem nada além do "apelo político" para convencer os demais Poderes a dividir com o ajuste. Hoje, outra fatia do tipo já recaí apenas sobre o Executivo. Quando há frustração de medidas e pressão por bloquear despesas, Judiciário e Legislativo têm blindados os seus "doctores", como são chamadas as fatias da receita prevista no Orçamento que são repassadas imediatamente, sem qualquer prorrogação. No Rio de Janeiro, por exemplo, já foi comum ver salários atrasados de professores, mas juizes pagos em dia. A PEC até tentou

colher esse tipo de distinção, mas o trecho foi excluído.

Gatilhos. Sobre os gatilhos, o consultor diz que o governador ou prefeito pode eventualmente vetar propostas de aumento de outros Poderes. "Ela poderá sustentar que a adoção das medidas (de ajuste), mesmo que somente no Executivo, o obriga a vetar as propostas dos outros Poderes. Mas só a Assembleia pode derrubar o veto. Além disso, há despesas que não precisam ir a sanção", afirma Amaral. Outro risco, segundo ele, é que os demais Poderes se antecipem ao acionamento dos gatilhos e usem a barganha para

conseguir vantagens aumentadas antes de um período de "ajuste" mais à frente.

Para o procurador do Ministério Público do Estado de São Paulo, Elida Guimarães, a falta de um parâmetro constitucional que obrigue poderes e órgãos autônomos a dividir a conta da frustração de

● **Aplicação dos gatilhos.** O economista Leonardo Ribeiro, consultor do Senado, engrossa o coro dos que veem riscos de desigualdade na aplicação dos gatilhos e ele ainda alerta para riscos de manipulação de dados



Votações. Senado já aprovou PEC, que vai para a Câmara

receitas provoca uma separação objetiva. "A desigualdade no poder de ajuste fiscal entre os poderes órgãos autônomos ocorre parcialmente e motivo por que os órgãos de controle não conseguiram resguardar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal", diz.

O economista Leonardo Ribeiro, consultor do Senado, engrossa o coro dos que veem riscos de desigualdade na aplicação dos gatilhos, mas ele vê ainda outras fragilidades, como o risco de manipulação de indicadores por meio de contabilidade criativa, judicialização e possibilidade de ganância em ano eleitoral. Como a separação do limi-

te de 95% se dá num período acumulado em 12 meses, o governante pode pisar no acelerador no fim do terceiro ano de gestão sem qualquer sanção, enquanto as medidas mais amargas viriam apenas no virado para o novo mandato.

No caso da contabilidade criativa, Ribeiro critica o fato de a PEC não definir o que é considerado despesa e receita corrente, abrindo margem para considerar ou não frutos líquidos após descontos de deduções como repasses de ICMS a municípios.

Preocupado sobre essas questões, o Ministério da Economia não respondeu até a publicação desta reportagem.

Proposta prevê abater R\$ 100 bi da dívida pública

BRASILIA

O Congresso deve liberar mais de R\$ 100 bilhões que estão presos no caixa do governo para o abatimento da dívida pública. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial aprovada pelo Senado desvincula o superávit financeiro de diversos fundos públicos, reduzindo a necessidade do Tesouro Nacional de se financiar.

Os cálculos do governo, a necessidade de financiamento da dívida pública federal (DPF) neste ano é de R\$ 1,469 trilhão, valor que aumentará por causa do maior volume de títulos de curto prazo que o governo precisará emitir para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19. O Ministério da Economia ainda está fazendo negociações com o mercado financeiro para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19. O Ministério da Economia ainda está fazendo negociações com o mercado financeiro para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19.

Os cálculos do governo, a necessidade de financiamento da dívida pública federal (DPF) neste ano é de R\$ 1,469 trilhão, valor que aumentará por causa do maior volume de títulos de curto prazo que o governo precisará emitir para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19. O Ministério da Economia ainda está fazendo negociações com o mercado financeiro para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19.

Os cálculos do governo, a necessidade de financiamento da dívida pública federal (DPF) neste ano é de R\$ 1,469 trilhão, valor que aumentará por causa do maior volume de títulos de curto prazo que o governo precisará emitir para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19. O Ministério da Economia ainda está fazendo negociações com o mercado financeiro para conseguir captar recursos, dada as incertezas provocadas pela pandemia de covid-19.

LEILÃO IMPERDÍVEL SOMENTE ONLINE
DIA 11/03/2021, ÀS 15h

8 CONJUNTOS COMERCIAIS
COM 275,6 M² DE ÁREA E 2 VAGAS DE GARAGEM COM 44,9 M² DE ÁREA LOTE ÚNICO

NO CENTRO DE SÃO PAULO/SP, AO LADO DO METRÔ LIBERDADE

DESOCUPADOS

LANCE INICIAL: R\$ 1.200.000,00

ENTRE SEU LANCE EM:
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LÍQUIDA PRESENCIAL E ONLINE

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÍRCULO E ACESSO AGORA.

Deputados falam em reduzir medidas de ajuste fiscal do texto

Aprovada no Senado, PEC ainda precisa passar pela Câmara; resistência parte de deputados da base do governo

Camilla Turvill
Anne Worth / BRASILIA

A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza uma nova rodada do auxílio pode enfrentar mais dificuldades na Câmara do que no Senado. Aprovado nesta semana em dois dias pelos senadores, o texto já sofre resistência por parte de deputados até mesmo da base do governo.

Os partidos devem passar o fim de semana discutindo a proposta e pretendem se posicionar apenas na véspera da votação, marcada para terça-feira.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), designou o deputado Daniel Freitas (PSL-SC) para relatar a proposta na Casa. Ourem, Freitas disse que vai entregar seu relatório à segunda-feira e que os deputados discutirão os detalhes do texto, mas que vão manter o que for prioritário. "Qualquer altera-

ção na PEC emergencial faz o Brasil atrasar", afirmou, depois de se encontrar com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A ideia de Lira é iniciar a discussão do texto em plenário na terça-feira e concluir a votação em dois turnos até quarta-feira. Depois e falta de acordo em trechos não realizados, no entanto, podem atrasar esse cronograma. Líderes da base do governo defendem manter o texto como está para não pressionar o acelerar sua promulgação. Uma mudança significativa obrigaria o retorno da proposta ao Senado para nova votação, o que atrasaria sua conclusão e o primeiro pagamento do benefício.

"Cumpri minha obrigação de texto que veio do Senado, para ir logo a sanção", disse o líder do PP, Casca Leão (BA). "Temos de aprovar logo a PEC para garantir o auxílio ainda em março", disse o líder do PSL, Nivaldo Albuquerque (AL). Ele deve reunir a bancada do partido para ter uma posição definitiva sobre a proposta, mas acredita que é possível aprovar o texto até quarta-feira.



Plenário. Arthur Lira quer iniciar discussão na terça-feira

● **Atualção**
"Qualquer alteração na PEC emergencial faz o Brasil atrasar."
Daniel Freitas (PSL-SC)
RELATOR DA PROPOSTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Embora defenda celeridade na análise da proposta, Albuquerque admite que o texto pode ser corrigido. Diferentemente de alterações, eventuais su-

entendidos (justificativas do extra-teto de R\$ 200 bi) para termos uma posição".

"Não queremos desvincular. O Brasil precisa de emergência social, não de emergência fiscal", disse o líder do PT na Câmara, deputado Beto Gass (PT-RS). "Emergência fiscal destrói o que queríamos construir público, vai impor custos para educação e saúde, vai forçar um reajuste fiscal nos Estados e municípios", disse.

Lei Kandir. Vice-presidente da comissão mista de reforma tributária, o deputado Helder Rocha (MDB-MA) defende uma discussão mais ampla da PEC na Câmara, mas com a preservação da Lei Kandir nos moldes atuais. O texto aprovado pelos senadores revoga o dispositivo do lei que gera compensações bilionárias nos governos regionais pela desvinculação de impostos sobre circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre exportações. "Essa PEC tem de ser melhor discutida na Câmara. No Senado, fizeram o toque de caixa."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Parlamentares inflam valor de emendas **Impacto:** Neutro

Parlamentares inflam valor de emendas

Apesar da pandemia, deputados e senadores estimam alta da arrecadação do governo para abrir espaço de R\$ 51,8 bi no Orçamento

Daniel Weiserman / BRASILIA

O Congresso reestimou a arrecadação da União em 2021, apesar dos efeitos previstos da pandemia na economia, para turbinar a indicação de emendas parlamentares – recursos destinados a obras e projetos definidos por deputados e senadores. A Comissão Mista de Orçamento aprovou nesta semana parecer preliminar da Lei Orçamentária Anual (LOA) reservando um total de R\$ 51,8 bilhões para emendas,

dos quais R\$ 14,5 bilhões vão para despesas fora do teto de gastos, como o Fundeb e capitalização das estatais.

Técnicos avaliam que o plano original era atrelar essas receitas extras ao movimento para livrar o Bolsa Família do teto de gastos, que acabou sendo frustrado após o time do ministro da Economia, Paulo Guedes, entrar em campo contra a articulação. Agora, os congressistas tentam costurar outras saídas para usar o dinheiro. O aumento do valor reserva-

do para emendas foi feito após a reestimativa da receita para o ano de 2021, gerando um adicional de R\$ 35,3 bilhões com a expectativa de aumentar a arrecadação e de cancelar R\$ 1,6 bilhão de despesas originalmente planejadas pelo Executivo, conforme parecer preliminar do senador Marcio Bittar (MDB-AC). A estratégia não é suficiente para aumentar as despesas no montante pretendido pelo Congresso em função da trava do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cres-

çam em ritmo superior à inflação. Além disso, a arrecadação pode não ocorrer, forçando o Executivo a bloquear os repasses ao longo do ano.

São de emendas indicadas diretamente pelo relator-geral do Orçamento, o relatório de Bittar reserva R\$ 35,6 bilhões, que poderão ser alocadas em projetos de interesse eleitoral, entre eles infraestrutura e programas sociais. O parecer cria expressamente a autorização para a indicação dessas emendas, que não estão previstas na Constituição nem na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). “Esses ajustes, promovidos a partir de emendas do relator-geral, podem decorrer, inclusive, de solicitações do Poder Executivo, encaminhadas por meio de ofícios expedidos pelo Ministério da Economia, ou de outras demandas que tenham a finalidade de melhorar a alocação dos recursos públicos”, justificou o senador no documento.

Do total, R\$ 14,5 bilhões poderão abrigar indicações dos parlamentares para despesas fora do teto de gastos. Bittar prometeu ocorrer o valor na complementação da União ao Fundeb, a pedido da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO). Pela Constituição, essa despesa já fica fora do teto. As emendas para o Fundeb podem ajudar o governo a cumprir o repasse de R\$ 19,6 bilhões que precisa fazer ao financiamento neste ano. Desse total, 75% estão travados no Orçamento e dependem da aprovação de um outro projeto de lei para que o Executivo possa descumprir a regra de ouro.

Reação. O parecer preliminar provocou questionamentos sobre a possibilidade de o Congresso usar o Orçamento e burlar a regra do teto. Para o consultor Ricardo Volpe, da Câmara dos Deputados, porém, essa reserva só poderá ser usada para despesas já retiradas do teto pela Constituição, como Fundeb e aporte de capital em estatais, co-



Sinal verde. Relatório de Bittar passou em comissão

● **'Incertezas'**
“O Executivo solta a avaliação (de receitas e despesas do governo federal) no final de março. Muitas incertezas.”

Ricardo Volpe
CONSULTOR DA CÂMARA

mo o feito na Emgepron, estatal militar, em dezembro de 2019.

Volpe chama a atenção para incerteza sobre a arrecadação projetada pelo Congresso, o que pode impossibilitar o pagamento dos repasses indicados pelos parlamentares. “Não dá para saber. O Executivo solta a avaliação (de receitas e despesas do governo federal) no final de março. Muitas incertezas.”

Na quinta-feira, durante sessão da comissão de Orçamento,

Bittar foi questionado sobre as emendas de relator e garantiu que o teto será respeitado. “Não existe R\$ 35 bilhões para o relator fazer o que quiser. O Orçamento já está no limite do teto. Eu não tenho esse dinheiro, mas, se eu somasse os valores que os parlamentares me pediram, talvez desse mais um pouco.”

Além do volume de emendas do relatório do Orçamento, parlamentares apresentaram um total de R\$ 47 bilhões em emendas para o Orçamento de 2021, somando as indicações individuais (de cada deputado e senador), as de bancada (conjunto de parlamentares de um mesmo Estado) e as de comissão. O valor é quase três vezes maior do que o reservado para emendas impositivas (R\$ 16,2 bilhões) e supera o volume das indicações de anos anteriores.

Indústria tem avanço em janeiro, mas perde ritmo

Daniela Amorim / RIO

A indústria brasileira engatou uma sequência de nove meses de recuperação, mas o ritmo de crescimento desacelerou em janeiro. A alta de 0,4% em relação a dezembro foi a mais branda do período de recuperação que sucedeu ao choque inicial provocado pela pandemia de covid-19, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados ontem pelo IBGE.

O avanço também foi menos disseminado entre as atividades investigadas, alcançando apenas 11 entre as 26 que inte-

gram a pesquisa. Excluindo as indústrias extrativas do cálculo, a indústria de transformação teve um recuo de 0,1% em janeiro ante dezembro, depois de oito meses seguidos de crescimento.

Vários fatores estão por trás do dinamismo menor da indústria em janeiro, especialmente o fim do pagamento do auxílio emergencial pelo governo, avaliou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

“Claro que tem uma série de fatores que estão por trás desse número (crescimento mais fra-

co), talvez algo que vinha sustentando o crescimento em meses anteriores, como o auxílio emergencial, que não está mais presente”, explicou Macedo.

O pesquisador complementa que também afetaram o desempenho da indústria fatores como a escassez de matéria-prima, o custo de produção mais elevado e o mercado de trabalho ainda deteriorado, com desemprego elevado e milhões de pessoas fora da força de trabalho.

O recrudescimento da pandemia também prejudicou os resultados de janeiro, especialmente no Estado do Amazonas, fortemente afetado pela alta no número de casos, com consequência sobre a linha de produção de bens duráveis na zona franca de Manaus.

GRECISP RUA PAMPLONA, 1200 - TEL. (045) 3866-4000 - SP Informe Publicitário

COLUNA GRECISP

Corretoras de Imóveis

Elas são mães, esposas, psicólogas, professoras, enfermeiras. A jornada das corretoras não se limita à atuação no mercado imobiliário. É preciso vencer desafios novos em questões que se sobrepõem, sem deixar passar nenhuma atribuição que lhes é imposta.

Em homenagem a essas batalhadoras, o GRECISP preparou uma programação especial para a Semana Internacional da Mulher. Anote na agenda e assista pela TV CRECI e nas redes sociais do Conselho:

- 08/03 - 10h00: A Mulher até 2030 - Mulheres do Conselho
- 08/03 - 18h00: Mulheres Visionárias e Plenas - Dalva Christofoletti
- 08/03 - 20h30: O Mercado Imobiliário para Independência Financeira da Mulher - Raquel Trevisan
- 09/03 - 10h00: A Necessária Participação da Mulher em Todos os Segmentos da Sociedade - Marjane Marotoni
- 09/03 - 18h00: Mulher, o Ser 100% Nacional. Aprendendo a ser assertiva - Vera Lucia Furquim
- 10/03 - 18h00: O Papel da Mulher na História - Simone Saraceni
- 10/03 - 20h30: Conexões Poderosas - Vanessa Cotocok
- 11/03 - 18h00: Mercado de Trabalho e Recolocações - Paula Mota
- 11/03 - 20h30: Mulheres que Fazem - Akemi Shida
- 12/03 - 18h00: O universo feminino sob o olhar da Constelação Sistêmica - Cátia Lanzoni
- 12/03 - 20h30: Autonomia Feminina: Sim, é possível! - Aline de França

Estado de São Paulo regride para a Fase Vermelha

O governo de São Paulo determinou, na última quarta-feira (04/03) que todo estado retorne à fase vermelha do plano de contingência da pandemia a partir de 06/03.

O decreto vai vigorar por 14 dias, quando nova análise será realizada. Com a medida, o comércio fica proibido de funcionar e estarão mantidas somente as atividades essenciais,

como hospitais, farmácias, padarias e clínicas veterinárias.

As atividades imobiliárias presenciais e os plantões de vendas estão suspensos ao longo desses 14 dias. Somente a construção civil poderá ser exercida normalmente nesse período.

Para mais informações, consulte o link <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp>

Alienação de imóveis – Governo de SP

O Governo do Estado de SP colocou à venda, por meio de concorrência do tipo maior oferta, os imóveis abaixo relacionados.

● **Concorrência nº 01/2021 – 18 imóveis**

Sessão pública – Abertura dos envelopes – 31/03/2021, às 10h00 – Sala Bandeirantes – 1º andar – Palácio dos Bandeirantes – Av. Marumbi, 4.500 – SP/SP.

Na Capital: Imóveis nos bairros do Planalto Paulista e Tucuruvi;

No Interior e Litoral: Imóveis em Botucatu, Ijuí, Lucélia, Rosana, Santos, Teodoro Sampaio, Cabrália Paulista, Embu Guaçuá, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São José do Rio Preto, Sorocaba e Tanabi.

O edital pode ser obtido no site www.imoveis.sp.gov.br

ou retirado na Sede da Secretaria do Governo, situada na Av. Marumbi, nº 4.500, sala nº 15, Bairro Marumbi, São Paulo – SP – das 9:00 às 17:00 horas. Para dúvidas ou informações, contate: imoveis@sp.gov.br

● **Concorrência SPPREV nº 01/2021**

Sessão pública – Abertura dos envelopes – 31/03/2021, às 10h00 – Sede da SPPREV – Av. Rangel Pestana, nº 300 – 13º andar – Sé – SP/SP.

Na Capital: Imóvel no bairro Vergueiro.

O edital pode ser obtido pelo site www.imoveis.sp.gov.br ou retirado na Sede da SPPREV, situada na Avenida Rangel Pestana, 300, São Paulo.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Episódio Petrobrás deu um susto grande nos investidores' **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SABADO, 6 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B5

ENTREVISTA

Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco

'Episódio Petrobrás deu um susto grande nos investidores'

Com esse ambiente de incerteza, será difícil o investimento crescer, diz Mesquita, que vê ameaça à alta do PIB em 2022

Luciano Dyniewicz

Pessimista em relação ao avanço das reformas econômicas, o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, diz também estar preocupado com as incertezas políticas, que ameaçam o crescimento do PIB. "Se persistir esse ambiente de solavancos na gestão de empresas importantes, vai ser difícil a gente manter uma trajetória de crescimento do investimento. A gente, por ora, espera um crescimento em torno de 2% em 2022, mas ele pressupõe uma economia com um grau menor de incerteza do que a gente tem agora."

Mesquita acrescenta que a interferência do presidente Jair Bolsonaro na Petrobrás foi um "susto grande" para o investidor: "Quão relevante esse episódio vai se mostrar como divisor de águas, a história vai dizer. Mas os dados são incontestáveis. Trincou um pouco o cristal".

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista do economista ao Estadão.

● O Itaú estava entre os menos pessimistas em 2020 nas projeções para o PIB, com queda sempre na casa dos 4%. Agora, também, projetando uma alta de 4%. A gravidade da pandemia não está se acentuando muito rapidamente para manter esse otimismo?

Nosso indicador de atividade, que ajudou bastante a acertarmos o PIB do ano passado, não sentiu ainda (alteração no ritmo da economia). Esse indicador foi calibrado para equivaler a 100 no pré-pandemia e está rodando há vários meses em torno de 90. Não está crescendo, mas não está caindo. Ainda não captamos o efeito da nova rodada de lockdown. Esses lockdowns estão acontecendo praticamente no mesmo período do ano passado. Então, há um viés de baixa para o PIB do segundo trimestre. Olhando o ano, estimamos que o carregamento estatístico para o PIB de 2021 é de 3,6%. Como a gente prevê alta de 4%, isso significa que o crescimento é modesto. Quais são os riscos desses 4%? Da virada do ano para cá, a gente subiu a projeção do PIB mundial de 6,2% para 6,9%, muito em função de uma revisão positiva para a economia americana, que poderia, em tese, ajudar o Brasil. Esse é um risco positivo. O negativo é a pandemia. Se ti-

vermos um impacto que seja metade do da primeira onda, e supondo que o lockdown dure dois meses, o PIB deve crescer 0,5% no primeiro trimestre e cair 0,4% no segundo trimestre. Se o lockdown for mais longo, até maio, aí cairia 0,7% no segundo. Mas vamos ter uma ideia mais clara do efeito do distanciamento social daqui a umas duas ou três semanas.

● O mercado financeiro está instável nos últimos dias, muito por conta da intervenção do governo na Petrobrás, do descontrole da pandemia e do atraso na vacinação. Ainda que a dívida do País caia neste ano e que a PEC do auxílio emergencial tenha sido aprovada no Senado, o País passa por uma crise de confiança? Esse é o ponto crítico. Desde o fim do ano passado, os economistas vêm ressaltando a importância de se conter a pandemia. Do ponto de vista humanitário, é óbvio, mas, além disso, também do ponto de vista econômico. Não tem recuperação consistente sem superar a pandemia. Vacina virou um instrumento poderoso de política econômica, porque ela permite a recuperação de setores importantes da atividade, como serviços, que emprega muita gente. Esse é o principal fator de risco. O risco fiscal deriva,



Polêmicas. Mesquita questiona incerteza fiscal e levanta dúvidas sobre reforma tributária

● **Solavancos**
"Se persistir esse ambiente de incerteza, de susto, solavancos na gestão de empresas importantes, vai ser difícil manter uma trajetória de crescimento do investimento."

no curto prazo, do risco da pandemia. Não teríamos uma nova rodada de auxílio emergencial se a pandemia tivesse seguido uma trajetória declinante.

● **Mas como está a confiança do investidor no País em geral, dado o cenário político?**

Não há dúvida de que o episódio Petrobrás preocupou os investidores. Por exemplo, o fluxo de capital estrangeiro para a Bolsa vinha em recuperação, mas, depois desse episódio, começou a se reverter. Foi um susto grande. Uma vez que o investidor fica assustado, ele

demora para se acalmar. Não é a primeira vez que a gente tem interferência do governo na Petrobrás. Governos de diferentes orientações ideológicas já fizeram isso, mas, quando acontece, e da forma como aconteceu, surpreendendo o mercado, tem uma reação natural dos investidores de ficarem mais retraídos, de querem entender melhor qual é a direção da política econômica. Não dá para dizer que foi um episódio irrelevante. Foi relevante, sim. Quão relevante ele vai se mostrar como divisor de águas, a história vai dizer. Mas os dados são incontestáveis. Trincou um pouco o cristal.

● **Muitos analistas têm dito que o País está sem rumo. Concorda?**

Uma coisa que está acontecendo positivamente é que o investimento vem crescendo. Teve dois trimestres consecutivos de alta. Agora, um crescimento razoável não vai se manter em um ambiente de grande in-

certeza. Vamos resolver a incerteza fiscal? Depois, a reforma tributária? As minhas dúvidas para 2022 são essas. Se persistir esse ambiente de incerteza, de susto, solavancos na gestão de empresas importantes, vai ser difícil manter uma trajetória de crescimento do investimento. O próprio consumo pode acabar sendo afetado. Por ora, nós esperamos um crescimento em torno de 2% em 2022, mas ele pressupõe uma economia com um grau menor de incerteza do que a gente tem agora.

● **Teremos, então, de esperar a próxima eleição para alavancar o crescimento?**

Se eu estiver errado e tivermos um progresso grande na agenda de reformas neste ano, o ambiente melhora. Mas a frustração com a agenda de reformas não é de agora. A falta de progresso agora é frustrante, mas a frustração vem de muito tempo.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Empresas apostam em frota menos poluente **Impacto:** Neutro

B8 | Economia | SABADO, 6 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO



Empresas apostam em frota menos poluente

Ambev vai converter veículos a diesel em elétricos e CPFL lança projeto-piloto na área

Cleide Silva

Grandes empresas brasileiras estão tomando a frente no processo de tornar suas frotas de veículos menos poluentes e contribuir para metas de sustentabilidade. Com isso, caminhões e carros elétricos começam a aparecer mais nas ruas do País em atividades de prestação de serviços.

A multinacional brasileira Ambev encomendou 2,6 mil caminhões elétricos que serão produzidos no País pela Volkswagen Caminhões e Ônibus e pela Fábrica Nacional de Mobilidade (FNM), mas decidiu acelerar a eletrificação de sua frota. Para isso fez parceria com a Eletra, de São Bernardo do Campo (SP), para converter inicialmente 102 veículos a diesel em elétricos, processo conhecido como retrofit.

A CPFL Energia lançou nesta semana projeto-piloto na cidade de Indaiatuba (SP) para utilizar apenas carros movidos a eletricidade na prestação de serviços aos cerca de 90 mil clientes da companhia na cidade.

O projeto inclui o uso, ainda

este ano, de 20 veículos elétricos, entre os quais dois caminhões exclusivos que estão sendo desenvolvidos pela Volkswagen Caminhões e Ônibus.

Segundo Renato Povia, diretor de Estratégia e Inovação da CPFL, o objetivo é avaliar todas as fases do processo, incluindo logística, para que a companhia possa se preparar para estender a eletrificação a outras cidades.

Retrofit. No caso da Ambev, o retrofit consiste em retirar todos os componentes agregados ao sistema de combustão, como motor, caixa de câmbio e tanque de combustível, e substituir pelo sistema elétrico. Além de ter uma frota mais sustentável, a empresa evita que, ao serem revendidos, esses caminhões continuem poluindo, pois a maioria continua em circulação por mais de 20 anos.

O novo acordo é mais um passo para a empresa atingir sua meta de reduzir em 25% a emissão de CO₂ em toda sua cadeia operacional até 2025, compromisso assumido em 2018 que envolve várias iniciativas, entre as quais uma frota de veículos mo-



Meta. Com caminhão que foi transformado de diesel para elétrico, Ambev quer frota menos poluente até 2025

● **Mais investimentos**
"Largamos na frente no processo de investimento em sustentabilidade, mas esperamos trazer o mercado com a gente e auxiliar no que for possível para que outras empresas invistam nessa área."

Marco Aurélio Filho
GERENTE DE SUPRIMENTOS DA AMBEV

vida a combustível limpo.

Hoje, a companhia de bebidas tem frota dedicada de 4,5 mil caminhões e continuará trabalhando em outras ações para que todos eles, ou o maior número possível, sejam movidos a combustíveis limpos, diz Marco Aurélio Filho, gerente de Suprimentos Logística da Ambev.

A diretora executiva da Eletra, Ieda Oliveira, informa que, após o retrofit, a emissão dos caminhões praticamente zera e a

empresa tem direito a 100% de créditos de carbono referentes ao que o veículo deixa de jogar em CO₂ na atmosfera. Todas as peças retiradas são recicladas e viram matéria-prima. "O ciclo de sustentabilidade se fecha".

Dois caminhões retrofitados circulam em testes na Ambev há um ano, na distribuição de bebidas na zona sul de São Paulo e região. Antes da mudança, os veículos passam por revisão para garantir que a parte reaproveitada, como cabines, sistemas pneumáticos e de freios, está em ordem. "Após o retrofit eles praticamente ficam novos", afirma Ieda, acrescentando que os custos com manutenção são reduzidos em cerca de 50% em relação ao veículo a diesel.

Segundo o resultado dos testes, o caminhão elétrico emite 0,05kg de CO₂ por viagem, ou quase zero de emissões poluentes. O consumo médio é de 1 kWh por quilômetro, o que re-

presenta economia de mais de 70% em relação ao similar movido a combustível fóssil. A ausência de ruído é outra vantagem.

Aurélio Filho não informa investimentos no programa. Os custos com compra de veículos elétricos ou do processo de conversão são bancados pelos operadores logísticos da frota da Ambev, mas a empresa está sempre na retaguarda, inclusive financiando projetos.

Na CPFL, os caminhões elétricos terão, por exemplo, cesto aéreo, usados por funcionários para acessar altos postes e realizar serviços de manutenção da rede elétrica. Os veículos movidos a diesel precisam ficar funcionando o tempo todo em que o cesto é acionado, resultando em gasto de combustível, emissão de poluentes e barulho.

"Com o veículo elétrico, vamos acabar com as emissões de poluentes e sonora, além de reduzir custos com combustí-

vel", diz Povia. Indaiatuba terá 16 eletropostos para recarga. Na frota haverá automóveis, furgões e picapes preparados para o atendimento à população.

A companhia tem outros quatro projetos em andamento, como um ônibus circular da BYD, com fábrica em Campinas, para o transporte interno na Unicamp. "É um transporte gratuito que percorre, desde setembro, em média 250 km por dia sem emissões", diz Povia.

Trabalha também no desenvolvimento de postos de recarga com energia solar, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e o Instituto Tecnológico Edson Mororó Moura (Itemm) e estuda a segunda vida das baterias para evitar impactos ambientais do descarte. Por fim, desenvolve uma plataforma para gestão de veículos elétricos e eletropostos junto com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD).

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: CVM confirma processo para investigar suposto 'insider trading' da Petrobrás **Impacto:** Neutro

B6 | Economia | SÁBADO, 6 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Investimentos
Por que o Fundo Verde, de Stuhlberger, faz tanto sucesso? Pág. B10

Vazamento. Processo administrativo vai apurar se investidor usou informações privilegiadas para lucrar até R\$ 18 milhões com papéis da estatal durante o episódio do anúncio da troca de comando na empresa pelo presidente Jair Bolsonaro; minoritários também se mobilizam

CVM confirma processo para investigar suposto 'insider trading' da Petrobrás

Mariana Durão / RFO

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) confirmou ontem que abriu um processo administrativo para investigar o suposto uso de informação privilegiada (insider trading, no jargão do mercado) na negociação de papéis da Petrobrás. A suspeita de que alguém possa ter lucrado R\$ 18 milhões com o vazamento de informações sobre o que ocorreria na estatal veio à tona no início da semana e mexeu com os ânimos do mercado.

A apuração do caso será conduzida pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI) do órgão regulador do mercado de capitais. A autarquia não dá detalhes da investigação e realinha que não comenta casos específicos.

Tudo indica que o foco da análise da área técnica será a transação com opções de venda de ações da estatal no fim da tarde da quinta-feira, 18 de fevereiro, logo após a reunião entre o presidente da República Jair Bolsonaro e um time de seis ministros no Palácio do Planalto para tratar de preços dos combustíveis. O encontro ocorreu às 16h45, antes da live em que o

presidente disse que "alguma coisa" aconteceria na petrolífera nos próximos dias.

Dois ordens de compra foram executadas logo em seguida: uma de 2,6 milhões de opções, às 17h35, e outra às 17h44, de 1,4 milhão de papéis, ambas com preço de R\$ 0,04. A movimentação revelada pelo jornal *O Globo* e confirmada pelo *Estadão/Broadcast* a partir de dados da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, indica que um investidor ganhou R\$ 18 milhões com as opções, negociadas em volume que só faria sentido se ele realmente acreditasse que as ações iriam cair ao menos 8% no preço seguinte.

Opção. Na operação de opção, o investidor adquire o direito de comprar ou vender um ativo em uma data futura, a um preço fixo, para se proteger do movimento contrário do papel ou especular. Crime no Brasil desde 2001, o insider trading é o uso de uma informação relevante ainda desconhecida do mercado na negociação de papéis, com o objetivo de obter lucro ou evitar uma perda.

A investigação de outras operações pela autarquia não está descartada. Para supervisionar



De olho. Acionistas minoritários também se mobilizam para enviar reclamações à CVM

● **Reivindicação**
"Alguém sabia que o presidente Jair Bolsonaro iria passar aquela informação que resultaria em queda das ações. Alguém ganhou dinheiro, e a CVM tem a obrigação de apurar quem foi."
Aurélio Valporto
PRESIDENTE DA ABRADIN

casos de insider, a CVM conta com a ajuda da BSM, braço de supervisão da B3 que monitora e coleta informações relativas a transações suspeitas com as corretoras. Juntas, elas seguem o fluxo da informação no mercado e das operações realizadas. Também são utilizados programas de computadores especializados em identificar transações atípicas no mercado.

Com a confirmação da abertu-

ra do procedimento, já há oficialmente quatro processos administrativos abertos pela CVM desde 20 de fevereiro, dia seguinte ao anúncio por Bolsonaro de que o governo indicaria o general Joaquim Silva e Luna para assumir os cargos de conselheiro de administração e presidente da companhia, em substituição a Roberto Castello Branco. Os papéis da Petrobrás desabaram após as declarações e a

companhia perdeu bilhões em valor de mercado.

Minoritários. Diante disso, acionistas minoritários da empresa também se mobilizam para enviar reclamações à CVM, caso da Associação Brasileira de Investidores (Abradin). "Alguém tinha informação privilegiada de que o presidente Jair Bolsonaro iria passar aquela informação de forma desastrada e que resultaria consequentemente em queda das ações. Alguém ganhou dinheiro com isso, pouca gente, e a CVM tem obrigação de apurar quem são esses comitentes", disse o presidente da associação, Aurélio Valporto, esta semana.

A abertura de um processo administrativo é o primeiro passo para a apuração de potenciais irregularidades por participantes do mercado de capitais. Se a área técnica reunir elementos suficientes, pode formalizar uma acusação em um processo administrativo sancionador, isso pode levar a julgamento e punição dos envolvidos com multa e até inabilitação. Há ainda a hipótese de a apuração se tornar um inquérito, para que seja aprofundada antes de se chegar a uma acusação.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo deve permitir adiar por 4 meses recolhimento do FGTS **Impacto:** Neutro

A14 SÁBADO, 6 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Governo deve permitir adiar por 4 meses recolhimento do FGTS

Ministério prepara MP que também autoriza antecipação de férias do trabalhador

Thiago Resende
e Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo prepara uma medida provisória para permitir que empresas adiem por até quatro meses o recolhimento de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) dos empregados.

A suspensão será temporária e, depois, terá que ser compensada pelo patrão. O direito ao depósito de 8% do salário em conta do FGTS do trabalhador não muda.

A medida, também adotada em 2020, faz parte de pacote de ações a serem propostas pelo Ministério da Economia para reduzir os custos dos empresários diante do agravamento da pandemia, que levou a restrições de atividades.

A MP deve ser publicada até a próxima semana. O governo ainda avalia qual deve ser o período de diferimento (adiamento do encargo), mas deve variar de três a quatro meses.

A empresa, depois desse prazo, terá de voltar a pagar o FGTS mensalmente no valor normal, além do montante que deixou de ser depositado.

Os valores atrasados poderão ser parcelados, mas sem multas e encargos. O objetivo é não representar uma elevação forte no custo do patrão.

Se o trabalhador for demitido antes que o FGTS adiado

não tenha sido quitado, a empresa, no momento da rescisão do contrato, será obrigada a depositar o que deixou de ser pago no período de diferimento. Ou seja, recompor o saldo da conta do empregado.

A MP também deve reeditar dispositivo que permite a antecipação de férias — usado no ano passado.

As férias poderão ser concedidas mesmo que o empregado não tenha completado o tempo mínimo para o período aquisitivo. As regras de comunicação ao trabalhador sobre as férias, decididas pelo patrão, também devem ser flexibilizadas.

O governo, portanto, quer apresentar primeiro essa MP sobre normas trabalhistas e, no fim de março, dar início à nova versão do programa que permite corte de jornada — e de salário — dos trabalhadores da iniciativa privada.

Para reduzir a jornada e o salário ou mesmo suspender temporariamente o contrato de trabalho, a empresa precisará negociar com os empregados ou com o sindicato.

A ideia é que, de imediato, sejam autorizadas medidas com efeito mais rápido, como o adiamento do FGTS e flexibilização nas regras sobre férias. O Ministério da Economia diz que, com isso, conseguirá evitar demissões

num momento de fechamento, por exemplo, do comércio e de serviços por conta do repique da pandemia.

Na primeira MP trabalhista, deve ser prevista ainda a autorização para antecipação de feriados não religiosos. No entanto, esse aproveitamento de feriados dependerá de acordo entre patrão e empregado.

A nova rodada de medidas inclui também regras mais flexíveis para férias coletivas. O patrão poderá concedê-las sem a necessidade de comunicar antes o Ministério da Economia ou o sindicato.

O governo quer permitir que a empresa altere o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o formato remoto ou a distância, sem a necessidade de acordos individuais ou coletivos.

Por causa da pandemia, devem ser suspensas certas exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, como treinamentos periódicos e reuniões presenciais da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

A MP também deve prever mudanças nas regras para banco de horas dos empregados para os próximos meses.

Para o enfrentamento da pandemia neste ano, o governo vem reeditando ações que vigoraram em 2020. O protocolo do Ministério da Econo-

+
'Por infelicidade', Bolsonaro não deixou claro o problema da saúde, afirma Guedes

Segundo o ministro, o presidente acredita que saúde e economia andam juntos. "Não podemos deixar a economia se desorganizar, é muito importante isso. Essa mensagem que o tempo inteiro o presidente tem tentado passar também que, talvez, por infelicidade, não deixou claro o problema da saúde, da vacinação em massa, mas a agonia dele com a economia é justamente a seguinte: se você der o auxílio, chegar lá, a prateleira estiver vazia, todo o mundo com dinheiro na mão, a inflação, falta de alimentos... Então temos que manter os sinais vitais da economia funcionando, como fizemos no passado", disse Paulo Guedes. Bolsonaro critica medidas de distanciamento social e restrições ao funcionamento do comércio. "Temos que enfrentar nossos problemas, chega de frescura e de mimimi", disse o presidente na quinta (4).

mia prevê que inicialmente sejam adotadas medidas sem custo aos cofres públicos.

No entanto, parte do cronograma está comprometida. Em razão da não aprovação do Orçamento pelo Congresso, ainda não foi destravada a antecipação do 13º de aposentados, que seria uma das primeiras medidas adotadas.

Apesar de não gerar impacto fiscal nas contas do ano, o remanejamento dos pagamentos poderia criar questionamentos legais. Isso porque as contas do governo operam com restrições até que o Orçamento seja aprovado. Por isso, técnicos defendem que a medida não seja adotada até o aval do Legislativo.

No grupo de medidas com custo a o Orçamento, o governo prevê a liberação de no máximo R\$ 44 bilhões em 2021 com a nova rodada do auxílio emergencial. Em 2020, o programa consumiu quase R\$ 300 bilhões do Tesouro Nacional.

Fundo está entre os principais motivos de ações na Justiça

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Problemas envolvendo o pagamento do FGTS estão entre os assuntos mais recorrentes nas ações apresentadas por trabalhadores na Justiça do Trabalho.

No pódo dos motivos para processos contra empregadores, o topo é ocupado pelo aviso prévio, que apareceu em 394,3 mil casos.

A multa de 40% do FGTS vem em seguida, com menção em 332,8 mil ações trabalhis-

tas apresentadas em 2020, segundo estatística do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Os trabalhadores têm direito à multa quando são demitidos sem justa causa. Ela deve ser calculada sobre o saldo de depósitos feitos pelo empregador no decorrer do contrato.

Discussões sobre o pagamento do FGTS aparecem outras duas vezes no ranking dos 20 principais assuntos destacados pelo TST.

Falhas em depósitos ou a existência de diferença a ser recolhida apareceram em 162,7 mil processos trabalhistas no ano passado. Outras 130 mil ações citam apenas o FGTS.

É comum que ações apresentadas por trabalhadores contra empregadores tenham diversos pedidos consecutivos.

O terceiro motivo mais comum no ranking do TST é a multa prevista no artigo 477 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), devida quando o empregador não paga as verbas rescisórias até dez dias depois de o contrato ser encerrado.

O Termômetro Covid-19 na Justiça do Trabalho, ferramenta de jurimetria da Datalawyer, mostra que, entre os quase 200 mil processos trabalhistas que citam a pandemia de coronavírus, a multa do FGTS também aparece em segundo lugar no volume de demandas.

Até quinta (4), 38,8 mil ações tratavam do assunto. Diferenças de recolhimento ou falta de depósito apareceram em 16,4 mil ações trabalhistas.

O FGTS, diferentemente da contribuição previdenciária, é recolhido integralmente pelo empregador. Ele corresponde a 8% do valor do salário e é depositado em conta vinculada ao CPF do trabalhador.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Novas restrições devem aumentar desemprego e falência, dizem setores **Impacto:** Neutro

A16 SÁBADO, 6 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado



Bar fecha as portas na Pompeia, zona oeste de SP; a partir deste sábado (6), todo o estado entra na fase vermelha Marcelo D. Santos/FrancisFoto/Agência O Globo

Fogo de Chão terá de reintegrar demitidos no Rio e pagar R\$ 17 mi

A rede de churrascarias Fogo de Chão no Rio foi condenada a pagar R\$ 17 milhões por danos morais coletivos e a reintegrar e pagar as verbas trabalhistas de funcionários que tenham sido demitidos em massa a partir de 20 de março do ano passado. Em decisão nesta sexta-feira (5), a juíza Mirna Rosana Ray Macedo Correa, da 52ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, determinou o pagamento de salários, férias e o terço, 13º salário e mais o recolhimento do FGTS. A defesa da rede diz que as demissões foram dentro da lei e afirma que irá recorrer da decisão, que classificou de "gritantemente ilegal".

março com as novas restrições das atividades não essenciais —valor semelhante aos impactos mensurados no recuo médio mensal de abril e maio de 2020, meses mais críticos da pandemia.

Na capital paulista, a perda estimada é de R\$ 6 bilhões.

Mesmo as empresas que já migraram parte das suas operações para o digital não conseguiram elevar o faturamento ao ponto de suprir as perdas com as lojas físicas fechadas.

"Esse faturamento pode render de 10% a 30%, quando muito bem trabalhado. Então a internet e os aplicativos ajudam, movimentam funcionários e gasta o estoque parado, mas ainda assim é insuficiente", disse Maricato.

"Não há alguma ajuda ou socorro para todo o mundo que vai ficar parado, e ninguém aguenta tanto tempo com tantas idas e vindas. A medida das novas restrições é importante, mas teria que ter vindo com um colchão que minorasse os problemas que todos os setores enfrentaram caso mais empresas fechassem", disse o vice-presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) do Bom Retiro, Nelson Tranquez.

Novas restrições devem aumentar desemprego e falência, dizem setores

Restaurantes e comércio cobram novas medidas de ajuda para minimizar efeitos de fechamento

Isabela Bolzani

SÃO PAULO As novas restrições de circulação em diversos estados pelo país terão impactos mais dolorosos na economia, afirmam representantes de diversos setores.

Sem programas de manutenção do emprego definidos por parte do governo, baixo acesso ao crédito e com um volume crescente de contas a pagar, o receio é que as empresas, principalmente as de pequeno porte, entrem em colapso financeiro —aumentan-

do o número de demissões e de falências.

Segundo o presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Percival Maricato, apesar de as ações tomadas pelo governo serem vistas como essenciais, o momento também requer novos programas de saneamento das companhias.

"É difícil falar de planejamento financeiro nesta altura do campeonato, muita gente está tocando com a barriga para ver como vão sobreviver. Estamos com estabilidade de

funcionários por seis meses, não estamos faturando e ainda temos que pagar a bancos, proprietários dos imóveis, fornecedores, energia, IPTU e outros impostos. Ninguém tem dinheiro sobrando", afirmou.

Em julho do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) publicou um decreto que permitiu a prorrogação do programa de suspensão de contrato de trabalho e de corte de jornada, que estava em vigor desde abril.

Com a medida, o prazo máximo do programa passou a

ser de 120 dias. O decreto, no entanto, impunha que o empregador deveria oferecer estabilidade pelo mesmo período. Na prática, se o empresário optou por adotar a medida em julho, por exemplo, ele precisará manter o número de funcionários até o final de março deste ano.

Outro fator que também pode pesar no caixa dos empresários é o fim do prazo de carência do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

"O prazo médio de carência do Pronampe era de oito meses. Para quem começou em julho, por exemplo, esse período se encerra agora, justamente quando começa a fechar tudo de novo", afirmou o assessor econômico da FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), André Sacconato.

O mais recente levantamento feito pela federação estima que o comércio varejista paulista possa registrar uma perda média de R\$ 11 bilhões em

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: 'Se fizermos muita besteira, o dólar vai a R\$ 5', disse Guedes há um ano; hoje, moeda vale R\$ 5,68 **Impacto:** Neutro

'Se fizermos muita besteira, dólar vai a R\$ 5', disse Guedes há um ano; hoje, moeda vale R\$ 5,68

Júlia Moura

SÃO PAULO Há um ano, cerca de uma semana após a confirmação do novo coronavírus no Brasil, o ministro Paulo Guedes (Economia) dizia que o dólar poderia ir a R\$ 5 caso fosse feita "muita besteira".

Naquele dia, a moeda americana subiu 1,6%, a R\$ 4,653, após o Banco Central fazer três leilões de contratos de swap cambial — venda de dólares no mercado futuro — para conter a desvalorização do real.

"Pode chegar a R\$ 5? Ué, se o presidente pedir para sair, se todo o mundo pedir para sair. É um câmbio que flutua, se fizer muita besteira, ele pode ir para esse nível", afirmou Guedes em 5 de março de 2020.

A desvalorização, porém, continuou — sete pregões depois, a moeda americana fechou acima de R\$ 5 pela primeira vez, devido ao avanço do coronavírus pelo mundo.

Nesta sexta-feira (5), o dólar terminou o pregão em alta de 0,38%, cotado a R\$ 5,6820, um salto de 22% em relação à mesma data do ano passado.

De lá para cá, a moeda se aproximou dos R\$ 6, indo até R\$ 5,90, seu recorde nominal (sem contar a inflação). Segundo analistas, as principais razões para a alta no câmbio são o risco fiscal e os juros baixos.

"Não é um movimento exclusivo do real, é dos emergentes, mas a nossa moeda está mais desvalorizada que os pares pela questão fiscal", diz João Leal, economista da Rio Bravo Investimentos.

Investidores temem o au-

mento de gastos de governo durante a pandemia, sem contrapartidas, o que eleva a relação dívida-PIB. Diante do endividamento do governo e da queda na atividade, o risco-país medido pelo CDS de cinco anos subiu 53% desde março passado, para 197 pontos.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias dos países, especialmente emergentes. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país; se ele cai, o recado é o inverso.

A alta nos novos casos de Covid-19 no Brasil, que levariam diversos estados, como São Paulo e Minas Gerais, a ampliar as medidas restritivas, também impacta o real. Outro fator negativo para

a divisa são as recentes interferências do presidente Jair Bolsonaro em estatais.

Desde a crítica de Bolsonaro ao atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em uma live na noite do dia 18 de fevereiro, o dólar acumula alta de 4,4%. Em relação aos principais pares globais, a moeda americana se valorizou apenas 1,5% no período, segundo a Bloomberg.

A queda da Selic, hoje na mínima histórica de 2% ao ano, também tem grande impacto na desvalorização da divisa brasileira por meio do carry trade, prática de investimento em que o ganho está na diferença do câmbio e dos juros.

Nela, o investidor toma dinheiro a uma taxa de juros menor em um país — no caso, os EUA —, para aplicá-lo em ou-

tro, com outra moeda, onde o juro é maior, o Brasil. Com a Selic no atual patamar, essa operação deixa de ser vantajosa, e estrangeiros retiram seus recursos, em dólar, do país, o que eleva a cotação.

"Com a queda da Selic, o fluxo de retirada [de dinheiro do país] é enorme e faz o dólar subir", diz Rodrigo Friedrich, diretor de renda variável da Renova Invest.

Em 2021, o real é a terceira moeda que mais se desvaloriza no mundo, atrás do peso cubano e do dinar líbio. As intervenções do BC continuam para conter a queda. Nos últimos pregões, o BC tem feito leilões de swap tradicional. Nesta sexta, foram 16 mil contratos.

"O BC está preocupado com a alta do dólar. Se deixasse fluir, o dólar estaria a cima de R\$ 6", afirma Friedrich.

Nos últimos pregões, outro fator impacta o real: a força internacional do dólar, com a alta nos juros dos títulos do Tesouro americano (treasuries), o que impulsiona um fluxo de investimentos para os EUA em detrimento de emergentes.

Nesta sexta, o dólar se fortaleceu com dados da criação de emprego nos EUA em fevereiro, que superaram as expectativas, indicando força na recuperação da economia americana e aumentando o apelo para investimentos no país.

O índice S&P 500 subiu 1,95%. O Dow Jones teve alta de 1,85%, e a Nasdaq, de 1,55%.

O Ibovespa subiu 2,22%, para 115.202 pontos. Na semana, acumulou alta de 4,7%. No ano, o índice recua 3,2%.

Com Reuters

CVM vai investigar operações atípicas com ações da Petrobras

RIO DE JANEIRO A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) confirmou nesta sexta-feira (5) a abertura de um processo para investigar operações atípicas com ações da Petrobras um dia antes da demissão do presidente da companhia, Roberto Castello Branco, pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

As operações foram realizadas no dia 18, mas até terça (2) ainda não havia processo aberto pela autarquia.

Nesta sexta-feira, apesar de confirmar o início das apurações, a CVM não deu maiores detalhes, alegando que "não comenta casos específicos".

O processo apura a negociação de opções de venda de ações da Petrobras pouco depois de reunião entre Bolsonaro e ministros para selar o destino de Castello Bran-

co, que será substituído no comando da estatal pelo general Joaquim Silva e Luna. O comprador das opções apostou na queda das ações da empresa, o que de fato ocorreu depois que Bolsonaro sinalizou, em sua live de quinta à noite, que faria trocas na petroleira.

A mudança só foi oficializada na sexta (19) à noite, em publicação em redes sociais — o que também é alvo de um processo da CVM, já que este tipo de comunicação deveria ser feita por fato relevante.

Na quinta-feira (5), em sua live semanal, Bolsonaro afirmou que "especuladores mafiosozinhos que tem em tudo quanto é lugar" ganharam dinheiro na Bolsa de Valores "falando mentiras" sobre a interferência dele na Petrobras. **Nicola Pamplona**

Indústria começa 2021 com expansão menos disseminada

RIO DE JANEIRO A indústria brasileira em entrou 2021 em ritmo lento, com crescimento menos disseminado e menos acentuado do que no fim de 2020. Em janeiro, segundo o IBGE, a produção industrial no país cresceu 0,4% em relação a dezembro.

Foi o nono mês seguido de alta após o período mais duro da pandemia, disse o instituto. Mas, pela primeira vez nessa sequência, a maior parte das atividades pesquisadas registrou queda em relação ao mês anterior — 14 dos 26 ramos pesquisados.

"Observamos a manutenção do comportamento positivo do setor industrial, mas com desaceleração no seu ritmo no mês de janeiro", disse o gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo.

Para especialistas, a desaceleração reflete a ausência de estímulos fiscais e tende a se manter no primeiro trimestre, diante do aumento dos casos de Covid-19. A recomposição de estoques após a parada no início da pandemia, que ajudou a indústria em 2020, também deixará de contribuir. **NP**

Em um ano, dólar acumula alta de 22%



Fonte: EWA

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Conta de luz deve subir no ano 15,5% **Impacto:** Neutro

Conta de luz deve subir no ano 15,5%

No país, reajuste pode chegar, em média, a 15,5%. No Rio, previsão é de alta de 10%

o Norte teria alta de até 21,6%, seguido das regiões Centro-Oeste (21,3%), Nordeste (18,5%), Sudeste (14,5%) e Sul (12,6%).

car com um aumento de até 10%. O da Enel teria reajuste de 7%.

O aumento na conta de luz ocorre em um cenário de crise, com expectativa de retração da economia no primeiro trimestre, diante da escalada da Covid-19. Além disso, parte dos trabalhadores permanece em regime de home office, com aumento do consumo de energia em casa.

Caso a projeção se confirme, a conta da luz deve atingir em 2021 o maior patamar de reajuste em três anos. Na próxima terça-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve deliberar sobre os reajustes da Enel e da Light, concessionárias do Rio. Segundo a previsão da TR, o consumidor da área de concessão da Light pode ar-

Acumulação de avanço do dólar, crise da coronavírus e baixo volume de chuvas deve resultar em um aumento médio das contas de luz de 15,5% este ano, de acordo com estimativa da TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada ao setor elétrico. O aumento da fatura deve ocorrer de forma desigual:

Após anunciar o troceno comando da Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro firmou recentemente que pretende "meter o dedo" no setor elétrico. Especialistas avaliam, porém, que parte da conta de luz que o brasileiro passará a pagar este ano reflete medidas adotadas em 2020 para conter a crise. Economistas ponderam que iniciativas para conter artificialmente as tarifas acabam tendo um custo ainda mais radiante e que recaí sobre o consumidor.

A crise econômica causada pela pandemia fez o governo manter a chamada bandeira verde nas contas de luz do ano 2020. A medida gerou um custo adicional de R\$ 3,1 bilhões, que será pago este ano via repasse nas tarifas. O sistema de bandeiras transfere ao consumidor o custo do acionamento de usinas termelétricas, que têm custo de produção mais elevado. Na bandeira

verde, não há cobrança extra.

Helder Sousa, diretor de Regulação da TR Soluções, cita ainda a despesa adicional de R\$ 15 bilhões como chamada "conta-Covid", que se refere a empréstimos feitos para socorrer as distribuidoras no ano passado como forma de cobrir as perdas causadas pela queda de consumo na quarentena. Esse valor vai ser pago pelos consumidores até 2025.

— Os problemas de 2020 foram repassados para esse ano e vão se prolongar até 2025. Há um risco de a alta ser ainda maior, pois as chuvas são incertas e podem não ocorrer no patamar necessário, levando a um maior acionamento das usinas termelétricas, cuja tarifa é mais elevada — disse Sousa.

Segundo especialistas, desta vez, o governo estuda devolver nas tarifas parte

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Conta de luz deve subir no ano 15,5%

dos cerca de R\$ 50 bilhões referentes à cobrança de impostos de distribuidoras acima do patamar correto nos últimos anos.

— Esse tema está em consulta pública na Aneel. O ideal seria que o crédito fosse parcelado em cinco anos. Mas, como há eleição no ano que vem, o governo pode querer acelerar essa devolução. O risco é ter uma redução pontual e depois voltar a subir — explicou Nivalde Castro, coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ.

Com o trabalho em casa, a tendência é ter uma conta mais salgada. Segundo o economista e consultor de índice de preços, Paulo Brück, energia elétrica tem peso superior a 4,6% no IPCA, o índice de inflação oficial do governo.

— Em março, teremos reajuste da

Light. Mas avariação no país vai ocorrer ao longo do ano e há muitas incertezas sobre o real impacto nas contas, com as medidas em estudo no governo para reduzir as tarifas — disse, citando a medida provisória que destina recursos extras para a Conta de Desenvolvimento Energético, como forma de reduzir o impacto final para o consumidor.

Ana Carolina Ferreira da Silva, consultora de Regulação e Tarifas da Thyssen, estima reajuste médio das tarifas de 12,85% este ano. Segundo ela, pesam o início da cobrança da conta-Covid, o aumento do dólar e o risco hidrológico, que, diz, foi afetado pelo não acionamento da bandeira tarifária em 2020:

— O reajuste médio esperado é referente também ao acionamento de usinas termelétricas para garantir a segu-

rança energética.

Segundo a TR Soluções, caso o governo opte por devolver parte dos recursos cobrados acima do patamar correto das empresas, o reajuste da Light e Enel poderia ser de cinco pontos percentuais menor.

Enquanto isso, a alta do dólar pressiona o IGP-M, índice usado como referência para reajustar parte dos custos das principais distribuidoras. Em 2020, o índice acumulou avanço de 23,14%. A divisa influencia o custo da energia gerada pela usina de Itaipu, que atende as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de usinas nucleares e termelétricas. O cenário fica ainda mais complicado em razão do nível dos reservatórios. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), as hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste estão em 30%, menor ní-

vel desde 2018.

— Vamos chegar em abril, fim do período de chuvas, com os reservatórios em níveis baixos. E há o risco de as termelétricas mais caras serem acionadas, trazendo a necessidade de bandeira vermelha — disse Castro.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Auxílio pode ficar para abril se votação atrasar **Impacto:** Neutro

Auxílio pode ficar para abril se votação atrasar

Câmara precisa aprovar proposta na próxima semana para que pagamento comece dia 18. Bolsonaro confirma valores e afirma que preferia receber a ajuda a não ter nada. Guedes diz que próximo passo para vencer pandemia é vacinação em massa

BRASÍLIA (AP) - O presidente Jair Bolsonaro confirmou o valor do benefício e afirmou que preferia receber a ajuda a não ter nada.

O governo conta com a Câmara dos Deputados para iniciar o pagamento da nova rodada de auxílio emergencial em 18 de março para os beneficiários do Bolsa Família. O prazo limite para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza o Executivo a conceder o auxílio é a próxima semana, segundo técnicos envolvidos nas discussões. Caso haja atraso na tramitação ou o texto precise voltar para o Senado, os repasses só começam



Ajudas. Fila para receber o auxílio emergencial na primeira rodada de pagamento: critérios de renda serão os mesmos

ção em abril, segundo técnicos.

De acordo com os planos, os trabalhadores informais que não fazem parte do programa social poderão ter o crédito da primeira parcela do auxílio em conta poupança da Caixa Econômica Federal entre os últimos dias de março e início de abril, conforme o mês de nascimento, ainda considerando que o texto terá tramitação acelerada. Em todos os cenários, os saques ocorrerão depois, para evitar aglomerações nas agências.

Na quinta-feira, o Senado aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite que o novo auxílio seja pago. O texto prevê que os repasses sejam feitos sem restrições de regras fiscais, como o teto de gastos, que limita o aumento das despesas à inflação. A equipe econômica defende que a autorização na legislação é necessá-

ria para liberar os recursos.

Para entrar em vigor, a PEC precisa de 308 votos favoráveis, de um universo de 513 deputados, em dois turnos de votação. Além disso, para cumprir o cronograma, será necessário quebrar prazos regimentais, já que normalmente projetos para alterar a Constituição têm um rito muito mais demorado.

NÃO HAVERÁ NOVO CADASTRO

Segundo técnicos do governo, o auxílio emergencial será no valor de R\$ 250, pagos a um membro de famílias em situação de vulnerabilidade que for aprovado pelo Ministério da Cidadania. Mulheres chefes de famílias terão direito a uma cota de R\$ 375 e pessoas que moram só, a R\$ 150. A expectativa é beneficiar 46 milhões de famílias.

Ontem, em conversa com apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro confirmou o valor do benefício e afirmou que preferia receber a ajuda a não ter nada:

— Vai variar de 150 a 300 e poucos reais. É pouco? Eu preferia ter isso ao do que não ter nada, tá? Pô, quantos nossos temos emprego e fazemos um bico, ganhamos R \$300 a mais e (o dinheiro) ajuda?

O governo não vai abrir prazo para que as pessoas façam o cadastro no aplicativo da Caixa, conforme ocorreu no ano passado. O plano é trabalhar com o banco de dados, composto por 150 milhões de CPFs que estão sendo examinados constantemente para aferir a elegibilidade dessas pessoas ao auxílio.

Quem não tinha direito ao benefício em 2020 e perdeu renda por causa do agravamento da pandemia poderá re-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Auxílio pode ficar para abril se votação atrasar

quisitar o auxílio nas unidades da Defensoria Pública, que dispõe de ferramentas para fazer o cruzamento de dados.

Será preciso apresentara documentação para comprovar a situação financeira. Nessa nova rodada, deverão ser mantidos os mesmos critérios de renda para acessar o auxílio, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e de até três salários mínimos (R\$ 3,3 mil). Os dois requisitos serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família de apenas três pessoas com renda de até três pisos não poderá ser beneficiada.

'TALVEZ POR INFELICIDADE'

Além disso, não terão direito ao auxílio pessoas que recebem algum tipo de benefício do governo, como aposentadoria,

pensão, benefício de prestação continuada (BPC) e seguro-desemprego, além de trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos e militares. Os detalhes constarão de uma medida provisória (MP) a ser editada assim que a PEC for promulgada pelo Congresso. O Ministério da Cidadania publicará uma portaria no Diário Oficial da União com os detalhes do cronograma de pagamento. O pagamento do benefício é a medida mais esperada da nova rodada de ações do governo para mitigar os prejuízos agravamento da crise do coronavírus. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o próximo passo mais importante para o com bate-à-pando da inflação em massa.

Guedes disse ainda que, "talvez por infelicidade", Bolsonaro não tenha deixado claro o problema da saúde e da imunização da população. Na véspera,

o presidente afirmou ser preciso parar o que ele chamou de "frescura" e "mimimi" com a pandemia do novo coronavírus.

— É muito importante isso. Essa é a mensagem que, o tempo inteiro, o presidente tem tentado passar também. Que, talvez por infelicidade, não deixou claro o problema da saúde e da vacinação em massa. Mas a agonia dele com a economia é a seguinte: se você der o auxílio e chegar lá e a prateleira estiver vazia, todo mundo com o dinheiro na mão, há inflação, falta de alimentos. Temos que manter os sinais vitais da economia — disse Guedes.

Crítico das medidas de isolamento necessárias para combater a doença, Bolsonaro questionou ainda até quando as pessoas ficarão, nas suas palavras, "chorando". O coronavírus já matou mais de 260 mil brasileiros, e a mortes

estão em alta, batendo recordes nos últimos dias. Segundo Guedes, Bolsonaro acredita que saúde e economia andam juntos.



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Entidades criticam decreto estadual anunciado nessa sexta (05) **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/entidades-criticam-decreto-estadual-anunciado-nessa-sexta-05/504430>

Entidades criticam decreto estadual anunciado nessa sexta (05)

Publicação: 2021-03-06 09:49:02

Entidades do setor produtivo e representantes dos bares, restaurantes e similares de Natal e do Rio Grande do Norte criticaram as medidas restritivas anunciadas pela governadora Fátima Bezerra nessa sexta-feira (5) para tentar conter o avanço da pandemia. Na avaliação de interlocutores de diversos segmentos ouvidos pela TRIBUNA DO NORTE, a atualização do toque de recolher, que deixa de ser das 22h às 05 e passa a ser das 20h às 06h, causou prejuízos. Apesar de compreenderem a natureza do decreto e o atual momento da pandemia, há o entendimento de que o segmento, que passou meses impedido de reabrir, terá grandes perdas com o fechamento mais cedo dos estabelecimentos.

Créditos: Alex Régis



Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN, destaca que o novo decreto obriga, mais uma vez, o sacrifício do setor produtivo

Na avaliação do diretor executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio Grande do Norte (Abrasel/RN), Artur Fontes, a medida foi tomada "em cima da hora", o que prejudica os bares e restaurantes que se programaram desde o início da semana em relação a estoque de alimentos, insumos e escala de equipes. Segundo ele, o Poder Público precisa se atentar para outros problemas reais do cotidiano, como transporte público, medidas para templos e igrejas, entre outros. "Não pode só o setor de bares e restaurantes estar cortando na carne", destaca o empresário.

"O fechamento das 20h é uma medida ruim para os bares, que hoje sobrevivem dos movimentos noturnos. As pessoas almoçam muito por delivery e a gente tem tido fluxo maior à noite. Os restaurantes à noite tem 70% do movimento diário. Entendemos que medidas precisam ser tomadas, mas o que a gente não consegue mais aceitar é que elas sejam tomadas para o nosso setor. Demos sugestões para o transporte público, questões como reabertura de templos e igrejas sejam discutidas, feiras livres, escolas, mas o que não podemos, mais uma vez, é ter um arrocho enorme no nosso setor, e daqui há 7 dias estar rediscutindo isso e arrochar de novo nosso setor", defende Artur Fontes.

Ele detalha, ainda, que na tentativa de diálogo com o Poder Público, foi sugerido que a venda de bebida alcoólica fosse proibida a partir das 20h, com os bares e restaurantes funcionando até às 22h, o que não foi aceitado. "Já demos sugestões, como essa proibição do álcool nesse horário. Providências nós demos, não entramos no campo técnico. Se a decisão do Governo é essa, não é nosso papel estar sempre contestando. Temos que acatar e dialogar que as coisas não aconteçam de supetão, mas de fato nossa discussão é: já que nos vamos fazer nossa parte, outros setores precisam fazer também", pontua Artur Fontes.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, lamentou o fato do Estado ter chegado a um quadro na saúde "que obriga, mais uma vez, o sacrifício do setor produtivo". Para Queiroz, não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços que as pessoas estão se contaminando, onde, segundo ele, "todos os protocolos de biosegurança são rigorosamente cumpridos". Ele cita que o comércio polígono perdeu mais de R\$ 600 milhões em faturamento em 2020 e fechou cerca de 12 mil estabelecimentos, e no caso do setor de bares e restaurantes, um em cada três dos que fecharam no auge da pandemia, não conseguiu reabrir.

"Nós conversamos bastante com as equipes técnicas do Governo e da Prefeitura de Natal e, entre outras coisas, destacamos que é fundamental que tenhamos um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para os setores que retrocederem no funcionamento, conforme documentos que já encaminhamos ao Estado e as Prefeituras. E, também, que todo o esforço seja feito para que estas novas restrições perdurem pelo menor tempo possível", avalia Marcelo Queiroz.

Enfático nas críticas foi o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/RN), Abdon Gosson. Para ele, os estabelecimentos, caso venham a fechar, não encerrar suas atividades em definitivo. Ele analisa que o decreto atual em vigor na cidade do Natal, por exemplo, que permite o funcionamento dos bares e restaurantes até às 22h, é o ideal e cobra mais rigor na fiscalização.

"Não podemos, nesse minuto, tirar da boca dos milhares de trabalhadores o seu sustento, é impossível isso. As empresas vão fechar e as pessoas vão ficar na rua? Elas não vão ter lugar para se empregar. Não somos contra qualquer decreto desse, mas não podemos dar um lockdown na cidade. E no domingo com bares e restaurantes, aqueles que estão seguindo com rigorosidade todos os protocolos? Somos a favor de uma fiscalização extremamente rigorosa e que puna, com rigor, aqueles que infringirem", defende.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Entidades criticam decreto estadual anunciado nessa sexta (05)

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/entidades-criticam-decreto-estadual-anunciado-nessa-sexta-05/504430>

Entidades criticam decreto estadual

« PANDEMIA » Na avaliação de representantes dos setores ligados aos bares, restaurantes e serviços, novo decreto editado pelo Governo do Rio Grande do Norte contribuirá para ampliação da crise nesses negócios

Entidades do setor produtivo e representantes dos bares, restaurantes e similares de Natal e do Rio Grande do Norte criticaram as medidas restritivas anunciadas pela governadora Fátima Bezerra nessa sexta-feira (5) para tentar conter o avanço da pandemia. Na avaliação de interlocutores de diversos segmentos ouvidos pela TRIBUNA DO NORTE, a atualização do toque de recolher, que deixa de ser das 22h às 05 e passa a ser das 20h às 06h, causa prejuízos. Apesar de compreenderem a natureza do decreto e o atual momento da pandemia, há o entendimento de que o segmento, que passou meses impedido de reabrir, terá grandes perdas com o fechamento mais cedo dos estabelecimentos.

Na avaliação do diretor executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio Grande do Norte (Abrasel/RN), Artur Fontes, a medida foi tomada "em cima da hora", o que prejudica os bares e restaurantes que se programaram desde o início da semana em relação a estoque de alimentos, insumos e escala de equipes. Segundo ele, o Poder Público precisa se atentar para outros problemas reais do cotidiano, como transporte público, medidas para templos e igrejas, entre outros. "Não pode só o setor de bares e restaurantes estar cortando na carne", destaca o empresário.

"O fechamento das 20h é uma medida ruim para os bares, que hoje sobrevivem dos movimentos noturnos. As pessoas almoçam muito por delivery e a gente tem tido fluxo maior à noi-



Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN, destaca que o novo decreto obriga, mais uma vez, o sacrifício do setor produtivo

Destacamos que é fundamental que tenhamos um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito"

MARCELO QUEIROZ
Presidente da Fecomércio RN

te. Os restaurantes à noite tem 70% do movimento diário. Entendemos que medidas precisam ser tomadas, mas o que a gente não consegue mais aceitar é que elas sejam tomadas para o nosso setor. Demos sugestões para o transporte público, questões como reabertura de templos e igrejas sejam discutidas, feiras livres, escolas, mas o que não podemos, mais uma vez, é ter um arrocho enorme no nosso setor, e daqui há 7 dias estar rediscutindo isso e arrochar de novo nosso setor", defende Artur Fontes.

Ele detalha, ainda, que na tentativa de diálogo com o Poder Público, foi sugerido que a ven-

da de bebida alcoólica fosse proibida a partir das 20h, com os bares e restaurantes funcionando até às 22h, o que não foi acatado. "Já demos sugestões, como essa proibição do álcool nesse horário. Providências nós demos, não entramos no campo técnico. Se a decisão do Governo é essa, não é nosso papel estar sempre contestando. Temos que acatar e dialogar que as coisas não aconteçam de supetão, mas de fato nossa discussão é: já que nós vamos fazer nossa parte, outros setores precisam fazer também", pontua Artur Fontes.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, lamentou o fato do Estado ter chegado a um quadro na saúde "que obriga, mais uma vez, o sacrifício do setor produtivo". Para Queiroz, não é no comércio ou nos estabelecimentos de serviços que as pessoas estão se contaminando, onde, segundo ele, "todos os protocolos de biossegurança são rigorosamente cumpridos". Ele cita que o comércio potiguar perdeu mais de R\$ 600 milhões em faturamento em 2020 e fechou cerca de 12 mil estabelecimentos, e no caso do setor de bares e restaurantes, um em cada três dos que

fecharam no auge da pandemia, não conseguiu reabrir.

"Nós conversamos bastante com as equipes técnicas do Governo e da Prefeitura de Natal e, entre outras coisas, destacamos que é fundamental que tenhamos um pacote de ajuda, fiscal, tributária e de crédito para os setores que retrocederem no funcionamento, conforme documentos que já encaminhamos ao Estado e às Prefeituras. E, também, que todo o esforço seja feito para que estas novas restrições perdurem pelo menor tempo possível", avalia Marcelo Queiroz.

Enfático nas críticas foi o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/RN), Abdon Gosson. Para ele, os estabelecimentos, caso venham a fechar, irão encerrar suas atividades em definitivo. Ele analisa que o decreto atual em vigor na cidade do Natal, por exemplo, que permite o funcionamento das bares e restaurantes até às 22h, é o ideal e cobra mais rigor na fiscalização.

"Não podemos, nesse minuto, tirar da boca dos milhares de trabalhadores o seu sustento, é impossível isso. As empresas vão fechar e as pessoas vão ficar na rua? Elas não vão ter lugar para se empregar. Não somos contra qualquer decreto desse, mas não podemos dar um lockdown na cidade. E no domingo com bares e restaurantes, aqueles que estão seguindo com rigorosidade todos os protocolos? Somos a favor de uma fiscalização extremamente rigorosa e que puna, com rigor, aqueles que infringirem", defende.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Novas restrições valem até o próximo dia 17 de março **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/novas-restricao-a-es-valem-ata-o-pra-ximo-dia-17-de-mara-o/504428>

Novas restrições valem até o próximo dia 17 de março

A partir desse sábado (6), conforme Decreto 30.388/2021 que será publicado no Diário Oficial do Estado em edição extra, fica estendido o horário do "loque de recolher" com a proibição de circulação de pessoas em todo o RN, como medida de diminuição do fluxo de pessoas em ruas e espaços públicos e mitigação de aglomerações.

Crédito: Alex Régis



Decreto impõe necessidade de que os ônibus só circulem com os passageiros apontados para evitar aglomerações e diminuir riscos.

As medidas, adotadas com base em recomendações das autoridades sanitárias diante do agravamento do quadro epidemiológico em todo o País, ficam em vigor até 17 de março de 2021, substituindo-se o fechamento do Centro de Convenções, cuja vigência é por prazo indeterminado.

Os idosos e as demais pessoas enquadradas no grupo de risco da Covid-19 se sujeitarão a um dever especial de proteção, devendo restringir sua circulação, com o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, apenas no deslocamento para atividades e serviços essenciais. Essa proibição não se aplica aos agentes públicos, profissionais de saúde e de qualquer outro setor, cujo funcionamento seja essencial para o controle da pandemia.

Durante o período do toque de recolher poderão funcionar as seguintes atividades: serviços públicos essenciais; farmácias; indústrias; postos de combustíveis; hospitais e demais unidades de saúde e de serviços odontológicos e veterinários de emergência; laboratórios de análises clínicas; segurança privada; imprensa; meios de comunicação e telecomunicação em geral; funerárias.

Crédito: Junior Santos/Arquivo TN



Supermercados deverão abrir em horário diferente aos domingos

saiba mais

- Decreto Covid-19 do Centro Ativo neste sábado e domingo.
- Covid-19: Brasil tem segundo dia com mais mortes e confirmados.
- Há em 34 estados libras por covid-19 confirmadas e chega a 3.710 mortes.
- Donos de bares e restaurantes protestam contra o toque de recolher decretado pelo Governo do RN.
- Decreto que amplia toque de recolher no RN é suscitado no Diário Oficial

logística.

O decreto estabelece regras para funcionamento do comércio e de outras atividades econômicas: feiras livres, supermercados, mercados pedonais e demais estabelecimentos voltados ao abastecimento alimentar, poderão funcionar excepcionalmente nos domingos entre 06h e 20h. Em qualquer horário de incidência do toque de recolher, os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço poderão funcionar exclusivamente por sistema de entrega (delivery).

É permitido o deslocamento de pessoas durante a vigência do toque de recolher, seja mediante serviço de transporte de passageiros ou veículo próprio, restritamente em situações de emergência ou para o deslocamento entre o local de trabalho e o domicílio residencial.

É mais: exercício da advocacia na defesa da liberdade individual; serviços de alimentação (exclusivamente para delivery); serviços de transporte de passageiros; condução civil; serviços de manutenção predial e prevenção a incêndios; processamento de dados relacionados às atividades dispostas neste parágrafo; preparação, gravação e transmissão de celebrações religiosas pela internet; serviços de suporte portuário, aeroportuário e rodoviário e cadeia de abastecimento e logística.

Com o fim específico de evitar a propagação do novo coronavírus, todos os estabelecimentos comerciais e industriais devem cumprir as normas sanitárias estabelecidas no Decreto nº 29.742, de 04 de junho de 2020 e nos protocolos sanitários setoriais estabelecidos pelas Portarias Conjuntas, bem como as seguintes medidas: I – intensificar a triagem dos trabalhadores sintomáticos; II – realizar testes de diagnóstico em todos os trabalhadores sintomáticos; III – realizar rastreamento de contatos; IV – proceder com a notificação dos casos aos órgãos de acompanhamento de controle epidemiológico do Estado e acionar a Secretaria Municipal de Saúde local para auxiliar na realização da investigação do caso e do rastreamento de contatos; V – afastar o trabalhador sintomático e seus contatos pelo período recomendado de isolamento domiciliar.

Os eventos esportivos profissionais, pré-estabelecidos em agenda de campeonatos oficiais, poderão ocorrer apenas mediante autorização das Secretarias de Estado de Saúde Pública (SESAP) e da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), observadas, em qualquer caso, a adoção dos protocolos sanitários e a ausência de público.

Bebidas alcoólicas

Fica suspensa a venda para consumo no local de bebidas alcoólicas consumo em locais de acesso ao público, como conveniências, bares, restaurantes e similares, durante incidência do toque de recolher.

Fica mantida a proibição de transportar passageiros em pé no âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Rio Grande do Norte (STIP/RN). O condutor proibirá o acesso de passageiros sem utilização de máscara de proteção facial, devendo, em caso de recusa, acionar a autoridade policial para adoção das medidas cabíveis.

Também permanecem suspensas as aulas presenciais nas unidades das redes pública, estadual e privada de ensino, incluindo instituições de ensino superior, devendo, quando possível, manter o ensino remoto. As escolas e instituições de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil poderão funcionar em sistema híbrido ou por meio remoto, conforme a escolha dos pais ou responsáveis, desde que atendidas as regras estabelecidas nos protocolos sanitários vigentes. Não se sujeitam a essa previsão as atividades de educação em que o ensino remoto seja inviável, exclusivamente, para treinamento de profissionais de saúde e aulas práticas e laboratoriais para comunidades do ensino superior.

Decreto 30.388

Recomendações aos municípios

Fica recomendada aos municípios a permanência de suspensão das seguintes atividades:

- I – nos finais de semana e feriados, o funcionamento de restaurantes, lanchonetes, barracas de praia, praças de alimentação, praças de food truck, bares e similares;
- II – nos finais de semana e feriados, acessos às praias, lagoas, cachoeiras, balneários, clubes, rios e similares, bem como piscinas, inclusive aquelas em locais de uso coletivo;
- III – suspensão das aulas presenciais nas escolas da rede pública municipal de ensino, com possibilidade de adoção do sistema híbrido ou por meio remoto para as escolas e instituições de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil.

No caso de restaurantes, lanchonetes, bares etc., é permitida a continuidade, nos finais de semana e feriados, dos serviços de entrega (delivery), mas vedado, em qualquer caso, o atendimento presencial de clientes nas dependências do estabelecimento.

Além disso, recomenda-se aos municípios do Rio Grande do Norte a adoção das seguintes medidas sanitárias:

- I – realização de campanhas de divulgação e esclarecimento da atual situação pandêmica, inclusive da superlotação da rede hospitalar, bem como da necessidade de adoção de medidas sanitárias, utilização de máscaras de proteção facial, distanciamento social, dentre outros, com uso de linguagem simples e de fácil entendimento e utilização de meios de comunicação de fácil acesso à população, como cartões de som, veiculação em redes sociais, dentre outros;
- II – reorganização das feiras livres e similares, de modo a assegurar o distanciamento social, evitando aglomeração de pessoas e contatos próximos, mantendo as condições de higiene dos respectivos ambientes, observadas as recomendações da autoridade sanitária e o disposto em decretos anteriores;
- III – disciplinar o funcionamento do transporte coletivo urbano, de modo a evitar aglomerações e demanda concentrada em determinados horários, conforme protocolos sanitários do setor, bem como o estabelecido no Decreto Estadual nº 29.794, de 30 de junho de 2020 e suas alterações posteriores.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Sem seguir toque de recolher, Natal decreta novos horários para o comércio **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sem-seguir-toque-de-recolher-natal-decreta-novos-hora-rios-para-o-comercio/504515>

Sem seguir toque de recolher, Natal decreta novos horários para o comércio

A Prefeitura de Natal publicou no site deste sábado (6) um decreto estabelecendo novos regras para "a prevenção ao contágio pelo covid-19". O texto não acompanha decreto do Estado que estabeleceu toque de recolher das 20h às 05h da segunda a sábado, e limitação de deslocamento total nos domingos.

Pelo texto assinado pelo prefeito Álvaro Dias (PSDB) - supermercados, tipomercados e atacarejos, bem como suas respectivas galerias comerciais poderão funcionar das 07h às 20h todos os dias da semana. O texto conta também com as assinaturas de prefeitos como e presidente da Federação dos Municípios, Rosimar Puzos da Silva.

Crédito: Alvo Aguiar



Decreto é assinado pelo prefeito Álvaro Dias, com apoio de outros prefeitos

Já as lojas de conveniência poderão abrir, das 07h às 21h, todos os dias da semana. Com respeito ao comércio "port de mar", galerias comerciais e centros comerciais, o novo horário de funcionamento é das 07h às 18h, de segunda a sábado.

Shopping centers - inclusive as praças de alimentação - estão liberados para abrir das 07h às 20h todos os dias da semana. Academias, clubes, associações, box, clubes e similares e salões também poderão funcionar todos os dias da semana, das 07h às 22h.

Por fim, restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, food parks e similares poderão funcionar das 11h às 21h, todos os dias da semana. A principal diferença deste decreto para o que foi publicado pelo Estado é a diferença nos horários.

Também fica autorizada a funcionar a "abertura e funcionamento das igrejas, templos e demais locais de cultos religiosos para a realização de missas, cultos e rituais de qualquer credo ou rito".



A pesquisa com relação a esse permitido é que a liberação tem de ser 25% da capacidade de acomodação do local.

Circulação de pessoas

O decreto proíbe, temporariamente a circulação de pessoas, nos espaços e vias públicas do Município de Natal, que não estejam fazendo uso de máscaras de proteção facial.

A excepcionalização é para as pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiência sensorial ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscaras de proteção facial, conforme declaração médica, crianças com menos de 3 (três) anos de idade e as pessoas idosas, utilizando máscara de proteção facial, retornar interditos a áreas de estabelecimento, para consumação de algum ou de atendimento no local.

Transporte público

A Prefeitura também estabelece alterações no sistema de ônibus, cidade locais de ped.

Pelo decreto, fica autorizado nos horários das 08h00min às 09h00min e das 17h00min às 18h00min, nos dias úteis, o uso do benefício da gratuidade concedido a idosos; e o uso do benefício da meia passagem estudantil, concedidos os estudantes em regime presencial.

No documento, a prefeitura afirma que "a operação do serviço de transporte público coletivo de passageiros possui sofrer alterações a qualquer tempo, de forma, viagens, frequências e rota".

O decreto ainda autoriza aulas presenciais nas escolas privadas para educação infantil, ensino fundamental e médio, e nas instituições de ensino superior.

Pelo estabelecimento desses horários de funcionamento, a Prefeitura levou em consideração o "quadro dramático que estamos vivendo, atualmente, em se agravado mais ainda recentemente com a ocupação dos leitos críticos para tratamento da doença soma de 85% nos hospitais públicos-públicas, com essas Unidades de Terapia Intensiva, sem vagas e sem os hospitais terem condições para abrigar e socorrer novos pacientes diagnosticados com COVID-19".

Além dessas razões, no decreto, o prefeito Álvaro Dias recomenda "a realização de autoproteção terapêutica do preventivo da população, associado ao profissional médico e técnicas de prescrição de-hospitalar dos medicamentos que se utilizam como eficazes para tratamento de COVID-19".

O texto também faz uma recomendação para o Governo do Estado: "É uma recomendação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte a respeito enviada do Hospital Estadual de Campanha, para apoiar a demanda de pacientes graves oriundos de todos os Municípios do Estado, desobrigando-as de outros unidades de saúde".

O documento está publicado em edição extra no Diário Oficial do Município (DOM) online.

Horários do comércio:

Supermercados, hipermercados e atacarejos, bem como suas respectivas galerias comerciais:

Das 06h00min às 22h00min, todos os dias da semana

Lojas de conveniência

Das 06h00min às 21h00min, todos os dias da semana

Comércio "de porta para a rua" e Galerias comerciais e centros comerciais

Das 07h00min às 18h00min, de segunda-feira a sábado

Shopping centers, inclusive as praças de alimentação

Das 07h00min às 20h00min, todos os dias da semana

Academias, clubes, associações, box, clubes e similares

Das 05h00min às 22h00min, todos os dias da semana

Restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, food parks e similares

Das 11h00min às 21h00min, todos os dias da semana

Confira abaixo a íntegra do decreto:

DECRETO Nº 12.179 DE 03 DE MARÇO DE 2021

Estabelece regras de segurança sanitária, orientações e restrições visando a prevenção ao contágio pelo COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO NATAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, Incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Município de Natal:

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 30.347, de 30 de dezembro de 2020, que renovou a declaração do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Norte, em razão de grave crise de saúde, decorrente da disseminação do COVID-19, doença reconhecida como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS;

CONSIDERANDO que compete aos Municípios definir e disciplinar as regras sanitárias de prevenção e enfrentamento à COVID-19, bem como fiscalizar a seu fiel cumprimento, conforme entendimento da Suprema Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que desde o início da pandemia, a Administração Pública Municipal tem buscado promover medidas preventivas para evitar o contágio e a disseminação da doença COVID-19, tendo adotado como princípios basilares dos protocolos, medidas sanitárias como a higienização contínua e frequente, o uso de máscaras de proteção facial e o distanciamento social;

CONSIDERANDO que no período eleitoral, houve a derrubada e suspensão do Decreto editado por este Poder Executivo Municipal, que tratava da proibição de comemorações, carnavais, passeatas e comícios, observando-se a partir daí, o substancial aumento no número de casos de COVID-19 nesta capital e em todo o Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que a despeito do aperto de todas as recomendações preventivas no combate à COVID-19, nossa população tem relatado sistematicamente na utilização dessas medidas preventivas, circunstância que tem se agravado mais ainda com as recentes aglomerações dos períodos festivos de fim de ano e do feriado prolongado do carnaval;

CONSIDERANDO que o Estado do Rio Grande do Norte, entrou em estado de alerta no último dia 20 de fevereiro, após o Instituto de Medicina Tropical da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IMT-UFRN) confirmar a circulação de duas novas variantes do coronavírus, a P.1, inicialmente identificada em Manaus (AM), e a P.2, registrada no Rio de Janeiro (RJ), as quais são associadas a uma maior dispersão e transmissibilidade do vírus;

CONSIDERANDO ainda dados que corroboram a disseminação acentuada dos casos de coronavírus, confirmados pelo aumento significativo na quantidade de testes positivos para COVID-19 desde dezembro de 2020, chegando a 64% de exames positivos realizados pelo IMT-UFRN em fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO que esse quadro dramático que estamos vivendo atualmente, tem se agravado mais ainda recentemente, com a ocupação dos leitos críticos para tratamento da doença acima de 85% nos hospitais públicos-públicas, com essas Unidades de Terapia Intensiva, sem vagas e sem os hospitais terem condições para abrigar e socorrer novos pacientes diagnosticados com COVID-19;

CONSIDERANDO que desde a chegada da COVID-19 no Município de Natal, números sacrificios foram feitos pela população como um todo, ocasionando lesões econômicas, sociais e psicológicas, sacrificios esses que correm o risco real de inutilização caso não seja tomada alguma medida energética;

CONSIDERANDO a importância de consolidar as bem como as medidas de enfrentamento e protocolos de higienização e de distanciamento social;

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Sem seguir toque de recolher, Natal decreta novos horários para o comércio
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sem-seguir-toque-de-recolher-natal-decreta-novos-hora-rios-para-o-coma-rcio/504515>

DECRETO

ARTIGO 1º DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM GERAL

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto tem por finalidade a consolidação das medidas de enfrentamento à COVID-19 no âmbito do Município de Natal, no que concerne ao direito de abertura e funcionamento dos serviços e do comércio local, bem como as respectivas medidas de implementação e protocolos de fiscalização e do estabelecimento social.

Art. 2º Fica recomendada a realização de quimioprofilaxia instituída na prevenção da transmissão, assegurada ao profissional médico a formação em transmissão para hospitalar dos medicamentos que são entendidos como eficazes para tratamento da COVID-19.

Art. 3º As repartições públicas e empresas privadas deverão adotar todas as medidas de proteção de trabalho, privilegiando o trabalho remoto sempre que for possível e adequado, quando inclusive sobre o atendimento de visitas e visitas em domicílio, bem como a utilização de máscara, higienização e distanciamento físico no sistema de transporte coletivo municipal.

Parágrafo único. Os planos específicos de proteção de trabalho referidos no caput deste artigo poderão ser adotados em paralelo entre os estabelecimentos comerciais, organizações, bem como pelas associações comerciais, de bairro e de atividades específicas.

SEÇÃO II DOS ESPAÇOS E VIAS PÚBLICAS

Art. 4º Fica recomendada a proibição de circulação de pedestres, nos espaços e áreas públicas do Município de Natal, que não estejam fazendo uso da atividade de proteção local, nos termos do artigo 7º, caput, e inciso III-A da Lei Federal nº 13.019, de 09 de fevereiro de 2020, com as modificações trazidas pela Lei Federal nº 14.010, de 09 de julho de 2020.

Parágrafo único. Fica excepcionada a circulação:

I - as pessoas com tratamento do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com qualquer outra deficiência que os impede de fazer uso adequado de estruturas de circulação local, conforme destinação médica;

II - as crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade;

III - as pessoas que, utilizando máscara de proteção facial, estiverem atendidas a necessidades estabelecidas, para conservação do histórico de atendimento local.

SEÇÃO III DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 5º Com o objetivo de evitar a aglomeração de pessoas, a operação de serviço de transporte público coletivo de passageiros poderá sofrer alterações a qualquer tempo, de horários, viagens, frequências entre.

§1º Fica vedado o transporte das 06h00min às 06h30min e das 17h00min às 18h00min, nos dias úteis;

II - a utilização de bicicletas colocadas a bordo;

III - a utilização de bicicleta de mão para quem estiver em movimento no sistema em regime lotado;

§2º Fica a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMU) autorizada a determinar, por Portaria, o fim de utilização deste artigo;

SEÇÃO IV DOS EVENTOS COMERCIAIS

Art. 6º Fica proibida a realização de feiras, shows e eventos comerciais no Município de Natal.

Parágrafo único. A proibição referida no caput deste artigo se estende também aos eventos comerciais em ambientes fechados, públicos ou privados;

SEÇÃO V DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM GERAL

Art. 7º As lojas de conveniência e supermercados hipermercados abertos (bem como seus respectivos galões comerciais) poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo II deste Decreto.

Art. 8º O comércio "de porta para a rua" de alimentos compreende o comércio comercializado para e funciona nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo II deste Decreto.

Art. 9º Os serviços gerais em edifícios e condomínios, os serviços de limpeza, segurança e vigilância diurna, inserir suas atividades às 07h00min, com encerramento até às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira - sendo no caso de Natal, de segunda a sexta.

Art. 10. Os serviços de escritórios, apoio administrativo, serviços multimedios, de reparação e demais atividades de serviços deverão iniciar suas atividades às 08h30min, com encerramento às 18h00min, de segunda-feira a sábado.

SEÇÃO VI DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 11. Os serviços de saúde, bem como suas respectivas unidades de atendimento, poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo II deste Decreto.

SEÇÃO VII DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

Art. 12. Os restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, food courts e similares poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo II deste Decreto.

§1º Para o serviço de entrega domiciliar, sem consumação no local, os estabelecimentos referidos no caput deste artigo poderão atender aos seus clientes sem qualquer limitação de horários.

§2º Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas no âmbito do Município de Natal, entre as 21h00min e as 06h00min, todos os dias da semana, inclusive em lojas de conveniência.

SEÇÃO VIII DAS IGREJAS, TEMPLOS E DEMAIS LOCAIS DE CULTOS E RITUAIS RELIGIOSOS

Art. 13. Fica autorizada a abertura e funcionamento das igrejas, templos e demais locais de rituais religiosos para a realização de missas, cultos e rituais de qualquer credo ou religião, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo IV deste Decreto.

Parágrafo único. A autorização de abertura e funcionamento referida no caput deste artigo fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de acomodação do local.

SEÇÃO IX DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PRIVADA

Art. 14. Fica mantida a autorização de abertura e funcionamento das escolas de ensino médio, fundamental e infantil da rede privada no Município de Natal, para a realização de aulas presenciais, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo V deste Decreto.

Parágrafo único. Aos pais ou responsáveis, deverá ser assegurado o direito de escolha entre as modalidades de ensino, remoto ou presencial, recomendando-se sejam intercaladas as duas modalidades.

Art. 15. Fica mantida a autorização de abertura e funcionamento das instituições de ensino superior para a realização de aulas presenciais, com opção de oferecer o sistema híbrido (presencial a remoto), desde que atendidas as regras estabelecidas no protocolo específico estabelecido no Anexo V do Decreto Municipal nº 12.135, de 23 de dezembro de 2020, republicado em 29 de dezembro de 2021.

SEÇÃO X DA ORLA MARÍTIMA

Art. 16. Com o específico fim de evitar a aglomeração de pessoas na orla marítima e resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e enfrentamento da pandemia de COVID-19, fica proibida a concentração, circulação e permanência de pessoas nas praias urbanas do Município de Natal durante os sábados, domingos e feriados, excetuando-se a prática de caminhadas ou atividades esportivas individuais que não causem aglomeração.

§1º Ficam a SITU e a SEMDER autorizadas a proceder com o fechamento das vias públicas de acesso às praias urbanas.

§2º A autoridade municipal de trânsito disciplinará a proibição de estacionamento em proximidades das respectivas praias.

§3º As barracas e quiosques das praias poderão funcionar de segunda-feira a sexta-feira, sendo vedado o funcionamento nos sábados, domingos e feriados.

§4º A proibição de venda de bebidas alcoólicas entre as 21h00min e as 06h00min, todos os dias da semana, igualmente se aplica às barracas, quiosques e similares.

SEÇÃO XI DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS

Art. 17. As áreas comuns de lazer dos condomínios residenciais deverão permanecer fechadas para festas, eventos comemorativos e aglomerações.

§1º Os condomínios residenciais poderão disciplinar, por meio de reserva e agendamento de horário, a forma de uso de suas áreas comuns, para o uso individual ou por núcleo familiar - em especial as áreas de piscina, academia, quadras esportivas e espaços infantis.

§2º É também permitido o uso das áreas comuns dos condomínios residenciais (área de lazer, piscina, quadras esportivas etc) para a prática de atividades físicas e para aulas, desde que observadas as regras estabelecidas no protocolo geral referido no Anexo II deste Decreto.

SEÇÃO XII DAS ACADEMIAS, CLUBES, ASSOCIAÇÕES, BOX, STUDIOS E SIMILARES

Art. 18. As academias, clubes, associações, box, studios e similares poderão abrir e funcionar nos horários estabelecidos no Anexo I deste Decreto, desde que atendidas as regras e protocolos previstos no Anexo VII deste Decreto.

Parágrafo único. A autorização de abertura e funcionamento referida no caput deste artigo fica limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de acomodação do local.

SEÇÃO XIII DO NÚCLEO OPERACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DA COVID-19

Art. 19. A fiscalização das medidas tomadas com a publicação deste Decreto caberá ao Núcleo Operacional de Fiscalização da COVID-19, instituído pelo Decreto Municipal nº 12.135, de 23 de dezembro de 2020, republicado em 29 de dezembro de 2021.

§1º Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades poderão impor as penalidades previstas no artigo 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 - dentre elas o fechamento e a interdição do estabelecimento, além de multa no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§2º Após a interdição do estabelecimento, a autoridade deverá arcambrar relatório de auto de interdição ao Ministério Público Estadual para apurar e sanar a situação de risco à saúde pública, nos termos do artigo 268 do Código Penal, com pena de detenção de até um ano. §3º O retorno das atividades compreende-se à avaliação favorável de inspeção quanto ao atendimento das medidas sanitárias, devendo o responsável pelo estabelecimento comprometer-se mediante termo escrito a não mais recorrer na infração constatada.

§3º O retorno das atividades condiciona-se à avaliação favorável de inspeção quanto ao atendimento das medidas sanitárias, devendo o responsável pelo estabelecimento comprometer-se mediante termo escrito a não mais recorrer na infração constatada.

§4º Em caso de reincidência, será cessado o direito de funcionamento do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de nova multa.

§5º As infrações e penalidades e apresentação de defesa contra o auto de infração dar-se-ão no órgão ao qual pertence a agente de fiscalização.

Art. 20. As regras definidas neste Decreto poderão ser revistas a qualquer tempo, de acordo com as taxas e índices de transmissibilidade da COVID-19 no Município de Natal.

Art. 21. Fica recomendada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte a instalação imediata no Hospital Estadual de Compuera, para suprir a demanda de pacientes graves oriundos de todos os Municípios do Estado, desconsiderando os demais unidades de saúde.

Art. 22. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ALVARO COSTA DIAS
Prefeito de Natal

ANTONIO FERREIRA DA SILVA
Presidente da FEMURN

FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA
Presidente da ANSO

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Presidente da AMLAF

DANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Presidente da AMS

RIVELINO CÂMARA
Presidente da ANOP

ANEXO I

Supermercados, hipermercados e abastecedores, bem como seus respectivos galões comerciais
Das 06h00min às 22h00min, todos os dias da semana

Lojas de conveniência
Das 06h00min às 21h00min, todos os dias da semana

Comércio "de porta para a rua"
Galões comerciais e centros comerciais
Das 06h00min às 18h00min, de segunda-feira e sábado

Shopping centers, inclusive as praças de alimentação
Das 09h00min às 20h00min, todos os dias da semana

Academias, clubes, associações, box, studios e similares
Das 08h00min às 22h00min, todos os dias da semana

Restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, food courts e similares
Das 11h00min às 21h00min, todos os dias da semana

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Movimentação portuária do RN cai 18,78% em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/movimentaa-a-o-portua-ria-do-rn-cai-18-78-em-2020/504423>

Movimentação portuária do RN cai 18,78% em 2020

Publicação: 06/03/2021 09:00:00

Margareth Grió
Editora Executiva

O setor portuário do Rio Grande do Norte, com quatro terminais autorizados, movimentou em 2020 4.024 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 18,78% em relação ao ano de 2019, quando a movimentação geral de cargas atingiu 5.940 milhões de toneladas. Os dados não contabilizam a carga movimentada no Apoio Portuário, que é a transferência de produtos, principalmente o sal, da área de produção ao terminal, por barcaças. Em 2020, esse volume foi de 1.890 milhão de toneladas: 10,55% menor que o registrado no ano de 2019 (2.113 milhões de toneladas).



Créditos: Magnus Nascimento

saiba mais

Porto de Natal tem queda de 8,6% nas cargas movimentadas

O levantamento da Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho de Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) considera a movimentação no Porto de Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca,

Terminal Aquaviário de Guamaré e no Terminal de Embarque Marítimo da Salina Diamante Branco (Galinhas). Segundo os dados da Agência, o Porto de Natal escoou no ano passado 696.895 toneladas, um volume 4,8% menor que o registrado no anterior: 732.542. Esses dados são menores do que o divulgado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), que administra o terminal portuário (veja na matéria abaixo).

No Terminal Salineiro de Areia Branca, também gerido pela Codern, o segundo porto com maior escoamento no Estado, a movimentação caiu 18,10%, segundo a Antaq. Em 2020, o Porto Ilha escoou 1.761 milhão de toneladas de sal em cabotagem (entre estados brasileiros) e longo curso (exportação). No ano anterior, o volume foi superior a 2,346 milhões de toneladas. Esses dados, que não incluem os volumes do Apoio Portuário, são praticamente equivalentes aos divulgados pela Codern. No Terminal Aquaviário de Guamaré, gerido pela Petrobras, e que detém o maior volume de escoamento portuário do RN, a Antaq registrou o escoamento de mais de 2,357 milhões de toneladas no ano passado, cerca de 12% a menos que o verificado no ano anterior: 2,686 milhões de toneladas.

No Terminal de Embarque Marítimo da Salina Diamante Branco, localizado em Galinhas, que é privado, a movimentação de sal marinho despencou 94,52% no ano passado, indo a 9.672 toneladas. Em 2019, o terminal tinha escoado 176,8 mil toneladas do produto.

Movimentação nacional

No Brasil, diferentemente do Rio Grande do Norte, a movimentação portuária cresceu 4,2% no ano passado ante 2019, uma soma final de 1,151 bilhão de toneladas, segundo os dados divulgados pela Antaq. "Esses números finais comprovam resiliência e capacidade de entrega do setor. O setor manteve os mais altos níveis de prestação de serviço, garantindo que produtos continuassem a ser exportados, mantendo a economia aquecida, além da importação", disse o diretor-geral da agência, Eduardo Nery, segundo quem a Antaq se prepara para um "crescimento ainda maior" em 2021.

Nery citou como fatores de impulso os 18 leilões programados para 2021 na área, com expectativa de atrair investimentos de mais de R\$ 4 bilhões. Para o diretor-geral, os resultados positivos ao longo de 2020 são também resultado da "priorização" do setor portuário pelo governo em seu programa de concessões. Segundo ele, entre 2019 e 2020, a área portuária é a que concentrou mais leilões a nível federal.

Ao comentar o crescimento de 2020, Freitas afirmou que o número é importante para mostrar que houve uma resposta às dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus. "Todos enfrentam dificuldades sobre quais decisões tomar, era necessário manter os portos funcionando", disse o ministro da Infraestrutura.

Panorama dos Portos

Movimentação portuária no Rio Grande do Norte

Cenário Todos os portos (2020)

Movimentação (em toneladas)

2019 8.053.046
Cabotagem 3.806.319
Longo Curso 2.134.277
Apoio Portuário 2.113.051

2020 6.714.956
Cabotagem 3.118.236
Apoio Portuário 1.890.117
Longo Curso 1.706.603
-18,78% de queda

Detalhamento por terminal

Terminal Aquaviário de Guamaré

2019 2.686.094
2020 2.357.351
-12,23%

Terminal Salineiro de Areia Branca

2019 4.458.203
Apoio portuário: 2.111.851
Vol. sem Apoio Portuário: 2.346.256
2020 3.651.032
Apoio portuário: 1.889.233
Vol. sem Apoio Portuário: 1.761.809
-18,10%

PORTO DE NATAL

2019 732.542
Apoio portuário: 1.100
2020 696.895
Apoio portuário: 894
-4,86%

Grupo de Mercadorias (2020)

Contêineres (56,7%): 294.880
Cereais (40,7%): 283.867
Açúcares e Produtos de cana-de-açúcar (2,6%): 18.058

Tipo de Navegação

Longo Curso 657.006
Cabotagem 8.995

Terminal de embarque marítimo de Salina Diamante Branco (Galinhas)

2019 176.807
2020 9.672
-94,52%

Fonte: Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho de Agência

Cenário - Dados da Codern

Porto de Macaú (AL)

2019 1.656.446
2020 1.918.500
(+15,81%)

Porto de Natal (RN)

2019 780.217
2020 710.912
-8,88%

Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)

2019 2.218.699
2020 1.751.407
-21,06%

Atrações

Macaú

2019 313
2020 256
-18,2%

Natal

2019 242
2020 203
-16,11%

Areia Branca

2019 63
2020 51
-19,04%

*Dados oficiais encaminhados à TN pela assessoria da CODERN

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Porto de Natal tem queda de 8,8% nas cargas movimentadas **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/porto-de-natal-tem-queda-de-8-8-nas-cargas-movimentadas/504424>

Porto de Natal tem queda de 8,8% nas cargas movimentadas

Publicação: 2021-03-07 09:40:00

Com 710,9 mil toneladas movimentadas, em 2020, o Porto de Natal registra uma queda de 8,88% ante 2019, ano em que o terminal escoou 780.217 toneladas, quase 70 mil a mais. Os dados são da autoridade portuária local, a Codern que administra o terminal. Há pequena diferença entre o apurado pela companhia e pela Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Segundo os dados da Agência, o Porto de Natal escoou no ano passado 696.895 toneladas, um volume 4,8% menor que o do anterior, 732.542. Os dados da Codern mostram que o número de atracações em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, que ainda persiste, caiu mais de 16%, indo de 242 para 203.

Créditos: Alex Régis



Terminal portuário da capital movimentou 710,9 mil toneladas de cargas ao longo do ano passado

Logística e Transporte

Compartilhe os Serviços de Logística e Transporte da empresa. Acesse diretamente sua Empresa. br.ibm.com/parques.com

ABRIR

saiba mais

- **Movimentação portuária do RN cai 18,78% em 2020**

Entre os números estratificados, a maior queda de movimentação foi registrada no granel sólido, com 283,8 mil toneladas e 10,71% de retração. Já a área de contêineres, cuja movimentação foi de 394,8 mil toneladas teve uma alta de 0,88%. No ano passado, da carga total, 687.006 saíram para exportação (longo curso), uma alta de 1,28 ante 2019 (678.301) e 8.995 toneladas por cabotagem (entre estados brasileiros), o que revela uma queda de 83% ante o registrado no ano anterior, que foi de 53.142.

No levantamento da Antaq consta recorde por portos que movimentam, principalmente, minério de ferro, soja e milho, bem como os insumos para o plantio das safras, que não são o caso dos Portos do Rio Grande do Norte. Houve também aumento nas exportações de petróleo e na cabotagem do pré-sal. "Essas cargas possuem grande peso no resultado do crescimento na movimentação. Elas não sofreram com a pandemia de Covid-19, pois os contratos de exportação são feitos no longo prazo", explicou a Codern em informe à TRIBUNA DO NORTE.

O Porto de Natal é utilizado para cargas gerais, mas principalmente para a exportação de frutas e rochas (quartzitos) e cabotagem de cargas em contêiner. A Codern disse ainda que "comemora os dados de crescimento do Porto de Maceió (AL), onde a movimentação aumentou de 1.656.446 em 2019 para 1.918.350 em 2020".

Saída de granel líquido cresce quase 15%

No Brasil, a movimentação portuária de granel líquido em 2020 foi o grande destaque de crescimento nos números do setor no ano passado, uma alta de 14,8% ante 2019, com 289,5 milhões de toneladas, segundo a Antaq.

No País, entre os números estratificados, a segunda maior alta de movimentação foi registrada no granel sólido, com 680,9 milhões de toneladas o 1,2% de crescimento. Em seguida vem a área de contêineres, cuja movimentação foi de 118,2 milhões de toneladas, uma alta de 1,1%. Já o volume de carga geral retraiu no ano passado 0,3%, com 54,2 milhões de toneladas movimentadas.

O minério de ferro foi a carga mais movimentada pelo setor portuário em 2020, com 358 milhões de toneladas - mais que a produção da Vale no ano passado, que somou 300,3 milhões de toneladas, segundo os dados da Antaq. Na segunda colocação, vem a parte de petróleo e derivados, com 262 milhões de toneladas, seguidos por contêineres, que totalizaram 118,2 milhões de toneladas.

Na exportação, o minério de ferro também é destaque, correspondendo a 52% da movimentação. O principal destino é a China, com 72% de participação, seguida por Malásia (7%), Japão (3%) e Holanda (3%). (Com informações da ANTAQ)

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Com auxílio, consumo de alimentos por mais pobres cresce 8% em 2020 **Impacto:** Neutro

Com auxílio, consumo de alimentos por mais pobres cresce 8% em 2020

Márcia De Chiavari

No ano de pandemia, os brasileiros no geral aumentaram o consumo de alimentos dentro de casa, mas os mais pobres conseguiram colocar uma quantidade maior de comida no prato. Em 2020, o volume de itens consumidos dentro dos domicílios de todas as faixas de renda cresceu 4% em relação a 2019. No entanto, entre as camadas de menor renda, as classes D e E, o avanço foi o dobro, de 8%, mostra pesquisa exclusiva da consultoria Kantar.

O aumento do consumo de alimentos pelos mais pobres foi embalado pelo auxílio emergencial, que injetou cerca de R\$ 300 bilhões na economia em 2020. Cerca de 70% das classes D e E, com renda familiar de até R\$ 2,6 mil, segundo o IBGE, receberam o benefício. Isso provocou um salto na receita dessa faixa da população, que gasta quase 25% do que ganha com comida.

Com mais dinheiro no bolso, os mais pobres incluíram itens que não faziam parte do cardápio. Presunto e apressados passaram a ser consumidos por 8,5 milhões de famílias das classes D e E no ano passado; 6,2 milhões de domicílios espermentaram empanados, do tipo nuggets, de frango, carne bovina e vegetais; 4,5 milhões foram às compras de hambúrguer, linguiça, maionese; 5,1 milhões passaram a usar manteiga e requeijão; e 7,1 milhões, azeite, mesmo do tipo misto, por causa da disparada de preço do óleo de soja.

O acesso a novas categorias de produtos por conta do auxílio emergencial lembra o movimento que ocorreu no início do Plano Real, em meados dos anos 1990. Na época, a queda abrupta da inflação permitiu a compra de frango e jogurte pelos mais pobres. Agora, porém, esse movimento de consumo é tido como transitório. É um primeiro sinal disso já começou a aparecer nos supermercados paulistas, que tiveram queda

real de vendas este ano (mais informações nesta página).

"O brasileiro comeu melhor no ano passado, porque o auxílio emergencial criou um mundo fantástico, um poder de compra temporário", afirmou David Piss, diretor de serviços ao cliente da Kantar e responsável pela pesquisa. Semanalmente, a consultoria audita 11,3 mil domicílios para radiografar o consumo a partir do ticket de compra.

O estudo da Kantar mostra que o auxílio turbinou o consumo de itens básicos — não só alimentos — nas regiões mais pobres do País. No Norte e Nordeste, o gasto médio das famílias que não receberam desembolsaram 2,1% a mais na mesma região.

Também a cesta de produtos perecíveis, que inclui carnes, verduras e frutas, foi a mais beneficiada pelo aumento da renda em 2020. O gasto médio de todos os brasileiros que receberam auxílio aumentou 16% com esse item. Já os que não receberam destinaram 13% a mais.

Moradora da comunidade de Paraisópolis, na zona sul da capital paulista, Jaqueline Santos da Silva, de 25 anos e mãe de três filhos, com sete e três anos de idade e um bebê de cinco meses, contou que conseguiu comer melhor na época que recebia o auxílio emergencial de R\$ 600. "Comprava bolacha que as crianças pediam, fruta, linguiça, frango, salicicha", disse ela. Agora, voltou para o Bolsa Família, cujo benefício não chega R\$ 300, e busca doações de cesta básica, mas até as doações ficam mais difíceis. "Fogo a marmita de doação no almoço e me viro na janta com o que tem." Na semana passada, Jaqueline tinha dois quilos de arroz, uma garrafa de óleo de feijão, sal e feijão. "Acho que a semana que vem não tem mais nada."

Fome. Ainda não há dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) disponíveis sobre

GELADEIRA TURBINADA

Alimentos que passaram a ser consumidos pelos mais pobres, das classes D/E, em 2020 por conta auxílio emergencial

Número de novos domicílios que passaram a comprar



Consumo de alimentos e bebidas dentro de casa em 2020 por classe



Obs.: O critério de classes sociais segue a classificação por pontos da ABEP, que inclui posse de bens. Grau de instrução e acesso a serviços públicos.

Fonte: Kantar, com base em pesquisa semanal em 11,3 mil domicílios em 2020. Metodologia: Kantar/IBGE/IBGE.



Ajuda. Jaqueline depende agora da doação de marmitas

como andou a fome no Brasil em 2020, disse na semana passada ao Estadão Alicia Bárcena, secretária executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas. Mas, considerando as informações sobre a redução da pobreza extrema, que é medida também pelo acesso a uma cesta básica de alimentos, Alicia calcula que 8,6 milhões de brasileiros deixaram a pobreza extrema no ano passado por causa do Bolsa Família, do benefício de Prestação Continuada e do auxílio emergencial. "O desafio é sustentar es-

Corte de benefício já afeta vendas em supermercados

A interrupção do pagamento do auxílio emergencial já bateu nas vendas dos supermercados neste início de ano. Em janeiro, a receita dos supermercados no Estado de São Paulo, o maior mercado do País, caiu 0,2% em relação a janeiro de 2020, segundo a Associação Paulista de Supermercados (Apas). Para fevereiro, a perspectiva é de queda real de 1% em relação ao mesmo mês do ano passado, prevê o economista da Apas, Thiago Berka. A ausência do auxílio emergencial nos dois primeiros meses do ano, somada ao cenário de desemprego alto e à base mais forte de comparação para o recuo dos números, já indica que registram este mês queda superior a 5% no valor médio das compras ante o final de 2020.

Outro sintoma do aperto é o aumento da procura por marcas mais baratas e também a redução das vendas de produtos de indulgência, como chocolates, bombons e salgadinhos. "Essos itens, hoje, já não fazem o mesmo sucesso nas lojas que atendem às classes C, D e E", diz Berka / M.C.

As medidas para que, no futuro, essa contenção possa se manter", afirmou. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza a volta do auxílio foi aprovada no Senado na última quinta-feira e agora segue para Câmara dos Deputados — a previsão é que avotação aconteça entre terça e quarta-feira. O valor do benefício deve variar entre R\$ 150 e R\$ 375. É uma cifra inferior aos R\$ 600 pagos inicialmente em 2020. O governo ainda pretende restringir o auxílio a uma pessoa por família, ao contrário da rodada de 2020.

Preço da carne puxa inflação de consumidor de menor renda

Em 12 meses, custo do prato feito variou quase 40% para mais pobres, ante 31,6% nas faixas de maior rendimento

A conta da inflação dos alimentos é mais alta para os brasileiros de menor renda. Nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, a inflação do chamado prato feito dos mais pobres preparando em casa — e que leva arroz, feijão, batata, tomate, carne de segunda e óleo de soja — subiu quase 40%. No mesmo período, entre fevereiro 2020 e fevereiro deste ano, o prato feito dos mais ricos, onde a única diferença é a substituição da carne de segunda pela de primeira (o file mignon), teve alta de 31,6%. O diferencial foi a inflação da carne. O corte de segun-

do subiu 35% no período e o de primeira, 26,9%. O índice é elaborado pela consultoria GfK, que audita as vendas no varejo. "O pobre, que tem menos renda disponível para comprar comida, é o que mais sofre com os efeitos do aumento das commodities no mercado internacional", afirma o diretor da consultoria e responsável pelo indicador, Fernando Balaluna. Ele diz que ficou surpreso com a grande diferença de custo, praticamente, da mesma refeição e destaca que arrancada maior na inflação do prato feito ocorreu no ano passado. Balaluna ressalta, no entanto, que a enorme diferença entre o custo da alimentação das camadas de menor e maior renda é nítida quando se avalia um período mais longo. Entre janeiro de 2019, quando o indicador começou a ser apurado e feve-

reiro deste ano, o custo do prato feito dos mais pobres subiu 70% e o dos mais ricos, 48%. O preço da carne bovina, que disparou por causa da forte demanda externa e da alta do dólar nos últimos meses, chegou no prato da diarista Roseli de Andrade Pereira, de 58 anos. "Carne agora é, no máximo, duas vezes na semana e de segunda." Também está optando pela linguiça e os ovos, no lugar da carne, para reduzir gastos. Roseli viu sua renda despencar por conta da pandemia e teve de recorrer ao auxílio emergencial para se manter. Até dezembro, quando ainda recebia o benefício, conseguia fazer uma compra regular no supermercado. Mas, nos dois primeiros meses deste ano, sem o auxílio e sem retomar a totalidade das faxinas que fazia, só está respondendo o que falta na dispensa. "A gente nem faz mais mercado como antes", reclama. A economista Maria Andréia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que a situação da população mais pobre piorou muito nos dois primeiros meses deste ano. "Eles

INFLAÇÃO DO PRATO FEITO

Custo da alimentação pesa mais para população de menor renda

Evolução do custo do prato feito preparado em casa



*ARROZ, FEIJÃO, CARNE DE PRIMEIRA, BATATA, TOMATE, ÓLEO DE SOJA. **ARROZ, FEIJÃO, CARNE DE SEGUNDA, BATATA, TOMATE, ÓLEO DE SOJA. Fonte: GfK. *Índice de preços de consumo em domicílios particulares. **Índice de preços de consumo em estabelecimentos comerciais.

o último dado disponível, que foi de 0,25%, a alimentação respondeu por quase a totalidade do aumento, isto é, 0,22 ponto percentual. Maria Andréia diz que a expectativa é de que a inflação dos alimentos comece a perder alguma força a partir do final do primeiro trimestre. Ainda que a situação da pandemia continue crítica no Brasil, em outros países a tendência é de volta à normalidade por causa do avanço da vacinação. "Isso deve gerar uma pressão menor de preços de alimentos no mercado internacional, o que deve trazer um alívio para inflação no Brasil." De toda forma, o fator mais sensível para a inflação de alimentos é o câmbio, lembra. A cotação do dólar pode se estabilizar e sair cair no momento em que a vacinação for acelerada no País, as reformas começaram a tramitar com mais velocidade e a confiança se recuperar. No entanto, mesmo que a inflação de alimentos tenha menor força, Balaluna pondera que o cenário do consumo de alimentos para os próximos meses deverá ser mais complexo com o valor menor do auxílio emergencial / M.C.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: PicPay escolhe a Nasdaq para a sua oferta de ações **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | DOMINGO, 7 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna de
broadcast

PicPay escolhe a Nasdaq para a sua oferta de ações

O PicPay, da holding J&F, bateu o martelo sobre a bolsa em que vai abrir capital e fez uma pré-seleção dos bancos que vão assessorá-lo na empreitada. A oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) deve acontecer na Nasdaq, berço das empresas de tecnologia nos Estados Unidos, ainda no primeiro semestre. Entre as instituições que devem participar do processo estão BTG Pactual, Bank of America (BoFA), Citi e Bradesco. As negociações ainda estão em curso e o PicPay tem sido assediado por outras instituições, o que pode mudar o quadro. Fechado o time de assessores, passa-se ao cálculo de quanto a companhia quer levantar na abertura de capital. Alguns IPOs recentes, como o da startup Méliuz, estão sendo usados como referência.



» **Val pagar quanto.** Estima-se que o valor de cada usuário varie em um intervalo de US\$ 1,5 mil a US\$ 3 mil. O PicPay, cuja base cresce a taxa de dois dígitos por mês, recém chegou à marca de 47 milhões de clientes, após ter batido R\$ 49,6 bilhões em transações, em 2020.

» **Contrata-se.** Na preparação para o IPO, o PicPay também tem reforçado o alto escalão. A última contratação foi a do diretor de Relações com Investidores do PagSeguro, André Cuzzotto, para assumir a mesma função na empresa e tocar o IPO, como fez na antiga casa.



» **Enquanto isso.** O colapso do fintech britânica Greensill atravessou os planos da empresa de colocar os pés no Brasil. Em dezembro, a financiadora de cadeias de suprimento fez a primeira contratação local: Sa-

muel Canineu (ex-ING), encarregado de montar e chefiar a filial.

» **Próximos capítulos.** O projeto está em compasso de espera pelas novidades da matriz, com expectativa de definição na próxima semana. Investida de um fundo do SoftBank, a Greensill tenta vender parte dos ativos e deve pedir proteção contra insolvência no Reino Unido.

» **Crise.** A Greensill teve o acesso à liquidez restrito depois que seguradoras se recusaram a renovar contratos que protegiam os empréstimos que fazia, vendo alto risco nas operações. Procurada, a fintech afirma que entrou em acordo com uma instituição financeira para vender "grandes partes" de seu negócio, mas não cita a operação brasileira.

» **Interesse.** A TIM Brasil recebeu quatro ofertas firmes para a constituição da FiberCo, sua empresa de fibra ótica. Dois proponentes são investidores financeiros, entre os quais um fundo gerido pelo BTG Pactual. Outros dois são empresas que já atuam em telecomunicações, caso da IHS, que fechou com a TIM acordo de exclusividade para avançar nas negociações. O acordo dura três semanas, renováveis.

EM PUBLICAÇÃO PROPOSTA ESTIMADA EM
TWITTER: @COLUNAECRAB



» **Noiva.** A IHS tem mais de 28 mil torres em vários países e busca ampliar o seu portfólio de infraestrutura aqui. Segundo o diretor de relações com investidores da TIM, Adrian Calaza, a oferta da IHS pareceu a mais interessante, mas não significa que será o acordo fechado.

» **Em miúdos.** A FiberCo tem a meta de levar fibra ótica a mais de 3 milhões de residências até o fim de 2023. Na largada, herda as redes da TIM, que cobrem 27 cidades, com 600 mil clientes conectados. A FiberCo é avaliada entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões, em valor patrimonial.

» **Em alta.** Os pedidos de crédito feitos por pessoas com mais de 60 anos cresceram no ano passado, de acordo com levantamento da Lendico, fintech especializada em empréstimo pessoal online. A alta foi de 6% na comparação com 2019.

» **Susto.** O copresidente da MRV, Eduardo Fischer, passou boa parte da semana em sua casa, em Minas Gerais, sob efeitos da covid-19. O empresário de 47 anos sentiu o primeiro sintoma - uma dor de garganta - na sexta-feira, 26. Naquela noite, teve um cansaço acima do comum na academia e decidiu voltar para casa. No sábado pela manhã, encerrou a partida de tênis em meia hora, também abatido pelo cansaço.

» **De malha.** Fisher fez o exame e recebeu o resultado positivo para o novo coronavírus. Ficou de malho até quinta-feira, dia 4, quando começou a se recuperar. "Sou jovem, me exercito e não tenho problemas de saúde. Me chamou atenção que os sintomas foram piores do que eu esperava", diz. "Adquiri um respeito maior pela doença, foi pior do que eu imaginava."

» **Compra de vacinas.** A MRV tem acompanhado de perto as discussões de grupos empresariais para a compra da vacina e considera a possibilidade de vir a adquirir os imunizantes quando a prática for autorizada pelo governo federal.

ANDRÉ ÍTALO ROCHA, ALINE BRONZATI,
CIRCE BONATELLI E MATHEUS PIOVESANA

CELSO
MING



EM PUBLICAÇÃO PROPOSTA ESTIMADA EM

Razões de governo e direito ao luto

O presidente Jair Bolsonaro pode ter lá suas razões de governo para julgar "frescura e mimimi" a prostração dos brasileiros pelos mais de 263 mil mortos pela covid-19. Mas, em assim agindo e em assim se manifestando, contraria leis milenares, que existem desde que o homem é homem.

A mais representada das tragédias gregas em todos os tempos é a sempre atual *Antígona*, de Sófocles, encenada pela primeira vez em 441 antes de Cristo. Trata do conflito entre razões de governo e direitos de família.

Creonte, o então todo-poderoso de Tebas, decretou que Polínices, filho de Édipo, não poderia ser sepultado na cidade, por considerá-lo traidor. Seu cadáver teria de ser exposto às intempéries e a ação dos cães e das aves carniceiras. Antígona, irmã de Polínices, se rebelou contra essa determinação "desumana e contrária aos deuses". Em segredo, recobriu o cadáver do irmão com a veste dos mortos, fez as abluções devidas e o sepultou de acordo com os rituais sagrados. "As tuas determinações não têm força" - justificou-se depois diante de Creonte - "para impor aos mortais até a obrigação de transgredir normas divinas, não escritas, inevitáveis."

Por sua insubordinação foi condenada à morte. Mas as consequências vieram a galope. Creonte e sua família foram castigados pelos deuses. "Cedo ou tarde, o mal parecerá um bem aquele que os deuses resolverem desgraçar" - canta o coro da peça.

O direito ao luto e a reverência aos mortos são registrados pelos clássicos e pelos que vieram depois. Na *Ilíada*, de Homero, Agamenon, o comandante grego, se submete a sacrificar sua filha Ifigênia para obter ventos favoráveis para a frota paralisada nas areias de Aulis. É mais uma situação em que razões de governo se sobrepujaram aos direitos de família. Os castigos se sucederam. De volta vitorioso a Micenas e em



vingança pelo assassinato de Ifigênia, Agamenon foi decapitado a machado por sua mulher Clitemnestra. Anos depois, o filho de ambos, Orestes, vingou a morte do pai e eliminou a mãe.

Até entre inimigos, respeitam-se os funerais. Nas cenas finais da *Ilíada*, o rei de Troia, Príamo, arrisca sua vida, transpõe o acampamento dos gregos, ajoelha-se diante de Aquiles, que matou seu filho Heitor em luta diante das muralhas de Troia, e implora a devolução do cadáver para que possa ser pranteado e, depois, cremado. O "animal Aquiles" - na expressão de Christa Wolf, em sua obra *Cassandra* - se comove com a coragem do rei inimigo, devolve o cadáver de Heitor e determina trégua na guerra, até que se completem as exéquias.

Quem viveu tempos não muito distantes deve lembrar-se. A morte de alguém envolvia a família, a rua, o bairro, a aldeia inteira. As lojas baixavam as portas em sinal de luto, os sinos dobravam a fimado, as bandeiras eram hasteadas a meio pau. Nas solenidades e antes de eventos esportivos, guarda-se um minuto de silêncio em memória do falecido.

Quando afirma que a comoção provocada pelas mortes em decorrência da covid-19 não passa de "frescura e mimimi", Bolsonaro renega essa herança cultural e incorre em impiedade e desrespeito à humanidade. Como visto pela literatura, coisas assim têm consequências.

* COMENTARISTA DE ECONOMIA

CONFIRA

» **Risou de processos**
Quando se demitiram, os membros do Conselho Deliberativo da Petrobrás argumentaram que, se continuassem, estariam expostos a processos na Justiça.

» **Mais rigor lá fora**
Esses processos não correrão apenas na Justiça local. Os investidores globais têm muitas razões para instaurar processos também na Justiça internacional, principalmente nos Estados Unidos, onde as leis são mais severas.

» **Atraso nos reajustes**
Desde o dia 19 de fevereiro, quando o presidente Bolsonaro comunicou que substituiria o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, por discordar dos reajustes dos combustíveis, os preços internacionais do petróleo subiram em dólares, até o fechamento de sexta-feira, 2,12%. E o dólar aumentou em reais 5,57%. Enquanto isso, consultores e analistas fazem suas contas para saber de quanto passou a ser o atraso nos reajustes dos combustíveis.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo barra novo cadastro para auxílio **Impacto:** Neutro

Governo barra novo cadastro para auxílio

Pela proposta, que já provoca reação, trabalhadores que perderam o emprego no segundo semestre de 2020 podem ficar sem proteção

Adriana Fernandes
Ídiana Tomazelli / BRASILIA

A nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis deve contemplar apenas brasileiros que já estavam recebendo o benefício em dezembro de 2020, sem possibilidade de novo cadastro para alcançar quem também perdeu a fonte de renda no período mais recente. A estratégia do governo já desperta críticas de organizações da sociedade civil, que consideram urgente a abertura de um novo prazo para pedidos de auxílio. As entidades também dispararam um movimento para ampliar o limite de R\$ 44 bilhões aprovado pelo Senado para o pagamento do benefício.

As críticas surgem antes mesmo da aprovação final da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que abre caminho para nova rodada do auxílio. O texto ainda precisa do aval da Câmara dos Deputados, em dois turnos de votação. A previsão é que as discussões na Casa tenham início nesta terça-feira.

A Rede Brasileira de Renda Básica alerta para a urgência de o Ministério da Cidadania abrir um novo cadastramento para incluir pessoas que perderam o emprego ou renda e ficaram em situação de vulnerabilidade a partir do segundo semestre de 2020. A primeira rodada do auxílio considerou quem estava registrado no Cadastro Único de programas sociais até 20 de março. Para os "invisíveis", também foram aceitos pedidos por site ou aplicativo até 2 de julho do ano passado — prazo que nunca foi reaberto.

Segundo apurou o *Estatão/Broadcast*, o governo não vê espaço para abrir um novo cadastramento e quer "aproveitar o que já existe". A avaliação é que a base de dados pré-existente já contemplaria um número robusto — 56 milhões de brasileiros recebiam o auxílio em dezembro — e foi preciso desenhar novos critérios para conseguir focalizar o benefício nos cerca de 45 milhões que devem ser alcançados agora com a nova rodada.

Além disso, mesmo quem não estava no CadÚnico em março do ano passado tem boa chance de ter conseguido o auxílio por meio do site ou aplicativo da Caixa, argumentam técnicos ouvidos pela reportagem. Por outro lado, trabalhadores que tenham eventualmente perdido o emprego no segundo semestre de 2020, sem conseguir recolocação, podem ficar sem proteção.

Outro obstáculo citado pelos técnicos é a demora para operacionalizar novos cruzamentos de dados, o que é rebatido pelas entidades, uma vez que o número de pedidos desta vez seria menor do que na primeira rodada. Procurado, o Ministério da Cidadania não se manifestou.

Medida provisória. O risco de

LEILÕES DIÁRIOS ONLINE

Diversas Oportunidades com **IPVA 2021 PAGO**

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSSE AGORA.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE



Desamparo. Entidades de proteção irão pressionar Congresso por novos pedidos de auxílio

brasileiros ficarem sem renda mesmo com a nova rodada do auxílio emergencial levará as organizações da sociedade civil a pressionar no Congresso pela alteração da medida provisória que será editada pelo governo para detalhar o funcionamento da nova rodada do benefício. O objetivo dessas entidades é mudar as regras de acesso e deter-

minar novos cruzamentos de dados e registros de vulneráveis, para garantir que ninguém fique de fora.

Uma MP tem vigência imediata, mas precisa ser votada em até 120 dias para não perder a validade. Como o auxílio só dura quatro meses (exatamente, 120 dias), a estratégia do governo é impedir a votação da MP e de-

ixar que o texto expire, justamente para evitar mudanças no texto. O mesmo caminho teve a MP 1.000, que em setembro do ano passado criou o auxílio residual com quatro parcelas de R\$ 300 e apertou as regras de acesso. Ela perdeu validade sem ter sido votada, tirando as chances do Congresso de impor qualquer alteração ou acréscimo ao texto.

Para a diretora de relações institucionais da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, é preciso vencer nos próximos dias a etapa de cruzamento de dados, principalmente a de atualização de sistema. Para isso, o Ministério da Cidadania teria de abrir um novo cadastramento, para inclusão das famílias.

"Dá tempo. O auxílio emergencial já foi implementado por um aplicativo", afirma ela, que ao longo de 2020 trabalhou como um "elo" de comunicação entre pessoas com dificuldades para terem o auxílio aprovado, Defensoria Pública da União (que ajudou cidadãos na busca do direito ao benefício) e o próprio Ministério da Cidadania.

Para Paola, o auxílio é segunda arma mais importante para o combate da pandemia, depois da vacinação. E que o auxílio tem de ser dado até que aja a imunização em massa. "Não existe retomada econômica, empurrar as pessoas para arrumar emprego se a vacina não chegar e não tiver um imunização em massa."

Limite de gasto entra na mira na Câmara

O limite de R\$ 44 bilhões aprovado pelo Senado para o pagamento do auxílio emergencial está na mira de organizações da sociedade civil e mesmo de parlamentares. Diante da explosão de uma nova onda da pandemia, há um movimento para tentar derrubar a trava durante a votação da PEC na Câmara dos Deputados.

Para a equipe econômica, a fixação do limite foi um ponto importante para evitar um "cheque em branco" ao Congresso, num momento de fragilidade das contas públicas. No ano passado, o governo pagou R\$ 293,1 bilhões em transferências às famílias vulneráveis, com impacto sobre a dívida pública.

Para o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), o valor de R\$ 44 bilhões não é um teto para o pagamento em si do auxílio. Ao Estadão, ele diz que o artigo da PEC que abre caminho à nova rodada do benefício trata de um teto para o volume de despesas que podem ficar de fora das amarras fiscais, mas na verdade, segundo ele, que o Congresso destine mais recursos ao programa social dentro das regras orçamentárias normais.

"Não existe essa história de limite, essa trava de R\$ 44 bilhões. Esse é o dinheiro que está autorizado a tirar do teto", diz Benevides. "A MP, se a Câmara quiser mudar, pode dizer que é R\$ 60 bilhões (para o auxílio emergencial). Obviamente, que vamos ter de encontrar R\$ 16 bilhões lá no teto de gastos."

Os movimentos sociais querem ir além e conseguir a retirada do limite de R\$ 44 bilhões durante a votação na Câmara. Cartas foram enviadas aos deputados mostrando que o Brasil tem atualmente 84 milhões de pessoas enfrentando algum grau de insegurança alimentar — quando há falta de acesso regular e disponibilidade de alimentos.

A retirada da trava de R\$ 44 bilhões pode ser feita sem atrasar a votação da PEC como um todo. Basta um destaque supressivo, ou seja, um pedido dos parlamentares para que a expressão que contém o limite seja retirada do texto. Esses destaques são votados em plenário. Até o momento, governistas não veem chances de uma articulação como essa prosperar, mas ainda assim o tema está sendo monitorado de perto para evitar surpresas.

Considerando o limite de R\$ 44 bilhões, a versão mais recente da MP prevê que trabalhadores em situação vulnerável por causa da pandemia devem receber quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375. J.A.F. e L.T.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 07/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Meta ambiental vira parte do salário Impacto: Neutro

B4 | Economia | DOMINGO, 7 DE MARÇO DE 2021

ESTADÃO DE S. PAULO



Meta ambiental vira parte de salário

Grandes companhias do País começam a colocar também no cálculo da remuneração do alto escalão métricas sociais e de governança

Fernando Guimarães

Além das tradicionais métricas de desempenho financeiro e de crescimento da companhia que usualmente entram na conta das grandes empresas na hora de formar o salário de um executivo, começam a fazer parte dessa equação no Brasil métricas relacionadas ao ESG: critérios ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês.

O País acompanha um movimento já comum no exterior, em resposta à cobrança da sociedade e de investidores pelo engajamento das empresas nas questões relacionadas à sustentabilidade, e a inclusão é a transparência, aspectos cada vez mais importantes para a percepção, principalmente, para a perenidade da empresa.

O movimento das empresas para serem mais sustentáveis acaba por impactar diretamente o bolso dos executivos, com a entrada dos critérios ESG nos planos de incentivos de curto e de longo prazo. Um exemplo é o caso da XIR Consultoria, Henri Barochel, sócio da XIR Consultoria, afirma que a empresa precisa tornar transparente que não são esses meios, já que é relevante que eles estejam relacionados a pontos sensíveis para o setor de atuação da companhia.

A auditoria em Gestão define dois itens que passaram, neste ano, a compor a avaliação de remuneração de longo prazo dos executivos: diversidade e redução de gases carbônicos. "Trazer esses critérios no momento é mais uma ação em prol de continuar evoluindo", comenta a diretora global de Pessoas e Responsabilidade Social da Gerdaul, Carolina Carpenedo. As métricas rela-

cionadas ao ESG passaram a ser atribuídas a 20% da remuneração de longo prazo dos executivos da empresa.

No GPA, dono da rede de supermercados Pão de Açúcar desde 2016, o remuneração variável de executivos conta com uma métrica relacionada à redução do consumo de energia elétrica. Mas a companhia percebeu que os gases que saem das refinarias não são mais importantes para a sustentabilidade da empresa.

"O objetivo é ser referência em sustentabilidade", comenta a diretora de Recursos Humanos da Lojas Renner, Clarice Martins Costa. O bônus anual do alto escalão da companhia tem relação com o atingimento dessas metas e cada executivo tem seu próprio desafio, comenta Clarice.

Yoshimura. Até o fim de 2025, a meta é reduzir tais emissões em 35%.

Yoshimura. Até o fim de 2025, a meta é reduzir tais emissões em 35%.

Yoshimura. Até o fim de 2025, a meta é reduzir tais emissões em 35%.

MUDANÇA

Gustavo Wernick, presidente da Gerdaul



'Metas precisam ser parte de um conjunto de ações'

Entusiasta do tema ESG, o presidente da Gerdaul, Gustavo Wernick, vem trazendo uma série de mudanças na Gerdaul desde que assumiu a liderança. Colocando a sustentabilidade como um dos pilares do negócio, o executivo diz que incorporou as métricas ESG à remuneração reforça a importância do tema para a empresa.

Como foi para você pensar o tema ano após ano parte da sua remuneração de longo prazo ligada à menor presença de lábios multicoloridos na empresa e à redução de gases carbônicos?

Está sendo um processo de avaliação e aprendizado coletivo. Mas é muito satisfatório ver nossos líderes compreenderem e embarcarem nessa jornada. As duas metas ESG que definimos são reconhecidas internamente como fundamentais para nos tornarmos uma empresa ainda melhor, mais sustentável e mais inovadora.

As mobilizações e ações para aumentarmos a participação de mulheres em cargos de liderança e reduzirmos nossa emissão de gases de efeito estufa já estavam na agenda. Mas as metas representam a consolidação de uma cultura corporativa de uma empresa que busca ser parte das soluções aos desafios da sociedade. Por isso, ter

parte da minha remuneração atrelada a essas metas é muito positivo, pois nos dá ainda mais clareza do caminho a percorrer numa jornada na qual toda a sociedade ganha.

Já é possível identificar mudanças no olhar dos executivos em relação a essas metas? Sem dúvida. Não diria que essa mudança se dá exclusivamente pelas metas, mas elas ajudam a reforçar a importância desse tema para a organização. Hoje, ao visitar uma operação, além das questões de segurança, produtividade e eficiência, nossos líderes já incorporaram temas como meio ambiente e diversidade em suas discussões e os temas reportados nas conversas e reflexões com suas equipes.

Há outras medidas possíveis para garantir que esse tema esteja presente na cultura da empresa?

As metas precisam ser parte de um conjunto de ações para que o tema esteja presente na cultura da empresa. Por isso, o primeiro passo deve ser uma reflexão de própria cultura, no sentido de tornar a organização menos hierárquica, mais ágil, transparente e colaborativa, onde as pessoas não tenham receio de sempre apontar, desaprovar e aprender. Essa adicional ao trabalho de cultura, destacou a evolução da governança. Desde 2019, por exemplo, o Comitê de Estratégia, ligado ao Conselho de Administração, passou a atuar como comitê de sustentabilidade, com o papel de apoiar o conselho na análise de decisões estratégicas também levando em consideração os fatores ambientais, sociais e de governança. F. G.

Fabio Facilo, presidente da Renner



'Remuneração tem de refletir objetivo da empresa'

O presidente da Renner, Fabio Facilo, teve recentemente sua remuneração atrelada a métricas ESG. Esse tipo de cálculo já era utilizado há alguns anos para 80% do alto escalão, mas agora vale para toda a cúpula. A varejista não possui um controlador definido e, para Facilo, trazer o tema à mesa da alta administração e da transparência a essas questões é uma obrigação. O executivo também percebe o consumidor mas atento ao assunto e que a pandemia deixou evidente a importância da métrica ESG para sociedades, empresas e acionistas.

Como foi para você pensar o tema ano após ano parte da sua remuneração de longo prazo ligada à menor presença de lábios multicoloridos na empresa e à redução de gases carbônicos?

Essa é uma reflexão de própria cultura, no sentido de tornar a organização menos hierárquica, mais ágil, transparente e colaborativa, onde as pessoas não tenham receio de sempre apontar, desaprovar e aprender. Essa adicional ao trabalho de cultura, destacou a evolução da governança. Desde 2019, por exemplo, o Comitê de Estratégia, ligado ao Conselho de Administração, passou a atuar como comitê de sustentabilidade, com o papel de apoiar o conselho na análise de decisões estratégicas também levando em consideração os fatores ambientais, sociais e de governança. F. G.

Jorge Faical, presidente do GPA



'Uma empresa tem de responder pelo impacto do seu negócio'

No GPA, ao colocar métricas relacionadas ao ESG na remuneração do alto escalão, a percepção é de que todo processo educativo instaurado vai pensando toda a companhia. A mudança ocorre, ainda, em um momento em que o consumidor brasileiro vem notando a importância da sustentabilidade, algo que ficou mais interessante momento de pandemia, aponta o presidente do GPA, Jorge Faical.

Houve alguma mudança na estratégia da empresa a partir do momento em que a remuneração do alto escalão passou a ter vinculação às métricas ESG?

A sustentabilidade sempre permeou nosso negócio. E a inclusão do tema nas metas de remuneração variável da liderança foi um desdobramento natural do nosso compromisso, com o qual procuramos evoluir de forma consistente permanentemente. Acreditamos que inserir o tema como um item na remuneração variável sinaliza e contribui para um processo educativo em toda a companhia que esse não só um compromisso do conselho do CEO, mas também de todos que fazem o dia a dia dos nossos negócios.

Como o consumidor no Brasil está mudando seu consumo e se voltando para empresas e produtos mais sustentáveis?

Não há dúvidas de que o consumidor brasileiro vem mudando o seu modo de pensar, identificando a exigência com os produtos e o processo produtivo por trás deles. O consumo se oferta consciente, inclusive, é um dos eixos da nossa estratégia de sustentabilidade e como levamos a isso, precisamos investir em sustentabilidade ou não temos nas sustentáveis em sociedade. Se quisermos ter longevidade como sociedade, esse é o único caminho e isso está ficando muito claro.

comportamento do consumidor também foi influenciado com o período pandêmico que estamos vivendo. Todos nós começamos e percebemos a interdependência dos temas e aumentamos a busca por um comportamento mais sustentável, seja de indivíduos como de empresa.

Como foi para a empresa, e para você pessoalmente, ter essa mudança no cálculo da remuneração?

O impacto é extremamente positivo, não apenas sobre as metas das nossas prioridades de negócio da qual somos remunerados e trazer valor para a sociedade. Além disso, é uma oportunidade de mais pessoas, diferentes saberes poderão contribuir com uma estratégia de negócios que tenha como premissas um desenvolvimento sustentável, reforça ainda mais ainda o compromisso da companhia na conduta que esperamos de nossos líderes.

Como o tema ESG está na pauta da administração do GPA? Acredita que uma empresa é responsável não somente pelo seu negócio, mas pelo impacto dos seus negócios em todos que a cercam. Essa é a nova forma de nos relacionarmos com todos os nossos stakeholders. Essa agenda é compromisso e propósito, e tem que estar refletida na nossa cultura, na liderança, no nosso modo de operar o hoje e o futuro. Temos uma estratégia de sustentabilidade de médio e longo prazo na qual direcionamos nossos compromissos, assim como nossas iniciativas e metas. O desdobramento disso é o envolvimento de decores de áreas do negócio. Isso envolve desde procedimentos e atividades que evoluem o dia a dia e logo, como resíduos, energia, água, gases de efeito estufa, passando pelo que afirmamos e como levamos a isso, precisamos investir em sustentabilidade ou não temos nas sustentáveis em sociedade. Se quisermos ter longevidade como sociedade, esse é o único caminho e isso está ficando muito claro.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Na pandemia, renda e saúde mental são mais afetadas **Impacto:** Neutro

Carreiras & Empregos

PARA ANUNCIAR
(11) 3055.2001

Na pandemia, renda e saúde mental são mais afetadas

Com a covid, carreira sofre com dificuldade para equilibrar vida profissional e pessoal em home office

Ludimila Honorato

Sócia de uma empresa de fotografias publicitárias há três décadas, Rita Silva, de 55 anos, começou a enfrentar dificuldades na carreira profissional assim que a pandemia teve início. A demanda por trabalhos caiu já em março, quando houve necessidade de iniciar a quarentena, e ela perdeu dois grandes clientes, causando impacto em sua renda. Acostumada a uma rotina ligada nos 220 volts, teve de trocá-la por outra, muito mais lenta.

O desconforto com a carreira veio da reflexão de que sua trajetória não seria mais tão linear quanto havia imaginado antes. Além disso, ficaram mais claras as dificuldades do ramo em que atua. A principal, na visão dela, é que alguns clientes não dão o devido valor a esse trabalho, uma vez que "todo mundo é fotógrafo" nas redes sociais.

Como ela, 32% dos brasileiros passaram a sentir que a vida profissional piorou – ou mesmo piorou muito – durante a pandemia, segundo dados da pesquisa realizada pela consultoria de estratégia Oliver Wyman com cerca de 4 mil brasileiros.

Pessoas que tiveram diminuição na renda passaram a ver a carreira com ainda menos otimismo. Entre os que enfrentaram essa redução, 51% têm um sentimento de piora. No grupo dos que mantiveram os ganhos, somente 14% se disseram pessimistas.

"Não consigo me ver parada e não pensar na possibilidade de ir novamente para a rua ou ir no perfil do LinkedIn e pegar uma empresa para trabalhar", diz Rita. "Fico pensando se é minha vontade voltar para o mercado, me culpo, mas quando imaginei que teria pandemia?"

Essa insatisfação com a carreira é até um dos motivos para se buscar ajuda para cuidar da saúde mental. No levantamento da Oliver Wyman, os brasileiros foram questionados sobre os motivos que os levaram a recorrer a esse apoio: estresse financeiro foi o mais indicado (23%), seguido por estresse no trabalho (13%).

A publicitária já havia encarado a síndrome do pânico há 20 anos, em decorrência de problemas pessoais e do excesso de trabalho. Consciente da importância do tratamento, ela se cuidou, mas o ano passado trouxe gatilhos complicados.

Segundo o psiquiatra Eduardo Tancredi, diretor-médico da eCare Group e integrante do comitê técnico da Aliança para a Saúde Populacional, isso é parte de um processo que começa com uma sensação de ordem que foi quebrada pela pandemia. Uma combinação de fatores, segundo ele, afeta o bem-estar e promove essa percepção.

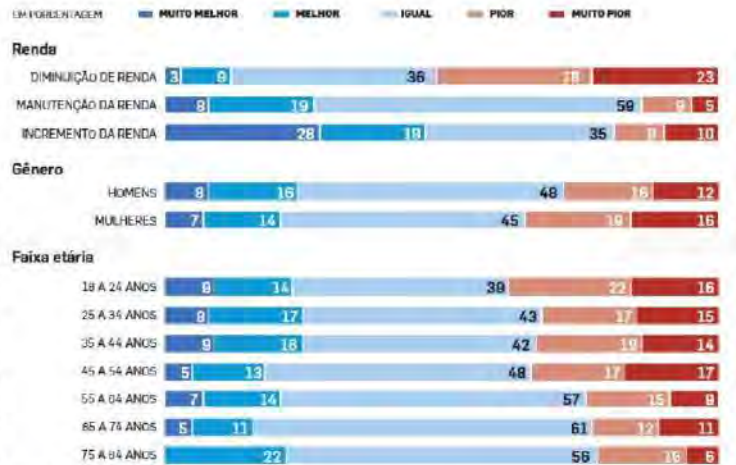
"É uma onda que passa pela empolgação inicial de mudanças, de ajustes, mas começa a pegar as pessoas nas adaptações do dia a dia", diz o médico. "Nosso cérebro coloca ordem na carreira, faz planejamentos. E, de repente, chega essa desordem que faz virem à tona sintomas emocionais, insatisfações com o ambiente de trabalho, com os chefes, e ainda mistura tudo isso dentro de casa."

O novo modelo de trabalho, com cobranças exageradas, fadiga e reuniões intermináveis, é outro ingrediente para essa perda de ânimo.

Para Joel Dutra, coordenador

OTIMISMO COM A CARREIRA

• Quem teve diminuição de renda sentiu mais a piora da carreira



Obs.: Números arredondados pela Oliver Wyman

Fonte: Oliver Wyman Consumer Sentiment Survey 2020/21

Infográfico/Estadão

do Programa de Estudos em Gestão de Pessoas da Fundação Instituto de Administração (Progep-FIA), uma pessoa com posicionamento passivo diante de crises entende as mudanças como uma ameaça à carreira. Ele menciona estudos indicando que o brasileiro tem baixa propensão ao protagonismo no ambiente de trabalho, o que limita nossa visão em relação às possibilidades.

Home office. Certificada pelo Top Employers Institute como uma das cinco melhores em gestão de pessoas no País, a farmacêutica Boehringer Ingelheim do Brasil adotou medidas para se aproximar dos funcionários

em meio ao trabalho remoto e garantir a segurança de quem precisou atuar presencialmente. O suporte oferecido, estendido às famílias, é parte de uma transformação organizacional que já estava em curso, conta Esteban Ziegler, diretor de Recursos Humanos.

Durante a pandemia, a companhia colocou 1,6 mil funcionários administrativos e de campo em home office e ofereceu a eles encontros virtuais com especialistas em mindfulness, gestão financeira, saúde emocional, gastronomia e ioga.

A Boehringer Ingelheim também manteve um canal aberto com as lideranças. Diretora da unidade de Negócios, Carolina

Anjos, de 37 anos, contou com o suporte da empresa para fazer vida pessoal e profissional funcionarem bem no home office. "Eu tenho duas filhas, de 1 e 5 anos. Quando a gente entrou em quarentena, as escolas fecharam e eu fiquei em pânico. Passei um mês completamente fora do eixo, um mês de muita angústia, muitas incertezas", lembra Carolina. "Depois, as coisas foram se encaixando e entrou um papel fundamental da Boehringer para mim: a estabilidade e a segurança que a empresa forneceu."

Seguindo o exemplo dos líderes executivos, Carolina ficou ainda mais presente e mais próxima de sua equipe nesse pe-

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais **Impacto:** Neutro



O presidente Jair Bolsonaro em cerimônia do Comando Militar do Sudeste em 2019, posando com militares em São Paulo durante as eleições presidenciais de 2018, ainda candidato, e cumprimentando membro da Polícia Militar do Rio de Janeiro na campanha eleitoral do ano passado, quando apoiou Marcelo Crivella

Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais

Com general na Petrobras, serão 92 cargos de chefia com as Forças Armadas; eram 9 no fim do governo Temer

Cátia Scabra e Diego Garcia

no de janeiro. Quando o general Joaquim Silva e Luna assumiu a presidência da Petrobras, o número de militares na cúpula das maiores estatais com participação da União consolidou uma marca histórica. Serão 92 cargos de comando ocupados por representantes das Forças Armadas, inclusive no conselho de administração.

Como Luna deve levar auxiliares militares, o número será maior, aproximando o efeito da marca de uma centena.

Nesses pouco mais de dois anos, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) multiplicou por dez o número de militares na alta gestão de boa parte das estatais. Em 2018, quando Michel Temer encerrava sua gestão, eram nove cargos de comando com militares.

Os dados consideram a estrutura no topo das 19 estatais vinculadas à União, incluindo as com maior peso, Petrobras e Eletrobras. O levantamento foi obtido pela Folha por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação). A apuração foi reforçada por coletas complementares nos sites dessas empresas ou repassadas por suas assessorias de imprensa.

Na lista também estão estatais como Correios, Serpro, Infraero e Casa da Moeda.

subsubsidiárias de apenas 5 da queda a 6: Eletrobras (60 subsidiárias), Petrobras (49), Banco do Brasil (26), Caixa Econômica Federal (5) e BNDES (2).

Sendo assim, quando Luna assumiu a Petrobras, a influência dos militares vai se expandir por 50 estatais, considerando a própria Petrobras e as demais subsidiárias.

Considerando que os militares também estão na Eletrobras, o poder de fogo vai aumentar 50 estatais — 61% de todas as empresas ligadas direta ou indiretamente à União.

No mês passado, um levantamento da Folha mostrou que, das 46 estatais controladas diretamente pela União, 15 são presididas por militares no governo de Jair Bolsonaro. O general Joaquim Silva e Luna será o 16°.

Esses chefes têm efeito multiplicador sobre o efeito vanguarda da farda. Luna, por exemplo, atualmente é diretor geral da Itaipu Binacional. Em seus dois anos à frente da empresa, ele escalou militares para cargos de confiança. Hoje tem um em sua equipe: entre eles, o diretor de Itaipu.

Segundo especialistas, essa militarização no Estado brasileiro é atípica. Deutem em ciência política pela Universidade de Chicago (EUA) e professor titular do departamento de ciência política da Universidade Federal de Pernambuco.

Detalhe: a empresa é subordinada ao Ministério da Infraestrutura, comandado pelo capitão da reserva Tarcísio Gomes de Freitas.

Ainda segundo os dados fornecidos pelo próprio governo, nove militares integram os conselhos da Eletrobras, estatal ligada ao Ministério de Minas e Energia, que tem como titular da pasta o almirante de esquadra Bento de Albuquerque Junior.

“Colocar é fácil, mas há um preço para tirar”. Como deputado, Bolsonaro sempre foi admirador e defensor das Forças Armadas e da Polícia Militar. Já chamou de herói o coronel Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi, área de repressão durante a ditadura militar. Depois de subir a rampa do Palácio do Planalto, manteve o perfil. Impossou militares em ministérios. Prestigia até festa de formatura de cadetes.

No entanto, o avanço dos militares nas estatais, em especial na área econômica, surpreendeu civis mais próximos do poder.

Aos integrantes dessa equipe, Bolsonaro apresenta alguns justificativos para a militarização do estrutura pública. Segundo ele, caso da farda, gestores focados, organizados e eticamente comprometidos. Um dos argumentos mais recorrentes é que os militares são soldados contra a corrupção, capazes de extrair o melhor da estrutura do Estado.

Esse espírito, por exemplo, levou à posse, partir de 2019, já no primeiro ano do governo Bolsonaro, de 14 militares na Vale, incluindo na cadeia da presidência. Criada com a meta de cuidar da expansão da malha ferroviária, a Vale foi alvo de várias denúncias de corrupção.

Detalhe: a empresa é subordinada ao Ministério da Infraestrutura, comandado pelo capitão da reserva Tarcísio Gomes de Freitas.

Outras empresas do sistema Eletrobras também são presididas por militares. Foram muitas as investigações, em governos passados, de ilícitos na estatal que detém o maior parque gerador de energia elétrica do país.

Os militares ocupam também a presidência e três direções de Correios, oficialmente chamado de ECI (Empresa de Correios e Telégrafos). Vinculada ao Ministério das Comunicações, a estatal foi epítome do escalão de paga



Presença de militares em cargos e conselhos de estatais no atual governo chega a ser 10 vezes a da gestão passada

Estatal	2018	2020/21
Docas RJ	0	2
Porto de Santos	0	2
Casa da Moeda	0	1
Docas BA	0	9
Docas RN	1	4
ERC	1	5
EBSERH	0	3
Correios	0	7
Eletrobras	2	11
EPL	0	3
Finpep	1	7
INA	1	5
Infraero	0	4
Nuclear	2	6
Petrobras	0	5
Serpro	0	2
Telebras	1	2
Valec	0	24
Amazul	13	24
Empagorint	11	9
Imbel	9	9
Total	42	123
Sem contar Defesa	9	92

Folha e de acesso à informação. Consultado em 05/03/2021

mentos de propinas que levou a uma CPI e culminou com as investigações do mensalão.

Também estão sob a gestão de militares a menos conhecida a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). Vinculada ao Ministério da Educação, ela contribui com hospitais universitários federais e ganhou mais peso com a pandemia.

Militares da reserva ocupam cargos de presidente e vice-presidente desde 2019. Um militar da reserva faz parte do conselho de administração. Um dos poucos casos de desmilitarização é o da Telebras, a estatal que já controlou o sistema de telefonia e que foi desintegrada com a privatização há duas décadas.

Resgatada no governo PT, não tinha muita serventia, mas recentemente foi envolvida no lançamento do satélite 100% nacional e vem atraindo a atenção dos militares.

Em 2019, a empresa chegou a contar com seis militares em sua diretoria, incluindo o presidente. Atualmente, eles estão em três direções da empresa.

O historiador Carlos Fico não identifica benefícios na militarização de empresas. Chama a atenção para a falta de expertise de militares em funções específicas da vida empresarial. Também ensua avaliação, militares têm inapetência para debates, por exemplo, comuns em órgãos colegiados, o que fragiliza a gestão.

Professor de história da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em temas militares, Fico afirma ver risco não apenas no que chama de promiscuidade das Forças Armadas com o governo mas também na incapacidade de essa associação ser bem sucedida.

Zaverucha e Fico citam o papel do ministro da Saúde, o general da ativa Eduardo Pazuello, no enfrentamento à pandemia para demonstrar que militarização não é sinônimo de eficiência. Especialistas em saúde apontam várias falhas em sua gestão — entre elas, as mais graves estão a falta de oxigênio em Manaus e o atraso na compra e aplicação de vacinas contra a Covid-19.

Vários outros levantamentos mostram o avanço de militares em outros escalões da atividade pública federal.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Pandemia acelera ecommerce, mas não destrói lojas físicas **Impacto:** Neutro

Fabio e Thiago Hering Pandemia acelera ecommerce, mas não destrói lojas físicas

Para os acionistas da companhia de vestuário, pontos de venda mantêm relevância ao servir como base de distribuição

HISTÓRIAS CENTENÁRIAS ENTREVISTA

SÃO PAULO Desde que a família Hering desembarcou no Brasil, há mais de 140 anos, a Cia. Hering atravessou dificuldades como a gripe espanhola e crises econômicas.

A empresa viveu grandes mudanças, desde a transformação da camiseta (antes usada só como roupa íntima) até a abertura de capital, em 2007.

A entrada na bolsa é considerada um marco para a longevidade, segundo Fabio Hering, presidente da empresa e que hoje prepara a sucessão com o filho Thiago Hering.

No auge da pandemia, o e-commerce avançou na empresa, mas sem ameaçar o varejo físico, lado como complementar, afirma Thiago.

A crise sanitária preocupa. "Tem que fazer algo para regular o ambiente, porque, com esse desemprego, e sem a renda acompanhando a inflação, gera crise de demanda, de consumo. É mais desigualdade", diz Fabio.

Como começa essa história?
Fabio Hering. Com a imigração dos irmãos Hermann e Bruno Hering, em 1878, para Blumenau (SC). Em alemão, Hering é um peixe, por isso a marca dos dois peixinhos. Eles montaram a empresa em 1888, a partir de um reat que receberam no pagamento de uma dívida. Sou a quinta geração.

Qual foi o pior momento?
FH: Vivemos a pandemia hoje, mas os meus antepassados viveram a gripe espanhola. Foram guerras mundiais, ciclos econômicos diversos, inflações, hiperinflação. Mas a visão que carregamos é colocar o negócio e a empresa em primeiro lugar, acima do patrimônio pessoal. Isso fez com que eu tivesse fortes ciclos de crescimento no milagre econômico brasileiro, quando eu ainda era criança. Na década de 1990, teve expansões fortes com fábricas em outras regiões, como no Nordeste.

Como surge a camiseta?
FH: Na década de 1970 e no fim dos 1960, deixou de ser roupa íntima para passar, principalmente pelos jovens, a ser um produto de uso contemporâneo. Ai se criou estações na camiseta com um significado de transmitir o que a sociedade estava querendo exprimir, a moda. Foi um foguete de avanço que passou a companhia.

E depois?
FH: Em 1980 entramos em um ciclo de inflação e cenários econômicos difíceis, choques, troca de moeda. Complicou o ambiente de negócios. A companhia passou a explorar mercados externos e ter parte da receita em moeda americana. Conseguimos ajustar no momento. Isso não significa dizer que a marca viveu fases críticas. Ela nunca quebrou mas quase quebrou, o que também foi ensi-



Fabio Hering, diretor-presidente da Cia. Hering, e seu filho Thiago Hering, diretor-executivo de negócios. Divulgação/Profimprensa

Cia. Hering

Fundada em 1880 por dois irmãos imigrantes da Alemanha que chegaram a Blumenau (SC), a Cia. Hering, dona de marcas como Hering e Dzarm, tem hoje quase 4.500 funcionários e 758 lojas no Brasil, além de presença em países como Paraguai, Uruguai e Bolívia. Em 2020, a receita bruta ficou em R\$ 1,27 bilhão.

namento. Conseguimos, em 140 anos, sempre se adaptar.

Mais recentemente, 2007 foi um marco importante porque os acionistas controladores, a família Hering, decidiu criar um ciclo de crescimento novo e foi a entrada com uma oferta de ações. Essa mudança fez com que a família deixasse de ser controladora do capital da empresa. Continuamos sendo controladora da gestão, mas tem outros acionistas com participação no futuro da companhia.

Foi uma decisão sábia para a longevidade da empresa. Agora estamos em um momento de transição de gestão. Estou presidente da companhia, já há bastante tempo, preparando uma sucessão.

Por consenso dos acionistas e no outro padrão de governança, com o conselho de administração, acabamos em conjunto fazendo a sucessão com alguém da família, que, por acaso, é um dos meus filhos. A paixão pelo negócio está no sangue. Come-

çou com os irmãos. O Bruno não teve filhos. Somos descendentes do Hermann, e o legado de empreendedores permanece.

Qual o papel do e-commerce nessa perpetuidade?

FH: De um passado mais recente, a gente vem com as inovações do comércio eletrônico. Não só abertura de loja eletrônica, de um e-commerce, mas com o que se chama hoje de omnicanalidade. As lojas servem também de ponto de distribuição para o e-commerce. A primeira loja eletrônica vem de cerca de 15 anos e se acelerando.

A pandemia acelerou?

FH: Foi um catalisador. Se até um tempo atrás o foco era na loja eletrônica, hoje não é. É a venda em qualquer ambiente, seja físico ou virtual. Eles têm de se combinar, criar modalidades: como a compra na loja física no shopping mas através de um smartphone, ou a compra no eletrônico de casa

para buscar na loja etc.

Não é o fim da loja física?

FH: Sem destruir o ambiente físico. Ele é enorme vantagem. Se eu tenho mais de 700 lojas espalhadas no Brasil, eu tenho potencial de mais de 700 hubs de distribuição para o cliente poder comprar e receber em horas sem sair de casa. O ambiente físico é o companheiro do eletrônico e vice-versa. Aquela impressão que se tinha de que o eletrônico destruiu o físico é totalmente errada. E agente constata essas companhias que foram e todas são ambiente eletrônico e também estão procurando o físico. Essa harmonia dos dois é o que o futuro está mostrando.

Qual é a sua lembrança da comemoração dos 140 anos da Hering?

FH: Eu tinha 21 anos. Tive uma festa em Blumenau com presença de autoridades. Vivemos ainda o ambiente militar. O presidente João Figueiredo esteve lá com ministros,

“ É uma festa com colaboradores e as famílias. Me lembro de ouvir: "Parabéns pelos primeiros cem anos". Imaginar que hoje tem 140, e, quando se olha para a frente, não é impossível que chegue aos 200.

Qual é seu sentimento sobre a economia e a pandemia?

FH: Pandemia é tristeza, pelos mortos, pela doença e por que traz mais desigualdade social. Vivemos um momento estranho quando se avalia o ambiente econômico, porque se vê uma dispersão grande de desempenhos.

Tem empresas ganhando muito e empresas perdendo muito. É o ambiente inesperado. Quando comparei, no primeiro trimestre de 2020, tudo o mundo se preparou para retração de tudo. No nosso caso, fechamos as lojas em 19 de março, exceto a eletrônica. A companhia se preparou para uma retração absurda. Repenso o negócio.

E a ação do governo?

FH: Acho que o governo até trouxe uma boa reação, com planos consistentes para manutenção do emprego dentro do possível. Acho compreensível o custo do déficit fiscal disso. Ele não tinha perspectiva de ser recorrente. Acho que era importante naquele momento para sobrevivência. Acabei errando um pouco porque o auxílio emergencial, na minha visão, era algo importante para fazer as pessoas que não tinham renda sobreviverem. Mas não para fazer elas trocarem de gestão.

Esse aplúdio de troca da presidência da Petrobras, não quero entrar no mérito da troca, acho que é direito do acionista controlador trocar. Não avalio um ou outro nem tenho preconceito porque é general ou psicólogo. Tanto faz. Mas, de novo, é o como foi feito. Deu espaço para a confusão de então está se jogando fora o projeto liberal? É algo, na minha opinião, absolutamente necessário para uma economia como a brasileira, tão potente.

Com tantos milhões de consumidores e riqueza natural, parece fácil. Se a gente conseguisse colocar investimento nisso, lá gerar tanta riqueza, emprego, modernidade. E esse lado político parece que é fazer algo errado. Não dá para entender bem.

E a questão da escassez de matéria-prima na pandemia?
Thiago Hering: A retomada em meados de agosto pegou todos de surpresa. O mercado não esperava retomada tão acelerada. Principalmente no início, convivemos com escassez de matéria-prima e insumos, um desafio na retomada da cadeia produtiva.

Conseguimos encontrar fontes não convencionais para distribuir essas dificuldades. Vivemos, ainda assim, um cenário desafiador de pressão inflacionária em matérias-primas e insumos, de retomada lenta da produtividade fabril mas, pouco a pouco, encontrando elementos para restabelecer.

O comportamento do cliente na loja mudou na pandemia?

FH: A pandemia trouxe mudança no comportamento de compra em loja física e e-commerce, com maior busca por conforto, camiseta básica, pijama, moletons. Nas lojas físicas, vimos um cliente muito objetivo, reduzindo tempo de permanência, colocando mais itens na cesta.

Tem diferença entre loja de rua e shopping?

FH: A pandemia trouxe dispersão de resultados. A loja de rua tem conseguido atrair mais, temido a compra em comparação com shopping, com menor perda de fluxo, maior tempo de permanência, indicadores de produtividade como venda média e peças por atendimento maior.

“ Se até um tempo atrás o foco era na loja eletrônica, hoje não é. É a venda em qualquer ambiente, seja físico ou virtual. Eles têm de se combinar, criar modalidades

Fabio Hering

FH: É confuso. O compromisso com a agenda liberal, que foi parte integrante da campanha do governo, é posto em xeque às vezes. Ele deixa a sociedade, o nosso empresário, meio confuso sobre qual é o caminho. Parece não ter consistência.

Esse aplúdio de troca da presidência da Petrobras, não quero entrar no mérito da troca, acho que é direito do acionista controlador trocar. Não avalio um ou outro nem tenho preconceito porque é general ou psicólogo. Tanto faz. Mas, de novo, é o como foi feito. Deu espaço para a confusão de então está se jogando fora o projeto liberal? É algo, na minha opinião, absolutamente necessário para uma economia como a brasileira, tão potente.

Com tantos milhões de consumidores e riqueza natural, parece fácil. Se a gente conseguisse colocar investimento nisso, lá gerar tanta riqueza, emprego, modernidade. E esse lado político parece que é fazer algo errado. Não dá para entender bem.

E a questão da escassez de matéria-prima na pandemia?
Thiago Hering: A retomada em meados de agosto pegou todos de surpresa. O mercado não esperava retomada tão acelerada. Principalmente no início, convivemos com escassez de matéria-prima e insumos, um desafio na retomada da cadeia produtiva.

Conseguimos encontrar fontes não convencionais para distribuir essas dificuldades. Vivemos, ainda assim, um cenário desafiador de pressão inflacionária em matérias-primas e insumos, de retomada lenta da produtividade fabril mas, pouco a pouco, encontrando elementos para restabelecer.

O comportamento do cliente na loja mudou na pandemia?

FH: A pandemia trouxe mudança no comportamento de compra em loja física e e-commerce, com maior busca por conforto, camiseta básica, pijama, moletons. Nas lojas físicas, vimos um cliente muito objetivo, reduzindo tempo de permanência, colocando mais itens na cesta.

Tem diferença entre loja de rua e shopping?

FH: A pandemia trouxe dispersão de resultados. A loja de rua tem conseguido atrair mais, temido a compra em comparação com shopping, com menor perda de fluxo, maior tempo de permanência, indicadores de produtividade como venda média e peças por atendimento maior.

VEJA VÍDEO DA ENTREVISTA EM folha.com/hc44814



AP00

A preocupação com postura do governo é recente? E agenda liberal não foi o esperado?

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Mulher vira o jogo e já ganha mais que homem **Impacto:** Neutro



A médica oncologista Mariana Monteiro destaca que a empatia favorece mulheres no trabalho. *Samira Feres/FolhaPress*



Para Nilze Carvalho, cantora e produtora, modelos de sucesso contribuem para a melhoria salarial. *Ediane Kragg/FolhaPress*



A advogada Juliana Abrusio diz que a qualificação profissional tem aberto espaço para mulheres. *Samira Feres/FolhaPress*

Mulher vira jogo e já ganha mais que homem

Valorização de formação acadêmica, flexibilidade de horários e empatia ajudam a explicar mudança em 224 ocupações

Érica Fraga
São Paulo. Mulheres brasileiras com ensino superior completo ganhavam mais do que seus pares homens em 479 de um total de 2.238 ocupações com carteira assinada em 2019, o equivalente a 21% do total. Esse quadro revela uma de desigualdade ainda grande. Mas, em 224 carreiras nas quais os salários femininos ultrapassam os masculinos, a condição atual representa uma reversão em relação a uma década atrás.

Homens empregados como médicos oncologistas, músicos intérpretes instrumentistas, docentes na área de direito e professores de cursos livres ganhavam mais que as mulheres nessas mesmas ocupações em 2010.

Em 2019, último ano para o qual há dados oficiais disponíveis, essas carreiras integravam a pequena lista das profissões nas quais as remunerações femininas, em média, superavam as masculinas, mesmo que por margens pequenas.

Essa busca por pistas se tornou ainda mais importante desde o início da pandemia, que tem causado um retrocesso na tendência das últimas décadas de diminuição gradual da iniquidade de gênero.

A Folha conversou com profissionais de ocupações em que as mulheres ganharam terreno em relação aos homens no período anterior à atual crise da Covid-19.

Segundo elas, o uso de critérios técnicos que valorizam a formação educacional é um dos fatores que ajudam a explicar maior equidade em suas áreas.

"Mulheres, em geral, estão mais do que homens. Então, critérios técnicos favoreceram a mulher em algumas áreas", diz Cristiane de Lima Ferrarri.

A advogada, de 42 anos, cita sua própria experiência como exemplo. Depois da graduação em direito, ela concluiu especialização, mestrado e doutorado. Ferrarri lecionou por dez anos na Unesp. Hoje, é professora convidada da pós-graduação da Excelis Educacional e da Universidade de Taubaté.

tem mestrado e doutorado. Abrusio trabalhou por quase seis anos no escritório Opice Blum, pioneiro na área do direito digital no Brasil, do qual era sócia, quando decidiu se desligar em 2020 para se dedicar mais à academia.

"Quando comecei a lecionar, em 2009, havia uma distribuição meio a meio entre mulheres e homens na graduação. Hoje, vejo muito mais mulheres do que homens nas aulas."

"Muitas delas seguem estudando. Tenho muito mais colegas professoras mulheres hoje do que quando comecei", diz a advogada, que é professora e coordenadora da área de inovação e tecnologia na Universidade Mackenzie.

Em 2010, mulheres e homens representavam, respectivamente, 25% e 71% dos professores universitários de direito com doutorado, contratado com carteira assinada. Em 2019, esses percentuais mudaram para 34% e 66%.

Para a médica oncologista Mariana Monteiro, 33, a valorização da formação também explica o panorama salarial em sua área.

"Na oncologia, entre a graduação e a especialização, são 11 anos. Todo esse tempo de estudo é suficiente para demonstrar uma capacidade de que se reflète nos salários".

Desquisadora do Instituto Cof, dedicado a estudos sobre o câncer, Monteiro ressalta ainda que a necessidade de empatia entre médico e paciente — especialmente na oncologia — também pode favorecer as mulheres.

"A mulher, por uma questão cultural, é mais empática". A característica também foi citada por Abrusio em relação à docência. "Lecionar é cuidar de alguém, da sua aprendizagem, e o cuidar costuma ter muito significado para a mulher".

A flexibilidade de horários é outra possível explicação, segundo as profissionais da área. Estudos de Goldin nos EUA indicam que a equidade de gênero é maior em setores nos quais jornadas flexíveis não impactam a remuneração por hora. Segundo ela, isso ocorre na área farmacêutica graças ao avanço tecnológico, que permite que o trabalho iniciado por um profissional possa ser continuado por um outro.

Mas isso ainda ocorre em segmentos que oferecem salários muito mais altos, como o setor financeiro e a advocacia. "O problema é que muitos empregos pagam muito mais por hora, quando o trabalho é mais longo ou imprevisível", disse a professora da Universidade Harvard em 2019.

Mulheres com ensino superior reverteram vantagem salarial de homens em 224 ocupações na última década

Exemplos mostram que mudança ocorre em carreiras com diferentes faixas salariais*

	Salário médio mensal, em R\$**		Total de empregados em 2019	
	2010	2019	2010	2019
Inferior a R\$ 3 mil				
Professores de cursos livres	1.444,85	2.526,79	6.171	16.902
Professor de língua inglesa	1.319,88	2.563,41	5.560	11.845
Atendente de agência	2.282,13	2.594,12	4.844	11.843
Prof. de grupo na no ensino fundamental	2.532,52	2.588,42	6.918	6.144
Atendente de funcionário	1.646,41	1.534,83	995	5.417
Entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil				
Prof. de matemática no ensino fundamental	3.855,58	3.215,89	10.258	12.887
Prof. de história no ensino fundamental	3.832,56	3.215,82	6.222	1.938
Técnico em radiologia e imagemologia	3.047,47	4.481,84	7.530	6.531
Prof. de ad. físicas no ensino médio	3.242,24	3.550,45	7.281	6.118
Prof. de biologia no ensino médio	3.407,75	3.488,37	6.987	6.109
Superior a R\$ 5 mil até R\$ 10 mil				
Professor de medicina	3.216,19	7.071,90	7.213	6.139
Inst. de aprendizagem e treín. industrial	2.082,22	5.037,90	3.185	1.190
Prof. de direito no ensino superior	3.228,51	5.839,37	6.214	3.264
Prof. de psicologia no ensino superior	4.741,98	7.522,23	1.370	3.713
Músico intérprete instrumentista	3.141,58	6.701,82	1.813	468
Superior a R\$ 10 mil				
Médico em medicina intensiva	10.443,37	22.371,67	1.580	1.346
Biotecnologista	10.018,18	14.412,86	805	1.065
Médico oncologista clínico	12.278,59	18.611,13	628	894
Procurador do trabalho	21.661,19	29.618,33	313	286
Auditor fiscal do Previdência Social	12.278,59	14.412,86	129	121

Apesar de exemplos positivos, movimento em direção a maior equilíbrio de gênero na distribuição das ocupações ainda é modesto***

Embora ainda elevada, vantagem salarial no mercado formal (homens e mulheres) recuou bastante.***



*O critério usado para classificar as ocupações para este gráfico baseia-se em salários médios em 2010 e 2019. Ocupações com salários médios em 2010 inferiores a R\$ 3 mil e superiores a R\$ 10 mil em 2019 foram excluídas. **Salários médios em reais de dezembro de cada ano. ***Quando há apenas um exemplo empírico de ocupação com vantagem salarial em um determinado ano, não há como calcular a vantagem salarial.

menos por hora ou, mesmo com alta remuneração, acabam desistindo.

"A verdade é que, na advocacia, o mercado não deseja mulheres com filhos, mas mulheres o mais parecidas possíveis com os homens", diz Ferrarri.

Esse foi um dos motivos que a levaram a fundar seu próprio escritório feminino, com uma sócia, em São José dos Campos.

A busca por mais horas livres com a família foi outra razão que levou Abrusio a sair do escritório do qual era sócia.

Mesmo na academia, no entanto, as mulheres enfrentam barreiras. Para muitas profissionais, a maternidade coincide com o momento em que a dedicação a pesquisa culmine na publicação de estudos de maior impacto.

"Como a mulher dedica mais tempo à família, sua produção acadêmica acaba afetada. Temos visto isso muito claramente na pandemia", diz Abrusio.

Para as profissionais ouvidas pela Folha, o desequilíbrio de gênero no mercado não diminuirá de forma mais significativa enquanto insuflar, empresas e a sociedade não abraçarem essa causa.

Na avaliação de Monteiro, a maior equidade de gênero na oncologia se deve, em parte, justamente à maior conscientização em relação a esse tema. Ela cita o fato de a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, fundada em 1981, ser presidida, hoje, por uma mulher, a médica Cláudia Mathias.

"É apenas a segunda vez, na história da associação, que isso ocorre", diz. Em fevereiro, a entidade criou um comitê que buscará fomentar mais lideranças femininas na área.

Para Brisa Fregonesi, monitora de educação profissional e professora de cursos livres no Senac, a preocupação explícita da entidade com o equilíbrio de gênero contribui para uma maior equidade entre profissionais homens e mulheres em seu trabalho.

"No Senac, há frentes que trabalham a diversidade", diz a profissional, que tem mestrado e doutorado em Biologia.

Para a cantora instrumentista e produtora musical Nilze Carvalho, a existência de modelos de sucesso femininos em sua área ajuda a explicar a proximidade salarial entre homens e mulheres. "Temos artistas como Ivete Sangalo, que vão lá e detêm um seu próprio cachê. Isso é muito positivo para as mulheres, puxa a média para cima", diz.

Embora não pertença à discriminação por gênero, a cantora afirma que não pode dizer o mesmo em relação ao preconceito racial.

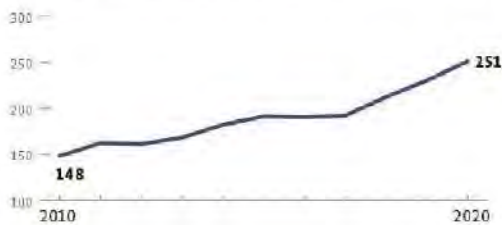
"Mas escolhi não ligar para isso, simplesmente não dou bola", disse Nilze à Folha, durante a gravação do festival AfroBésica, que irá ao ar no YouTube entre 19 e 20 de março.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Com inflação das carnes e queda na renda, ovo ganha status de prato principal na pandemia **Impacto:** Neutro

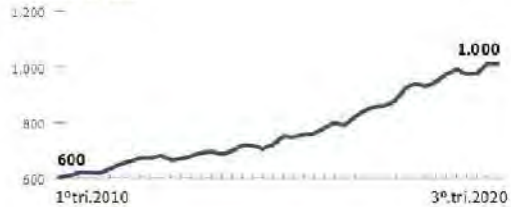
Produção de ovos bate recorde com pandemia

Consumo anual per capita, em unidades



Quantidade produzida

Em milhões de dúzias



Preço no atacado

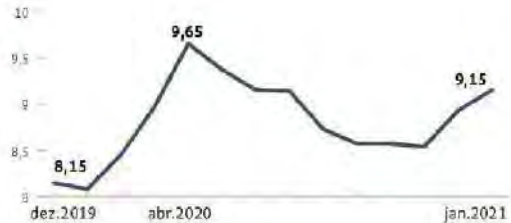
Caixa com 30 dúzias, em R\$

— Ovo vermelho — Ovo branco



Preço da dúzia nas prateleiras

Em R\$



Fontes: ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Cepea e IBGE

Com inflação das carnes e queda na renda, ovo ganha status de prato principal na pandemia

Amanda Lemos

SÃO PAULO Frito, mexido, poché. Não importa a receita, o ovo aparece como protagonista em muitas refeições durante a pandemia. Não foi por questão de saúde, mas financeira. Uma combinação de inflação das carnes e queda na renda conferiu um novo status a essa fonte de proteína.

Segundo Ricardo Santin, presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), o setor cresce nos últimos dez anos puxado principalmente por um trabalho de desmistificação desse alimento. Vilão do colesterol nos anos 1990 e 2000, o ovo agora é apontado como um regenerador da estrutura física, capaz de retardar o envelhecimento.

"Fizemos uma campanha forte de esclarecimento, e tivemos no último ano um impulso com a alta no preço da carne", afirma.

Em relação a 2010, o consumo de ovos per capita subiu 69,5%, para 251 unidades no ano passado. Ante 2019, o crescimento foi de 9,1%.

Na outra ponta, o produtor comemora, mas com ressalvas. Aumentos nas cotações de milho, farelo de soja e outros insumos pressionam o custo de produção e encarecem o alimento que precisa ser uma alternativa mais barata. Resultado: desde a chegada do coronavírus no país, o ovo bate recordes de preços.

Quando a população correu para os supermercados no início da pandemia, Bastos (SP), que concentra a maior parte da produção nacional, vendia a caixa de 30 dúzias do ovo branco tipo extra a R\$ 116,84. A do vermelho, a R\$ 137,36. Os valores já eram recordes na série do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), descontada a inflação.

Em fevereiro deste ano, ovos brancos e vermelhos atingiram, respectivamente, o valor de R\$ 122,85 e R\$ 144,90. Em 1º de março, o branco superou novamente o recorde (desconta-

da a inflação): R\$ 130,83.

Segunda a Abras (Associação Brasileira de Supermercados), nas prateleiras, a maior alta da dúzia de ovos foi em abril do ano passado, quando atingiu R\$ 9,45. Em janeiro deste ano, saía por R\$ 9,15.

"Para o produtor, a alta não significa que o setor está bem, o cenário é desfavorável", diz Juliana Ferraz, analista de mercado pecuário do Cepea.

Segundo ela, o setor é formado por pequenos e médios produtores que sofrem para fechar a conta com alta no valor de insumos atrelados ao dólar.

"Houve um crescimento exagerado no preço das rações, e tudo foi ficando mais caro: enzimas, vitaminas, minerais", diz Sergio Kakimoto, proprietário de uma granja de médio porte em Bastos. Com 650 mil aves, ele usa 80 toneladas de ração por dia. "Tive que reduzir a oferta para ajustar o preço de venda ao custo", diz.

O setor também sofre com o custo de papelão, usado nas embalagens, combustível, e insumos químicos para desinfecção e tratamento de água, afirma Gilson Katayama, diretor comercial do Grupo Katayama, uma das cinco maiores produtoras do país. O grupo conseguiu superar 1 bilhão de ovos produzidos em 2020.

Com o consumo interno forte, o setor começa a olhar para o mercado externo, para onde segue apenas 1% da produção. "Acontece uma evolução na indústria de ovo processado, em pó, líquido, com um olho na exportação", diz Santin.

Para 2021, a previsão de César de Castro Alves, consultor de agronegócio do Itaú BBA, é que o preço da carne não dê alívio. Assim, o setor de ovos segue com margem para crescer. "Mesmo com a pressão de preços, o ovo atravessa a crise com a maior taxa de sucesso entre as proteínas", diz.

A projeção é que, mesmo com o custo em alta, o setor preserve a preferência. "O produtor terá problemas com o custo do milho e do farelo de soja, mas o ovo segue na mesa."



Prato com ovo poché; consumo da proteína cresceu na pandemia. Fotos Gabriel Cabral/Folha press

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Dona da Positivo avança no setor de ensino **Impacto:** Neutro

Dona da Positivo avança no setor de ensino

Grupo compra marcas COC e Dom Bosco da britânica Pearson, que deixa a educação privada no Brasil

[http://www.globo.com/brasil/noticia/2021/03/dona-da-positivo-avanca-no-setor-de-ensino.html](#)

A britânica Pearson anunciou ontem a venda de dois de seus sistemas de ensino para o grupo Arco Educação, dona da Positivo, por R\$ 920 milhões. O negócio acirra a disputa no setor, que passa por uma onda de consolidação. As duas plataformas vendidas foram a COC e a Dom Bosco, que têm ao todo 210 mil alunos e são adotadas por mais de 800 escolas. Com a operação, a Pearson deixa o setor privado no Brasil e mantém sua atuação apenas na rede pública de educação e em escolas de idiomas, com as marcas Wi-



Negócio. Britânica Pearson vende sistemas de ensino por R\$ 920 milhões

zard, Yázig e Skill. O valor do negócio é 14,4 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), o que, segundo analistas, indi-

ca que o ativo está valorizado,

LÍDER EM PLATAFORMAS

Pelo acordo, a Arco vai pagar 80% do montante no ato do fechamento do acordo e o restante um ano depois. A transação ainda precisa de aval do Cade, órgão antitruste brasileiro.

Há um mês, o GLOBO noticiou que a Pearson buscava compradores para as marcas COC e Dom Bosco. Na disputa pelos ativos também estava a Cognia, que adquiriu o sistema Eleva em fevereiro. Com o negócio, a Arco ganha participação de mercado no setor de plataformas de ensino e consolida sua liderança frente à Cognia.

A COC e a Dom Bosco foram compradas pela Pearson em 2010, juntamente com o Name, sistema de ensino voltado à rede pública de ensino básico, e o

sistema da rede Pueri Domus.

Elas foram adquiridas do grupo SEB, controlado pelo empresário Chaim Zaher. À época, a transação de R\$ 888 milhões mais do que dobrava o tamanho da Pearson no Brasil. Sete anos mais tarde, o SEB, que manteve a rede de escolas Pueri Domus, recomprou o sistema de ensino homônimo por R\$ 20 milhões.

PERDA DE ALUNOS

Especialistas do setor de educação dizem que os dois sistemas perderam alunos, e consequentemente relevância no mercado nos últimos anos, mas ainda assim despertaram o interesse das duas maiores empresas do segmento.

O Grupo SEB, que inicialmente era um dos interessados, desistiu de recom-

prar os ativos devido às condições impostas pela Pearson nas tratativas, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

A empresa britânica queria vetar que eventuais compradores contratassem seus funcionários pelo prazo de 18 meses, além de mantê-la como fornecedora de materiais didáticos como livros de inglês.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 1/2
Título: Precarização **Impacto:** Neutro

PRECARIZAÇÃO

No mercado de trabalho, tecnologia do século XXI convive com condições do século XIX

REPORTAGEM DE JOSÉ CARLOS FERREIRA

A evolução tecnológica deu impulso à geração de riquezas no planeta, ao mesmo tempo em que provocou uma revolução no mercado de trabalho. A pandemia de Covid-19 acelerou em décadas esse processo, gerando um verdadeiro tsunami no mundo do emprego, em todos os níveis de qualificação.



Nova realidade. Serra, motorista de aplicativo, se queixa da comunicação

No Brasil, isso se soma a um cenário de precarização, em que só o trabalho informal cresce. — Há um dilema: estamos trabalhando com tecnologia do século XXI, mas em condições de tra-

balho que são similares às do século XIX — afirmou ao GLOBO Vinícius Pinheiro, diretor regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e Caribe.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O fenômeno é global. Mas na América Latina, onde o número de desempregados ou alijados da atividade econômica atingiu 55 milhões, o impacto pode ser mais cruel. A quantidade de pessoas atuando em plataformas como Uber, Rappi ou iFood na região quintuplicou no ano passado. Essas pessoas enfrentam maior risco de exposição ao novo coronavírus, jornadas extenuantes, falta de seguridade social e baixo rendimento e ausência de parâmetros e direitos.

— É possível comparar essas condições com a forma como se trabalhava na

mineração do século XIX, quando não havia a limitação de horas de trabalho, você recebia uma miséria e ainda estava sujeito a ser contaminado por todos os agentes nocivos da mineração — disse Pinheiro. Esta é a realidade de Guilherme Serra, de 29 anos, que perdeu o emprego no início da pandemia. Ele viu em um aplicativo para motoristas uma oportunidade. Mas a rotina não é fácil: seu expediente costuma começar às 5h e só termina por volta das 21h. Serra ainda tem de lidar com as dificuldades de uma relação de trabalho diferente: —A gente não tem um telefone de contato direto, por exemplo. É só para quem tem uma nota e uma taxa de aceitação muito alta.

Para Jerry Davis, professor de Economia da Universidade de Michigan e pesquisador na Universidade de Stanford, ambos nos Estados Unidos, já se pode pensar em um futuro no qual to-

do trabalhador será uma microempresa. Isso representa a reversão de uma tendência histórica que apontava para mais direitos, maiores salários e melhor carga horária medida que os pauses enriqueciam. Agora, busca-se o menor custo possível, onde quer que ele esteja, gerando um fenômeno de precarização global.

— A Covid está sendo um desastre para o trabalho. Para empregos de colarinho branco, o “novo normal” do trabalho remoto gera concorrentes potenciais no mercado de trabalho global. Para o trabalho que deve ser feito pessoalmente, as plataformas substituem “empregos” por “tarefas” — disse Davis. Pinheiro, da OIT, observa ainda que, com o home office, há o risco de as pessoas trabalharem mais tempo do que seria o ideal, em espaço físico inadequado, sem separar a vida pessoal e profissional: — Há uma outra pande-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 2/2
Título: Precarização

mia, uma pandemia mental e emocional. A falta de socialização de quem vive sozinho, a dificuldade em separar o trabalho do ambiente familiar e as jornadas exaustivas estão gerando um estresse pós-traumático que será pago no futuro. O governo precisa adotar políticas públicas para o trabalho, tanto de valorização do salário mínimo como de qualificação profissional, afirma Aguinaldo Maciente, pesquisador do Ipea. Ele ressalta que, por mais que algumas empresas ou setores se esforcem, não conseguem substituir o peso do governo: —Além disso, é preciso criar proteção mínima para estes trabalhadores, evitar práticas degradantes. Políticas de trabalho são fundamentais para que a recuperação da economia seja mais forte e inclusiva, e não desigual — disse Maciente, ressaltando que suas opiniões não refletem a do instituto.



Como mineiros no século XIX. Na América Latina, o número de pessoas atuando em aplicativos de mobilidade e entrega quintuplicou com a pandemia, que empurrou trabalhadores para serviços precários

SEM INVESTIR EM EDUCAÇÃO

Tanto Pinheiro como Davis defendem normas para minimizar os impactos negativos dessa revolução no mercado

de trabalho. Um exemplo é a decisão do Reino Unido que reconheceu direitos trabalhistas de um grupo de motoristas que acionou o Uber na Justiça. Nos EUA, discute-se o aumento do salário mínimo. Rodrigo Carelli, profes-

sor da UFRJ e procurador do Trabalho, lembra que, no passado, o Brasil perdeu espaço para a Coreia do Sul, e agora vê o processo se repetir com a China. Em ambos os casos, não por causa de salários, mas pela falta de um plano estratégico com qualificação e inovação. —A mão de obra chinesa já é mais cara que no Brasil, o mesmo ocorre na Argentina. A Fábrica da Ford não saiu do Brasil somente devido ao nosso custo trabalhista. Não é barateando a mão de obra que você fará uma grande nação. Aqui não temos investimento nem em educação nem em tecnologia — disse. Clemente Ganz, economista e assessor do Fórum das Centrais Sindicais, alerta que as mudanças no trabalho demandam uma visão global: — O impacto disso é gigantesco. (Colaborou Bernardo Yoneshigne, estagiário, sob a supervisão de Cláudia dos Santos)



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Serviços concentram maior número de empresárias **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/servia-os-concentram-maior-naomero-de-empresarias/504468>

Serviços concentram maior número de empresárias

Publicado em 07/03/2021 às 10h38

Alberto Coutinho
Cleonildo Mello
Agência Sebrae

Na distribuição de empresas com gestão exclusivamente feminina, o segmento de serviços lidera a concentração de negócios. Segundo a pesquisa do Sebrae, 47% das empresárias do Rio Grande do Norte escolheram esse segmento para empreender. O segundo macrosegmento com maior número de empresárias é o do comércio, que reúne 35% das empreendedoras potiguaras, enquanto a indústria totaliza 10%. As mulheres à frente do empreendimento da área da construção civil representam 1,4%, a terceira maior concentração do país, atrás dos Estados da Rio Grande do Sul (1,9%) e do Paraná (2,1%).

No rol de microsegmentos do setor de serviços, os da área de alimentação se sobressaem por agregar 36% de todas as empresas sob o comando feminino. E faz todo o sentido. No geral, as empreendedoras desse segmento começam a atividade ainda no próprio lar. Foi o que ocorreu com a dona de casa Najara Nascimento Alves, Doca da organização da festa de aniversário da filha na escola. Há seis anos, foi desafiada pela professora da escola a se tornar uma organizadora de festas infantis. E criou um Instagram, publicou as fotos e começaram a surgir os clientes, inicialmente na própria escola.

Crédito: Agência Sebrae



Um improviso para suprir a necessidade da filha se tornou a principal fonte de renda de Najara Nascimento Alves, do Delícias da Manhã

saiba mais

- Mulheres comandam 32% dos negócios no Rio Grande do Norte

A mesma rede social foi o pontapé para outro negócio de Najara Alves, que só surgiu há dois anos: cestas de café de manhã para presente, o Delícias da Manhã. O Instagram deu grande visibilidade ao talento e criatividade diversificada do negócio de Najara, que também oferece cestas de sorvetes e chá da tarde.

Com o advento da pandemia, que no ano passado provocou o fechamento das escolas, a microempreendedora individual investiu prioritariamente nas cestas, feitas artesanalmente com palma de carnaúba. Todo o trabalho é realizado num espaço do próprio apartamento, onde divide sua atividade empresarial e os afazeres domésticos. Segundo Najara Alves, com o apoio da filha menor, tem conseguido conciliar a jornada de mãe e dona de casa com o pequeno negócio.

"Tenho feito verdadeiras festas em cestas e bandejas. Ornamento com balões e flores, coloco um mini-bolo decorado por mim mesma e vários tipos de doces, tudo personalizado e no maior capricho", garante. Geralmente, as encomendas são para celebrar aniversários, mas em datas festivas como o Dia das Mães, a demanda cresce bastante.

Crédito: Agência Sebrae



Para Tatiana Rodrigues Viana, o empreendedorismo precisa ser executado com plano de negócios

No ano passado, Najara produziu e entregou 50 cestas de café de manhã no domingo do Dia das Mães, contando para isso com a colaboração de uma equipe de pessoas da família, incluindo entregadores. Oferece três tipos de cestas: para uma, duas ou três pessoas.

"Eu entro nesse negócio meio que por acaso e me encontrei. Adoro cuidar de cada detalhe das minhas cestas e bandejas. Sou perfeccionista e ajudo os meus fornecedores de cestas e acessórios a melhor acabamento possível das peças que utilizo. Tenho uma rotina organizada, porque para mim é um trabalho muito prazeroso", orgulha-se Najara, que planeja investir ainda mais no negócio que vem crescendo, com a orientação e o apoio do Sebrae-RN.

Empresárias do RN têm melhor grau de instrução

Não é regra, nem garantia, porém a maioria dos empreendedores com escolaridade mais elevada tende a ter mais sucesso ao investir em um negócio. E, quando o assunto é a relação entre escolaridade e mulher, o Rio Grande do Norte tem uma posição de destaque na região Nordeste. De cada dez empresárias potiguaras, três são graduadas numa instituição de ensino superior.

De acordo com o levantamento "O Empreendedorismo Feminino no Brasil", o percentual de 27% é a melhor taxa de empreendedoras com o terceiro grau entre todos os Estados nordestinos, ficando à frente de Sergipe (24%), Ceará (21%) e Paraíba (18%), os três melhores ranqueados depois do Rio Grande do Norte.

A fisioterapeuta Tatiana Rodrigues Viana faz parte dessas estatísticas de mulheres empreendedoras munidas de um diploma de graduação. Após 16 anos atuando na área de fisioterapia, ela decidiu empreender e abriu uma loja de moda fitness da marca Azione. O fato de não ter experiência em vendas foi para a fisioterapeuta um desafio: "Como profissional liberal, vendia os meus serviços de fisioterapeuta. Conquistei e fidelizei muitos pacientes. Quando passei a vender produto, tive que aprender a entender e, depois, atender ao desejo do cliente. Foi bem desafiador", ressalta.

Tatiana Rodrigues passou de consumidora das roupas da marca à vendedora e uma espécie de divulgadora das peças na academia de ginástica. No Instagram, criou uma vitrine virtual que chamou a atenção das mulheres que se tornaram clientes fiéis. "A oportunidade de representar a Azione, que é uma marca do Brasil, surgiu e eu agarrei. Digo que eu estava no lugar certo, na hora certa", conta a microempreendedora individual.

Para ela, o empreendedor, independentemente de ser homem ou mulher, precisa ter um plano de negócio antes de se arriscar no mercado competitivo, mesmo que tenha algum conhecimento da atividade. No ano passado, no auge da pandemia, a empresária recorreu mais uma vez ao Sebrae-RN para planejar a retomada da atividade, tendo feito parte da primeira turma do Programa de Bioempreensão Remota. "No início deste ano fiz o Empretec porque não podemos parar essa busca pelo conhecimento, porque ele agrega valor em qualquer modelo de negócio. E o Sebrae tem me ajudado muito nessa jornada", reconhece Tatiana Rodrigues, que tem planos de ampliar a loja em Natal.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Mulheres comandam 32% dos negócios no Rio Grande do Norte **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/mulheres-comandam-32-dos-nega-cios-no-rio-grande-do-norte/504516>

Mulheres comandam 32% dos negócios no Rio Grande do Norte

Publicação: 2021-03-07 10:00:00

Ricardo Araújo
Editor

Alberto Coutinho
Cleonildo Mello
Agência Sebrae

A luta das mulheres por espaço no mercado de trabalho é diária, incessante e com uma pressão maior da sociedade. Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, com ampliação da presença feminina em cargos de liderança em empreendimentos de tamanhos diversos, elas ainda são minoria. No Rio Grande do Norte, o sexo feminino responde por somente 1/3 dos negócios em operação. Dados do estudo 'O Empreendedorismo Feminino no Brasil', divulgado pelo Sebrae no final da semana passada, detalham que o Estado possui 115,7 mil empreendedoras, correspondente a 32% do número total. Em todo o Brasil, conforme o levantamento, são 8,6 milhões de empresárias.

Crédito: Divulgação



Ana Luiza, Fernanda Pinheiro e Camila Ataíde fundaram empresa de prestação de serviços e contrataram Bólay Góis. Elas se encaixam na pesquisa do Sebrae Nacional.

saiba mais

• Serviços concentram maior número de empresárias

O mundo dos negócios ainda é, majoritariamente, masculino. Mas há quem busque fazer a diferença. Um trio de mulheres visionárias decidiu tirar de 2020, o ano mais desafiante da história recente, a

oportunidade de empreender com a abertura de um negócio próprio. Elas fazem parte da estatística apresentada pelo Sebrae no Rio Grande do Norte, são empreendedoras. No segundo semestre do ano passado, Ana Luiza Sena, Camila Ataíde e Fernanda Pinheiro decidiram estreitar ainda mais os laços de amizade que as tinha há alguns anos e se tornaram sócias. Juntas, elas fundaram o Instituto de Reabilitação Orofacial (IROF), na zona Sul de Natal, que oferece serviços diversos de Odontologia.

"A nossa clínica é fruto da união de profissionais parceiros. Esse ano (2020) foi realmente muito atípico, mas acredito que podemos dizer que tivemos muita sorte em ter pessoas que sempre nos motivaram e acreditaram em nosso potencial, dando muita força pra continuar e não desistir do nosso objetivo. Em um ano como esse conseguimos superar vários obstáculos pessoais e profissionais e finalmente realizar um dos nossos maiores sonhos", relatam Fernanda Pinheiro Barbosa Diniz, especialista em Prótese Dentária, e Camila Ataíde Reboças Marinho, especialista em Endodontia.

O estudo do Sebrae revela que 53% das empreendedoras potiguaras estão na faixa etária até 44 anos e sinaliza para uma triste realidade, que ainda persiste na área financeira, principalmente levando em consideração que os homens no geral recebem mais. No Rio Grande do Norte, 78% das donas de empresas ganham até um salário mínimo. Esse quadro é ainda mais grave no Piauí, onde 80% das empreendedoras estão enquadradas nessa faixa de renda.

Tatiana Uldre reconhece que mesmo com toda essa força e diferenciais, as mulheres ainda têm remuneração em média 22% menor que a dos homens e ocupam menos cargos de liderança. "Além disso, ainda existe uma barreira emocional no processo de acreditar, do fazer acontecer. Na lista de desafios do empreendedorismo feminino, estão: a baixa autoconfiança e crença em seu potencial empreendedor; a falta de apoio de familiares, ambiente predominantemente masculino, e a dupla jornada de trabalho das mulheres", relaciona.

Crédito: Divulgação



Tatiana Uldre precisa de incentivo de governo.

As estatísticas reunidas na pesquisa mostram os desafios e o caminho a seguir: a entrada da mulher no meio empresarial, detendo Tatiana Uldre. "Fomentar o empreendedorismo feminino é essencial para que essas mulheres possam ampliar seu rendimento, gerar mais vagas de emprego, manter-se no mercado e serem independentes, tornando-se protagonistas de suas vidas", defende.

Emprego

O estudo aponta que 85% dos negócios conduzidos pelo público feminino empregam até a cinco pessoas no Rio Grande do Norte. Tatiana Uldre destaca que as empreendedoras são geralmente mais detalhistas, sensíveis e empáticas, características que podem contribuir para a gestão do negócio. Na IROF, há uma auxiliar de administração, Bólay Góis, que se encaixa nesse dado. Além da produção, entrega de materiais, o empreendimento conta com um técnico, Victor Ome, que é responsável por atividades e um especialista em tratamentos ortodônticos, Vinícius Duarte. Referência à lista das mulheres, que são ativas na administração, há uma odontopediatra, Lorena Bezerra, e uma fonoaudióloga, Mariana Soares.

Para Ana Luiza Moraes Sena Reulino, uma das sócias, manter o negócio vivo é um desafio ainda maior em meio a uma pandemia. "Empreender é sempre um desafio, só dentro desse difícil cenário de pandemia, se torna ainda maior. Quando abrimos a nossa empresa, nós dispunhamos com diversas opções e sempre selecionamos: fizemos a investidas inerentes a qualquer investimento, mas acredito que fazer uma sociedade entre pessoas com objetivos nos ajudou a superar os maiores obstáculos e, consequentemente, sobreviver".

Negras lideram empreendedorismo no RN

No Brasil, há uma maior proporção de empreendedoras negras, que representam 54% do total. Na pesquisa, a participação de mulheres negras cresceu no cenário rural do país. O Rio Grande do Norte segue essa tendência, com 58% das empresárias que se declaram negras. O dado faz parte do levantamento 'O Empreendedorismo Feminino no Brasil', elaborado pelo Sebrae.

Crédito: Divulgação



Margareta Sória se tornou microempreendedora individual.

Margareta Sória é uma dessas empreendedoras. Alvo de negra, ela integra o percentual registrado para estado que indica que 18% das mulheres potiguaras assumiram uma atividade no setor de agropecuária.

Sória é uma das agricultoras do assentamento Santa Maria, na cidade Tabuleiro Abaixo, no estado de Pernambuco, e desde 2007 formou-se, tornando-se dona do seu próprio negócio: uma área de produção de legumes e hortaliças. "Saí de uma situação onde eu era cuidadora, para cuidar da minha terra, plantar e me tornar a Margareta de hoje, uma agricultora", conta a produtora de agropecuários.

Inicialmente, a atividade era para consumo próprio, uma maneira de garantir uma boa alimentação para a família, mas a produção acabou gerando excedente. Daí surgiu a ideia do negócio: oferecer kits de vegetais, com uma variedade de até 10 tipos de hortaliças. "Hoje a família da minha família como muitas empreendedoras, segue os agricultores que sou, esse sistema de produção faz toda diferença na vida dessa família, da resistência", diz Margareta Sória, que vive em comunhão com o empreendedorismo rural.

Sob a presença da mulher negra à frente de um negócio, a agricultora declara: "Meu negócio é muito mais, abrangência da minha própria história. Tenho orgulho de ser e ser com a pessoa que sou. Me sinto feliz por saber que outras mulheres me têm como referência. Para isso, me considero uma pessoa inspiradora, multiplicadora. Mas isso só acontece depois da oportunidade de ser uma mulher", afirma Sória.

Margareta Sória tem uma trajetória de lutas e batalhas, sendo no início uma pioneira nessa história de agroturismo de gênero. A microempreendedora individual já atua à frente da Associação de Agricultores de Negras, a coordenadora de políticas voltadas para as mulheres dentro do assentamento social do Sindicato dos Agricultores e chegou até a se candidatar.

"Eu posso dizer uma coisa: há 25 anos eu não poderia ser considerada em uma área de assentamento, onde eu moro, não ter o registro da minha candidatura como veiculadora. E hoje tudo isso me faz sentir, o que é muito gratificante. Como é interessante o papel de mulher em sociedade. A gente já conseguiu muito e precisamos avançar mais. As mulheres têm um, que ocupar os seus próprios espaços", afirma a produtora potiguar.

Valorização

Um dos exemplos dessa iniciativa de valorizar o empreendedorismo feminino é o programa Sebrae Datas, que incentiva, apoia e fortalece a participação das mulheres à frente das empresas por meio do desenvolvimento de competências. É um programa de aceleração com o objetivo de aumentar a probabilidade do sucesso de ideias e negócios iniciados por mulheres.

Entre 2019 e 2020, mais de 10 mil locais de pequenos negócios já foram atendidos. O programa oferece cursos, workshops e consultorias para milhares de todo o País. O Sebrae Datas também incentiva o contato entre as empreendedoras para que essas mulheres construam uma rede de apoio e compartilhamento de experiências e soluções no gestão empresarial.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Uso de gás natural sobe 13% no Rio Grande do Norte **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/uso-de-gas-natural-sobe-13-no-rio-grande-do-norte/504471>

Uso de gás natural sobe 13% no Rio Grande do Norte

Por Redação

A alta do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o popular gás de botijão de cozinha, som dos registros em 2021 e já batendo os R\$ 30 no Rio Grande do Norte, e a alta da gasolina, cujo litro no produto já supera os R\$ 5,00, têm feito os potiguarês buscarem alternativas para diminuir os custos e aproveitar melhor a utilização do gás natural. Filial da Companhia de Gás Potiguar (CPGÁS) instalada à TRIBUNA DO NORTE apresenta um crescimento de 11,55% em 2020 em relação ao ano de 2019 no total de novos clientes.

A Potigás fechou o ano de 2020 com 3.551 novos usuários, totalizando 26.140 clientes. Em 2019, a companhia tinha 25.961 usuários utilizando o gás natural. O crescimento vem de anos anteriores. De 2018 para 2019, o número cresceu 12,18%. A maioria dos novos contratos é do segmento residencial, mas a Potigás também atende indústrias, comércio e os ônibus que também utilizam o Gás Natural Veicular (GNV).

Crédito: Adriano Afonso



Consumo de gás natural veicular também aumenta no Estado.



A rede da companhia está disponível em Natal, Mossoró, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Coarima e Macaíba. Anrede de gasodutos possui mais de 310 km. Na capital, os dutos estão em pelo menos 23 bairros, como Petrópolis, Frei Lagarto, Alcega, Alcega, Bimby, Umbuêbo, Capim Macio, Ponta Negra, Neópolis, Caracará, Petrópolis, Palmares, Cidade da Esperança, entre outros.

O crescimento é devido à expansão da nossa rede de distribuição, em áreas mais remotas e comercialmente atraentes, e também da queda do preço do gás natural quando comparado com outros energéticos, como o GLP. Em alguns casos, a economia é de 10% (caso da Sérgio Henrique Guimarães de Paulo, dentro de Natal e comércio de Petrópolis).

Sérgio Guimarães cita também questões de segurança para o aumento da procura pelos usuários, uma vez que, em caso de vazamento, o gás natural se dispersa pelo ar, reduzindo o risco de explosões, além de ser "limpo ambiental", sem causar utilização de gás residual, redução ambiental da produção de carbono. Nos condutores, a Potigás faz o teste e todo o processo de instalação até a "porta do usuário". A instalação no veículo, no entanto, não é feita pela empresa.

Uso residencial

Quem passou a utilizar o gás natural instalado em seu negócio foi Gerardo Ricardo Junior, proprietário do restaurante Mini D'Aprés, em Natal. Ele utiliza o GLP no seu empreendimento, que já existe em Natal há 10 anos. Há um ano, resolveu mudar para o gás natural em virtude da economia e da praticidade.

O projeto de expansão pessoal, bem como sua rede, foi Gerardo Ricardo Junior, proprietário do restaurante Mini D'Aprés, em Natal. Ele utiliza o GLP no seu empreendimento, que já existe em Natal há 10 anos. Há um ano, resolveu mudar para o gás natural em virtude da economia e da praticidade.

Um dos projetos a utilizar gás natural no Rio Grande do Norte foi o empresário Antônio Leite, da Sól Sol, uma das principais fábricas de água mineral, espelha, pó de leite e complementos no Estado. A escolha por esse tipo de fonte de energia foi em 1990, após seis anos de funcionamento. Segundo ele, a escolha pelo gás natural se deu após prioridades no processo de fabricação das tradicionais coqueletes e outros produtos. A redução do custo, segundo ele, também passou muito para a decisão.

"O gás natural está bem mais em conta que o GLP. Se eu trabalhar com o GLP ficava inviável para mim. Utilizamos o gás para os caldeiros, na pasteurização do leite e o sistema de soldagem. Se não fosse assim, não teríamos como fabricar coqueletes", explica Antônio Leite. Por mês, a Sól Sol tem gasto R\$ 180 mil em gás natural. Se o gás usasse fosse GLP, o custo triplicaria, acrescenta Antônio Leite.

GNV

O Gás Natural Veicular (GNV) vem se mostrando como a melhor escolha para os condutores potiguarês no quesito econômico. Na mesma potência, o Potiguarês consegue obter melhores resultados de preço da gasolina e o GNV se mostrou mais econômico. O preço do GNV em relação à gasolina comum, por exemplo, é 37% menor, segundo um levantamento divulgado pela Potigás, utilizando dados de Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Já em relação ao custo, a diferença é de 52%. No comparativo feito utilizando os dados do ANP, quem roda em média 10.000 km por dia com GNV, tem redução de custos de mais de R\$ 700 ao final do mês, se comparado com a gasolina.

Isso é possível porque além de mais barato, o Gás Natural Veicular tem maior autonomia do que os demais combustíveis e o motorista acaba percorrendo mais quilômetros com um menor volume de gás. Uma seta na tela indica, aproximando R\$ 60,00 o condutor do veículo economiza uma diferença de R\$ 600 no final do mês, se comparado com a gasolina.

O uso do GNV tornou-se imprescindível no aumento da rentabilidade dos motoristas. Inclusive, a própria economia faz com que eles possam investir em melhor grupo e diferenciar o veículo com a conversão dos veículos", ressaltou Francisco Souza, gerente comercial da Potigás. Atualmente, o Rio Grande do Norte possui 50.034 veículos abastecidos no uso do GNV, segundo dados do Detran/RN.

Veículo: Blog do Heitor Gregório - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Fecomércio entende que os Municípios devem disciplinar horários de funcionamento do comércio e não os Estados **Impacto:** Positivo

Link: http://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/fecomercio-entende-que-os-municipios-devem-disciplinar-horarios-de-funcionamento-do-comercio-e-nao-os-estados/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=twitter&utm_source=socialnetwork

Economia

Fecomércio entende que os Municípios devem disciplinar horários de funcionamento do comércio e não os Estados

7 de março de 2021, 13 horas atrás



Nota

A Fecomércio RN vem a público reiterar que, no seu entendimento e conforme orientação da sua assessoria jurídica e determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), é de competência dos municípios disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades.

A entidade repudia veementemente eventuais ações arbitrárias que venham a ocorrer por parte das forças de segurança, fechando estabelecimentos comerciais e constringendo empreendedores, colaboradores e clientes.

Veículo: Grande Ponto - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços **Impacto:** Positivo

Link: <https://grandeponto.com.br/noticia/fecomercio-diz-que-e-dever-dos-municipios-definir-horario-de-comercio-e-servicos>

NEGÓCIOS

07/03/2021 11:32

Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços



Reprodução

f Facebook

Twitter

E-mail

Imprimir

WhatsApp

Telegram

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN) divulgou uma nota neste domingo (7) afirmando que é dever dos municípios estabelecer os horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades. Confira a nota na íntegra:

"A Fecomércio RN vem a público reiterar que, no seu entendimento e conforme orientação da sua assessoria jurídica e determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), é de competência dos municípios disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades.

A entidade repudia veementemente eventuais ações arbitrárias que venham a ocorrer por parte das forças de segurança, fechando estabelecimentos comerciais e constringendo empreendedores, colaboradores e clientes".

Veículo: Blog do BG - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Fecomércio RN afirma que é competência de municípios disciplinar horários de funcionamento de comércio, serviços e turismo

Impacto: Positivo

Link: <https://www.blogdobg.com.br/fecomercio-rn-afirma-que-e-competencia-de-municipios-disciplinar-horarios-de-funcionamento-de-comercio-servicos-e-turismo>

07/03/2021 às 07:58 em **CIDADES**

Fecomércio RN afirma que é competência de municípios disciplinar horários de funcionamento de comércio, serviços e turismo

A Fecomércio RN divulgou uma nota onde afirma que a competência é dos municípios para disciplinar horários de funcionamento de comércio, serviços e turismo. Confira nota abaixo:

NOTA

A Fecomércio RN vem a público reiterar que, no seu entendimento e conforme orientação da sua assessoria jurídica e determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), é de competência dos municípios disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades. A entidade repudia veementemente eventuais ações arbitrárias que venham a ocorrer por parte das forças de segurança, fechando estabelecimentos comerciais e constrangendo empreendedores, colaboradores e clientes

Veículo: Blog Thaisa Galvão - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 07/03/21

Título: Fecomércio lembra que competência para definir horários é dos municípios **Impacto:** Neutro

Link: <https://www.thaisagalvao.com.br/2021/03/07/fecomercio-lembra-que-competencia-par-a-definir-horarios-e-dos-municipios>

Fecomércio lembra que competência para definir horários é dos municípios

[0] Comentários (Deixe seu comentário)

A Fecomércio do RN está lembrando, em nota, que o STF já decidiu que é de competência dos municípios disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo.

Mas é exatamente por isso que o decreto do Governo apenas recomenda, cabendo a cada município fazer o seu decreto, alinhado ou não.

As conversas da governadora Fátima Bezerra antes de baixar o decreto, com prefeitos do interior, acontecem para que a chefe do executivo estadual tente convencer os gestores a baixarem seus decretos.

Quem não baixa...deixa valer o decreto do estado.

Simple assim.

Por isso que em Natal, a cada decreto do Estado vem um da Prefeitura.



Veículo: Blog Robson Pires - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 07/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Em nota, Fecomércio (RN) repudia ações arbitrárias **Impacto:** Positivo

Link: <https://robsonpiresxerife.com/em-nota-fecomercio-rn-repudia-acoes-arbitrarias>

Em nota, Fecomércio (RN) repudia ações arbitrárias

Robson Pires | 07/03/2021 | Estado | Comente agora!



NOTA:

A **Fecomércio** (RN) vem a público reiterar que, no seu entendimento e conforme orientação da sua assessoria jurídica e determinação do **Supremo Tribunal Federal** (STF), é de competência dos **municípios** disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades.

A entidade repudia veementemente eventuais **ações arbitrárias** que venham a ocorrer por parte das forças de segurança, fechando estabelecimentos comerciais e constringendo empreendedores, colaboradores e clientes.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 08/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Executivos miram cursos de programação para liderar equipes e dar 'up' na carreira Impacto: Neutro

Executivos miram curso de programação para liderar equipes e dar 'up' na carreira

Renê Pereira

Depois de oito anos trabalhando na área de tecnologia, o executivo Daniel Topper viu que era o momento de ir para o banco da escola aprender a programar e entender o mundo por trás dos aplicativos, sites e softwares.



Novas habilidades. Topper diz que hoje entende melhor as 'dores' dos profissionais da área de desenvolvimento de produto

hôm rendeu à Oliveira um novo emprego. Depois de ter sua remuneração reduzida drasticamente durante a pandemia, ele deixou a empresa em que trabalhava como especialista em desenvolvimento de negócios e aproveitou para estudar. Foram nove semanas dedicadas à programação. E, ao final, além de um certificado, foi indicado para uma vaga numa startup na área de saúde, com um cargo melhor, de gerente de produtos.

Para os profissionais, aprender a desenvolver um software vai além do programa em si. Aumenta a criatividade, o senso de colaboração, disciplina, pensamento crítico e a audácia na tomada de decisão. O diretor de recrutamento da empresa Robert Half, Caio Arnaes, conta que uma tendência em altos nos últimos anos é a promoção de programadores para cargos de liderança, onde eles não vão desenvolver produtos, mas comandar equipes. Segundo ele, a demanda por profissionais de tecnologia tem sido cada vez maior. São nos dois primeiros meses deste ano, as vagas em TI cresceram 30% comparadas ao mesmo período de 2020. É esse espaço que profissionais de outras áreas querem ocupar.

Executivos relatam ganhos e novas opções profissionais Pág. 56

Demanda "Hoje tudo está sendo atacado por um software. Isso explica o interesse pela programação." Mathieu Le Roux COFINDAADOR DA WAGON LATAM

dos computadores. Com o processo de digitalização das empresas acelerado pela pandemia, os profissionais passaram a enxergar a necessidade de atualização e aquisição de novas habilidades para se diferenciar no mercado. Cada um tem metas e objeti-

vos diferentes. Além da melhoria no repertório para liderar equipes, há quem busque ampliar os conhecimentos de idiomas para dar um diferencial no currículo. Foi assim com a advogada Patricia Bolner Caminsky, de 25 anos, que começou a fazer o curso de programação para encontrar ferramentas que facilitem seu crescimento na carreira. Mas o resultado foi outro. Depois de alguns meses, ela abandonou o direito e virou programadora. "Não me arrependo da mudança, foi a melhor escolha."

Home office. Esse movimento

de busca pelos cursos de programação teve início antes da pandemia, mas ganhou impulso com o home office e o avanço das aulas online durante o isolamento social. Hoje, o mercado oferece uma gama enorme de cursos para quem quer aprender a linguagem dos computadores. Os preços podem variar entre R\$ 900 e R\$ 10,5 mil, dependendo da profundidade e do curso escolhido. "Atualmente, tudo está sendo atacado por um software (referindo-se a aplicativos como o Airbnb). Isso explica em parte o crescente interesse pela programação", diz Mathieu Le Roux, cofundador

de escola Le Wagon Latam. Segundo ele, os profissionais querem aprender a programar e ter capacidade de entender o desenvolvimento de um produto ou projeto. Foi o caso do administrador de empresas Diego Oliveira, que tinha dificuldades em lidar com os questionamentos dos clientes em relação ao produto comercializado. "Antes, eles perguntavam e eu não tinha argumentos para explicar, pois não conhecia a criação e o aspecto técnico do projeto. Vi ali um gap na minha carreira." Além de ampliar o repertório, a decisão de fazer o curso tam-

Com aumento da demanda, escolas criam até MBA

Habilidade lógica é um dos requisitos para os cursos; digitalização de empresas fez aumentar interesse de profissionais

Aprender programação exige dedicação e uma certa habilidade lógica. Além disso, é preciso saber o que aprender, já que existe uma gama de linguagens no mercado. A queridinha do momento é Python, considerada a melhor linguagem para iniciantes, por ser mais simples. "Na minha percepção, dentro de 3 a 5 anos a Python será o que o Excel foi há algum tempo nos processos de recrutamento: um pré-requisito para uma vaga", diz o presidente da escola Let's Code, Felipe Paiva.

Outro curso bastante procurado entre os profissionais é o de data science, que envolve o estudo das informações para análise de dados. "A busca por esses cursos virou uma tendência que não vai parar por aqui. O mundo está e será cada vez mais digital", diz o presidente da escola Digital House Brasil, Sebastian Macklin. Segundo ele, a demanda por essa área tem sido mais visível entre executivos de empresas tradicionais, que estão iniciando o processo de transformação digital. São profissionais entre 35 e 55 anos.

Para Adriano Almeida, do grupo Aluna, qualquer pessoa pode aprender programação,

mas não é um processo rápido. "Em um mês consegue entender os conceitos básicos. Mas, para ser 'fúente', o processo é mais longo." Segundo ele, a pandemia e a forte digitalização das empresas aceleraram a busca pelo curso por gestores de companhias tradicionais, não só ligada à tecnologia.

Transformação digital. O professor da Fundação Dom Cabral Carlos Arruda diz que os executivos querem entender as diferentes tecnologias digitais (inteligência artificial, blockchain etc) para explorar as possibilidades de uso nos negócios. "Na Dom Cabral, por exemplo, o programa de transformação digital é um dos mais procurados atualmente." Há também interesse por cursos mais específicos como inteligência artificial nos negócios ou dados para negócios.

Na escola de negócios Trevisan, foi criado um MBA de data science e incluído na grade curricular o tema transformação digital. "Nossa ideia não é ensinar a programar, mas mostrar como usar ferramentas existentes no mercado para avaliar dados na tomada de decisões", diz a coordenadora do MBA de data science, Adriana Vieira.

Segundo ela, o objetivo é diminuir a lacuna que existe entre TI e a área de negócios. "O MBA foi criado para permitir que o executivo transite nesses dois mundos com mais facilidade.", r.p.

Advertisement for SODRÉ SANTORO real estate. Headline: LEILÃO IMPERDÍVEL. 24 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE, 26/03/2021 - 11h. APARTAMENTOS, CASAS, TERRENOS, SALAS E IMÓVEIS COMERCIAIS. SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, FLORIANÓPOLIS. Includes a QR code and website URL: WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bom momento da pecuária sustenta venda de insumos **Impacto:** Neutro

B2 | **Economia** | SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021

coluna do
broadcast agro

E-MAIL: COLUNA.BROADCAST@ESTADAO.COM

Bom momento da pecuária sustenta venda de insumos

Empresas que fornecem insumos para o setor pecuário viram sua receita disparar com a alta dos preços do boi gordo no mercado interno. A Vaccinar, de saúde e nutrição animal, prevê este ano repetir o crescimento de 30% nas vendas de 2020. A DSM, de nutrição humana e animal, quer avançar até 2,5 vezes acima do mercado de suplementação mineral no País, que cresce de 3,5% a 4% ao ano. Já a Alta Genetics, de genética bovina, pretende fechar 2021 com receita até 30% maior, ante aumento de 36% no ano passado. “A tendência é de o produtor investir mais para explorar a sua produtividade e ganhar mais dinheiro”, afirma Amaury Valinote, diretor de negócios para a linha de ruminantes da Vaccinar. Heverardo de Carvalho, diretor da Alta Genetics no Brasil, acrescenta que a inseminação ganha espaço como opção para reduzir custos e melhorar o produto final. Sérgio Schuler, vice-presidente do negócio de Nutrição e Saúde Animal para Ruminantes da DSM no País, também festeja as oportunidades: “Na área de ruminantes, tivemos um ano muito positivo em 2020 e prevemos a continuação dessa tendência em 2021.”

WERTHER SANTANA/ESTADÃO - 3/9/2013



Rebanho bovino. De olho na produtividade, pecuarista investe

» **Só valoriza.** O otimismo não é à toa. Com exportações aquecidas da carne bovina brasileira e oferta restrita de animais prontos para o abate, a arroba do boi gordo em São Paulo acumula alta de quase 14% só neste ano, segundo apuração do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepes). Em 12 meses, a valorização é de 50%.

» **Aproveita.** Em 2020, a Alta Genetics dobrou o investimento previsto para o ano, alocando mais de R\$ 10 milhões em melhorias de infraestrutura. Agora também no mercado de produção de embriões in vitro, a empresa prevê investir no segmento R\$ 12 milhões a R\$ 15 milhões nos próximos três anos. A expectativa é faturar R\$ 4 milhões a R\$ 5 milhões em 2021 com a operação.

» **De olho.** A Vaccinar concluirá ainda no primeiro semestre a construção de fábrica em Araguaína (TO), onde já opera novo centro de distribuição. Outra planta será finalizada em Goianira (GO) até o fim de 2021. Cada uma terá capacidade para até 40 mil toneladas anuais de

produtos. O próximo passo é fincar o pé em Mato Grosso. “É um mercado gigantesco. Já temos vendas para o Estado, mas queremos ter uma estrutura lá”, diz Valinote.

» **Moderniza.** A DSM também busca avanço em Mato Grosso, transferindo o seu centro de distribuição de Cuiabá para Rondonópolis. A empresa fará investimentos na modernização e no aumento de capacidade em outros oito centros de distribuição no País. O foco é crescer também em Rondônia, no Pará, no Tocantins e na região Nordeste.

» **Concorrência.** A Mark 2 Market, que atua na gestão de dívidas de grandes empresas, se prepara para operar como central depositária de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), tarefa até então exclusiva da B3. Em dezembro, a Comissão de Valores Mobiliários autorizou a empresa a atuar como tal. A perspectiva é de que a operação comece no segundo semestre. Com mais agilidade e serviços, a Mark 2 Market pretende abocanhar de R\$ 4 a R\$ 5 bilhões em CRAs deposita-

dos em 2021, de um total estimado em R\$ 20 bilhões, diz Rodrigo Amato, fundador e CEO da empresa.

» **Ponte.** Amato quer ir além e aproveitar a experiência da Mark 2 Market (M2M) no gerenciamento de aplicações, derivativos e dívidas (débitos bancários, debêntures, CRAs) para impulsionar o mercado de capitais. O plano é aproximar companhias em busca de recursos e investidores. “Vamos facilitar esse encontro.” A plataforma da M2M tem sob gestão R\$ 300 bilhões.

» **Cara a cara.** O movimento de consolidação da indústria global de defensivos biológicos perdeu ritmo em 2020 pela dificuldade de estabelecer relações e negociações estratégicas remotamente. É o que aponta levantamento da consultoria Dunham Trimmer a que a coluna teve acesso. Em 2019, foram 61 transações, sendo 29 de fusão ou aquisição (M&A), 21 acordos entre distribuidores e 11 na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Já no ano passado, o número total caiu para 48.

» **Virada.** O estudo mostra que a partir do segundo semestre as conversas focadas em novas fusões e aquisições foram retomadas. Amália Borsari, diretora de Biológicos da Croplife Brasil, entidade que reúne empresas de agroquímicos, sementes e mudas e produtos biológicos, confirma a perspectiva. “Continuamos vendo essas movimentações para M&As em 2021”, diz.

» **Assegura.** Produtores já garantirão mais de 40% dos fertilizantes a serem utilizados no segundo semestre, quando começa o plantio da safra de verão. Pesquisa da consultoria StoneX mostra que as compras estão mais adiantadas no Centro-Oeste, com 52% dos adubos comprados.

» **...e reforça aplicação.** Marcelo Mello, diretor de fertilizantes da consultoria, diz que o mercado se beneficia do bom momento no campo. “Está havendo uma antecipação das compras diante da alta rentabilidade dos grãos e do fato de os preços dos insumos estarem subindo.” O ritmo das compras para a safra 2021/22, que começa em julho, está seis pontos percentuais à frente do visto em igual período do ano passado. O levantamento da StoneX compreendeu uma área de 17,5 milhões de hectares, equivalente a 30% da área semeada com grãos na safra 2020/21.

JULLIANA MARTINS, LETICIA PAKULSKI,
CLARICE COUTO E ISADORA DUARTE

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Negócios se unem sob a ótica feminina **Impacto:** Neutro

B8 | **Economia** | SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Visão estratégica



Parceria. Renata Feffer, Flávia Terpins, Augusta Mafuz, Fabiana Sonder e Renata Merquior (a partir da esq.) querem abrir a confraria para novas integrantes

NEGÓCIOS SE UNEM SOB A ÓTICA FEMININA

'Confraria' criada por empresárias funciona como conselho informal e ajuda na troca de experiências

Fernanda Guimarães

Criada no fim de 2019, uma "confraria feminina" se transformou em porto seguro para suas idealizadoras - cinco empresárias, donas de negócios em setores distintos - neste momento de forte impacto na economia provocado pela pandemia do novo coronavírus. O que as aproximou foi o desejo de criar um ambiente próprio em que pudessem compartilhar experiências sobre a administração de suas empresas e falar também sobre o desafio de ser uma mulher empreendedor no Brasil.

"O lugar da empresária mulher é um lugar solitário com certa frequência. Temos de tomar decisões difíceis, equilibrar muitos conflitos. Nossas empresas são pe-

quenas: não temos consultores e conselhos robustos", afirma Fabiana Caporal Sonder, cofundadora da FabFoods Alimentos, dona da marca de pipocas gourmet Pipó.

As reuniões do grupo são, em geral, mensais. Além de discutirem as "dores" de estar à frente de um negócio no Brasil, elas trocam dicas de fornecedores e, periodicamente, trazem especialistas de fora para exposições sobre assuntos que consideram cruciais para a condução do dia a dia do negócio.

Ano passado, por exemplo, perceberam a necessidade de entenderem melhor as mudanças trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e trouxeram para a mesa (ainda que virtual, em tempos de pandemia) o advogado Ricardo Weberman. Para falar sobre saúde financeira e governança corporativa, a convidada foi a empresária e

consultora Denise Damiani. Para tratar de inovação, o "palco" foi de Andrea Janer, cofundadora da Oxygen, plataforma de experiências em inovação.

"No grupo, trocamos experiências sobre as melhores práticas de gestão do negócio e também sobre nossas frustrações", conta Renata Merquior, cofundadora do DryClub, rede de "salões express", com serviços como uma escova e maquiagem.

Com sua operação afetada pela pandemia, Renata foi buscar o apoio e orientação das colegas para colocar de pé um novo projeto. Ela decidiu ampliar o segmento de produtos de marca própria, mais uma fonte de receita. O investimento em comércio online tem se mostrado promissor para muitos empresários, diante da obrigatoriedade de fechar suas portas por conta das medidas de isolamento social.

O propósito de Renata é atrair um investidor para injetar novos recursos no projeto. Para isso, ela preparou uma apresentação, enumerando o que considera como pontos fortes de seu negócio e as vantagens da nova linha de produtos a ser criada. Antes de se sentar com os potenciais interessados - o que está fazendo agora -, ela simulou uma apresentação para as demais integrantes da confraria, que acabou funcionando como um conselho de administração informal.

Com o DryClub, criado em 2017 e com duas lojas, Renata levou mais recentemente para a mesa a discussão se um dos caminhos seria fechar uma de suas lojas, no Itaim Bibi, região

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Carlos Melles, presidente do Sebrae

1 Por que o empreendedorismo feminino foi o mais afetado na pandemia?

Praticamente todo o universo de empreendedores brasileiros foi atingido durante pela crise gerada em decorrência da pandemia. Mas é inegável que as mulheres foram mais prejudicadas que os homens. Por trás desse fenômeno há diversas razões, em especial um traço da nossa cultura: as mulheres são mais cobradas nas tarefas domésticas, como cuidar de filhos e idosos.

2 Além da dupla jornada, quais outros fatores de ordem econômica que tornam o empreendedorismo desigual entre os gêneros?

A série de pesquisas que vem sendo realizada pelo Sebrae desde o início da pandemia mostra que o impacto da crise é diferente para homens e mulheres. Além do problema da dupla jornada, há outras bar-

reiras culturais, como a dificuldade de relacionamento entre as empreendedoras e as instituições financeiras.

3 Apesar da pandemia, houve algum tipo de avanço no empreendedorismo feminino no Brasil?

Sim. A pandemia provocou impactos avassaladores sobre os pequenos negócios, mas também proporcionou alguns aprendizados significativos. Um dos principais foi a importância da digitalização das empresas e da adoção de medidas inovadoras pelos empreendedores. Nesse aspecto, um levantamento feito pelo Sebrae revelou que as mulheres foram mais proativas do que os homens. Cerca de 42% delas passaram a comercializar novos produtos e serviços, desde o início da crise do coronavírus, ante 37% dos empresários do sexo masculino. / F. G.

cidade de São Paulo que concentra grandes escritórios de empresas e de bancos - e que, em grande parte, continua a adotar o trabalho remoto.

Assim como Renata, Flávia Terpins, dona de uma empresa de aluguel de móveis para eventos, também teve seu negócio afetado pela pandemia. A 100% Eventos, que possui três galpões em São Paulo, viu seu

quadro de funcionários recuar em 80% na crise e ainda não há uma expectativa de quando os eventos voltarão a ocorrer como antes, ainda mais neste momento de aumento do número de casos de covid no País. Também foi do grupo que Flávia recebeu a ideia de explorar um novo nicho na pandemia: o de aluguel de móveis para temporadas, o que poderia render uma

receita extra para a empresa. A ideia surgiu diante da avaliação de que muitas famílias decidiram passar a quarentena em espaços maiores e precisariam, com isso, de um mobiliário por apenas um período definido.

Efeitos diferentes. O caráter de um "conselho de administração informal" da confraria ganhou ainda maior peso quando se olha o efeito da crise nos pequenos negócios. Logo nos primeiros meses de pandemia da covid-19, o Brasil perdeu 716 mil empresas, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quase a totalidade (99,2%) destes negócios era de pequeno porte.

A atual crise afetou de maneira distinta diversos setores da economia e isso também se refletiu no microcosmo da confraria. Enquanto as demais companheiras tiveram de lidar com queda de receita e corte de funcionários, Augusta Mafuz, que conduz a Touch Baby, loja de enxovais para bebês aberta há mais de três décadas por sua mãe, viu seu faturamento saltar 50% no ano passado em relação a 2019.

Com a dificuldade de viajar ao exterior por conta da pandemia, as famílias que antes compravam todo o enxoval para os filhos lá fora passaram a adquirir esses itens no mercado doméstico, o que impulsionou os fabricantes nacionais. Aos 32 anos (é a mais nova do grupo) e formada em economia e direito pela FGV, Augusta assumiu o leme do negócio da mãe em 2015. Pensando em crescer, ela foi conhecer um dos galpões de Flávia para ter uma visão de um espaço organizado, atrás de inspiração e aconselhamento para uma futura expansão.

Agora, depois de completar seu primeiro aniversário e atravessando um ano inteiro de pandemia, a própria confraria se prepara para crescer. A ideia é trazer mais mulheres empreendedoras para a roda de discussão, de forma a ampliar o escopo dos temas. A meta é ter mais diversidade no grupo de setores de atuação, por exemplo.

"Temos negócios muito diferentes e temos muita troca de experiências. Cada uma tem um perfil, mas as dores são parecidas. É muito rico ter o olhar de quem está de fora", conta a fundadora da Cau Chocolates, Renata Feffer, que também está tendo de lidar com o fechamento de lojas. No começo da pandemia, ela criou uma operação de drive thru e delivery, além de turbinar sua venda online, o que vem rendendo frutos. Apesar dos movimentos, conta, os números da companhia voltaram para os observados em 2015.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Certificado busca incentivar mulheres em conselhos **Impacto:** Neutro

Certificado busca incentivar inclusão de mulheres em conselhos

País tem 23 empresas que ganharam o selo concedido pela

- ♦ Women on Board, criada no final de 2019

Karla Spotorno

- Já existe um selo especial para as companhias no Brasil com mais de duas mulheres em seus conselhos de administração. A certificação é concedida pela
- Women on Board (WOB), uma associação que reúne um grupo de executivas, conselheiras, advogadas e empresárias engajadas na causa da promoção da mulher a postos com tomada de decisão.

A WOB foi criada no fim de 2019 com o apoio da ONU Mulheres e, desde então, já certificou 23 empresas de capital aberto, fechado e organizações no

Brasil. Duas delas acabam de entrar nessa lista: o Banco Fibra e o IRB.

Todo processo é gratuito e sempre será, segundo compromisso firmado no estatuto da associação. "Somos autofinanciadas e totalmente independentes", diz Christiane Aché, ex-executiva da Alstom e uma das co-fundadoras do WOB e especialista no assunto. Christiane também é diretora do Advanced Boardroom Program for Women, da Saint Paul Escola de Negócios, conselheira do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) de São Paulo e de órgão de comércio exterior da França (France's Foreign Trade Advisor).

A associação certifica e monitora se as empresas mantêm depois as duas conselheiras. Caso reduzam o número, as companhias com o selo WOB precisam recompor o conselho em seis

meses ou perdem a certificação.

Dois mulheres em um conselho - que muitas vezes tem mais de dez integrantes - pode parecer pouco. Mas não é, considerando a realidade das companhias que integram a atual carteira teórica do Ibovespa, principal indicador do mercado acionário brasileiro. Apenas 19 das 78 grandes empresas são elegíveis a solicitar a certificação, segundo levantamento feito pelo *Estadão/Broadcast*.

"Discutimos qual seria o número mínimo para fazermos a certificação", lembra Christiane. Estabelecer apenas uma conselheira seria muito pouco e nem incentivaria as empresas a abrir espaço para mulheres nos colegiados, comenta a co-fundadora da WOB. "Uma mulher em um conselho é mais uma representante feminina do que uma pessoa que faz parte (das tomadas de decisão)", diz. "Mas, se



Christiane: 'Não há mais a desculpa de falta de candidatas'

fôssemos estabelecer mais de duas, poucas empresas estariam aptas a receber a certificação."

Ainda assim, ela é otimista. "Esse grande número de IPOs e meso de follow-ons em que a empre-

sa precisa ajustar o conselho é uma grande oportunidade para mais mulheres serem chamadas", diz a co-fundadora do WOB.

Candidatas. Mulheres dispo-

tas a assumir um posto como conselheira não faltam. Christiane aponta vários bancos de talentos. Conta que a Women Corporate Directors (WCD) no Brasil, organização da qual é embaixadora no País, tem uma lista de 240 mulheres já capacitadas. Outra organização, a Conselheiras 101, que advoga pelas mulheres negras, tem outras 20. O programa de formação para conselhos da Saint Paul Escola de Negócios soma mais 300 formadas. E o Programa de Diversidade em Conselhos (PDeC), promovido por B3, IBGC, Spencer Stuart, IFCE e WCD-Brasil, já formou outras 140. "Não dá mais para usar como desculpa a falta de candidatas", afirma a especialista.

Além do IRB e do Banco Fibra, já receberam o selo WOB a Associação Brasileira dos Bancos (ABBC), o grupo hospitalar Albert Einstein, Arezzo & Co, Banco BMG, B3, Cetesb, Cia de Talentos, Colégio Santa Cruz, Copel, Furnas, Great Place to Work, Grupo Baumgart, Grupo Fleury, IBGC, Natura, PagSeguro, Pernambucanas, Lojas Renner, Santander, Ser+ e WFP.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 08/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Mulheres no conselho: algo raro na Bolsa Impacto: Neutro

B10 | Economia | SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

e|investidor
ESTADÃO



Na web
A FORTALEÇA E A CAPACIDADE DO BRASIL
PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL
EM INVESTIR. ESTADÃO.COM.BR

Mulheres no conselho: algo raro na Bolsa

Entre empresas de capital aberto, estudo revela que só a Enjoei tem mais conselheiras do que conselheiros

Jenae Andrade

Neste Dia Internacional da Mulher, um dado alarmante sobre o mercado financeiro é revelado: só existe uma empresa na Bolsa de Valores brasileira em que o número de mulheres dentro do conselho de administração é maior do que o de homens, a Enjoei, uma novata na B3 que abriu seu capital em novembro de 2020. Das cinco cadeiras de conselheiros na plataforma de brechós online, três (60%) são ocupadas pelas profissionais Ana Luiza McLaren, Aline de Lucca e Helena Turola.

Em segundo lugar, entre as maiores presenças femininas dentro dos conselhos, aparece o banco BMG, com 50% de participação. Na sequência, com 43% das cadeiras ocupadas por mulheres, está a rede varejista Magazine Luiza. A representatividade das outras empresas é igual ou inferior a 40%. Os dados, que consideraram as companhias com valor de mercado superior a R\$ 300 milhões, fazem parte de um levantamento realizado pela Teva Índices, em parceria com a Easyinvest, e enviado em primeira mão ao E-Investidor.

Além do volume de capitalização, superior a R\$ 300 milhões, foram selecionados para o estudo as empresas listadas que enviam reportes de governança corporativa nos últimos 24 meses, com ao menos 1% de suas ações em circulação e volume de negociação em fevereiro de 2021 superior a R\$ 20 milhões. Das 354 companhias de capital aberto, 204 atenderam aos critérios utilizados. No total, foram

analisados 1.504 assentos de conselho, dos quais apenas 177 são ocupados por mulheres (11,8%).

“A ideia inicial do estudo era elencar dez empresas grandes cujos CEOs eram mulheres, mas não conseguimos encontrar essas companhias para formar a lista”, afirma Iris Suyuri Kazimoto, gerente de produto da Easyinvest. “Chegamos a fazer um ranking com as 10+, mas grande parte eram organizações muito pequenas, quase sem capitalização, foi um choque. Então, ampliamos nosso espectro para os conselhos.”

O conselho de administração é o órgão responsável pelo direcionamento estratégico e tomadas de decisão de uma organização. “É extremamente importante a questão da diversidade. Quando falamos de investimentos, empresas com boa governança, que seguem os preceitos ASG (boas práticas sociais, ambientais e de governança nos negócios), costumam ter resultados melhores. É essencial para o mercado começar a dar visibilidade para companhias que promovem igualdade de gênero”, diz Iris.

Essa também é a visão de Fernanda Felici, coordenadora sênior de recursos humanos da Enjoei. A empresa detém 200 funcionários – destes, 99 são mulheres. Os cargos de liderança também são cuidadosamente equilibrados, de modo que nem um lado, nem o outro, fique mal representado.

“O primeiro aspecto é que foi uma mulher que fundou a companhia. Por mais que hoje o CEO seja uma figura masculina, temos a atuação dela muito presente”, afirma Fernanda. O fato de a empresa ter equilíbrio e lideranças diversas também contribuiria para melhoria do ambiente de trabalho – parte do ponto “S”, da sigla ASG. “Ser mulher na Enjoei é fluido, não nos sentimos discriminadas e não



Diversidade. Novata na Bolsa, Enjoei equilibra mulheres e homens em cargos de chefia

MULHERES EM CONSELHOS

● Mulheres são maioria no Conselho de Administração de apenas uma empresa*

EMPRESAS	Nº DE CONSELHEIRAS	Nº DE CARGOS NO CONSELHO	PARTICIPAÇÃO FEMININA
Enjoei	3	5	60%
Banco BMG	4	8	50%
Magazine Luiza	3	7	43%
Aeris	2	5	40%
Vivara	2	5	40%
Mills	3	8	38%
Banco Santander	3	9	33%
Cia. Paranaense de Energia Porto Seguro	3	9	33%
Pague Menos	3	9	33%

*DADOS ATÉ 28/FEV/2021. NÃO SÃO CONSIDERADAS EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

FONTE: FATIMATI

APROXIMACIONADO

“vemos falas de assédio, já que a igualdade vem desde a fundação. Do ponto de vista de remuneração, também nunca tivemos diferenciação. Achamos a

igualdade fundamental para o sucesso da companhia”, diz.

Desiguais desde a infância. Mesmo fora do ambiente profis-

sional, a presença feminina no mercado financeiro é bem menor em relação à participação dos homens. Até dezembro do ano passado, a B3 tinha apenas 847,3 mil investidoras. O número representa apenas 25,97% dos 3,2 milhões de CPFs da Bolsa. Quando é feito o recorte por faixa etárias, as mulheres são minoria inclusive entre os investidores de até 15 anos. No total, são 6.373 jovens mulheres na B3, de um total de 14.730 contas abertas nesta categoria.

“É uma questão muito cultural porque as mulheres são ensinadas desde cedo que precisam ir para áreas de humanas. A mulher é tida como esses seres frágeis e que precisam ser resgatadas por um homem, como nos contos da Disney”, afirma Francine Mendes, economista e educadora financeira da Genial Investimentos. “Nossas meninas crescem com aquela mensagem de que elas não precisam cuidar tanto assim da carreira, porque sempre vai ter alguém que lucre por elas.”

Segundo Francine, é preciso mudar as estruturas e trazer o universo de exatas para o meio feminino. “Há pouco tempo, por exemplo, os pais depositavam até sete, oito vezes mais

dinheiro nas contas abertas na B3 para meninos, do que para meninas. Temos de questionar: por que não queremos que as nossas meninas lucrem desde cedo.”

De fato, em janeiro de 2020 eram 6.617 contas abertas para pessoas de até 15 anos. Dessas, 3.023 eram de meninas, enquanto 3.594 eram para meninos. Contudo, o capital disponível para elas era de R\$ 180 milhões, enquanto para eles chegava a R\$ 1,56 bilhão – 8,7 vezes maior.

Cerca de 12 meses depois, dentro de um contexto da pandemia de covid-19, esse panorama foi realinhado: os recursos em contas de meninas diminuíram 79,4% e, agora, somam R\$ 320 milhões. Por outro lado, o capital na contas de meninas saltou 50%, para R\$ 270 milhões.

“A mulher tem de lutar pelos seus espaços. Aliás, não falo nem ‘lutar’, mas ‘roubar’ esses espaços, que ainda estão tomados hoje”, diz Francine. “Muitas vezes, a mulher acha que não sabe investir e delega para o homem, que também nem sabe o que está fazendo.”

Para Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama Investimentos e autora do livro *A Bolsa para Mulheres*, o mercado financeiro já foi mais “arrogante”, mas que hoje as oportunidades estão se abrindo para as profissionais femininas, principalmente com o debate em torno do ASG.

“Comecei lá atrás, quando o mercado era um grupo mais restrito de homens, mas tive jogo de cintura para me manter, bati o pé quando precisei e me questionei porque é um ritmo de trabalho bem puxado. Atualmente é mais fácil, temos mais mulheres em destaque”, afirma.

No final, é realmente por meio da educação financeira e, principalmente, da quebra de inseguranças que as próprias mulheres têm em relação a elas mesmas que o mercado financeiro vai se tornar mais igualitário.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 1/2
Título: 'Diversidade na liderança traz inteligência coletiva' **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA

Paula Paschoal, diretora sênior do PayPal

'Diversidade na liderança traz inteligência coletiva'

Uma das poucas mulheres a liderar uma empresa de tecnologia, executiva explica os desafios da inclusão

Jenne Andrade

As mulheres são minoria em cargos de liderança no País. Quando o setor é tecnologia, então, a participação feminina é ainda mais reduzida. A executiva Paula Paschoal, entretanto, é um ponto fora dessa curva. Diretora sênior da operação brasileira do PayPal, uma das maiores empresas de pagamento do mundo, a especialista busca inspirar a chegada de novas líderes no mercado.

A executiva ainda destaca que, desde 2016, o PayPal paga exatamente os mesmos salários para os funcionários que exercem as mesmas funções. A companhia de tecnologia também possui "grupos de afinidade", focados em dar apoio e promover a inclusão de funcionários das mais diversas etnias, orientações sexuais e origens. "Acho que a gente vive em um mundo onde se fala muito sobre meritocracia, mas, na minha opinião, ela só faz sentido quando a gente tiver igualdade de oportunidades", afirma Paula.

Com mais de 1 milhão de novos usuários brasileiros em 2020, o PayPal busca mostrar que a preocupação com a diversidade não é uma questão puramente social, mas é importante para o negócio.

● **Por que existem poucas mulheres em cargos de liderança?**
Estamos mudando, mas ainda



Desafio. Não há sucesso sem olhar para inclusão, diz Paula

infelizmente longe do número ideal, e no PayPal nós temos uma frase do nosso CEO que eu gosto muito. 'A diversidade é um fato, a inclusão é uma escolha', e essa frase se encaixa muito bem no mercado brasileiro, onde mais de 50% da população é composta por negros e pardos, mais de 53% são mulheres. Então, precisamos ser inclusivos para mudar esse cenário. Inúmeros estudos de consultoria mostram o quanto a diversidade na liderança e nos times traz complementaridade, traz a inteligência coletiva, que é um componente tão

rico no momento em que a gente depende cada vez mais de estarmos constantemente inovando.

● **Ainda vemos pessoas falando que seria uma escolha da mulher não participar de cargos de liderança ou de áreas específicas, como tecnologia. Isso faz sentido para você?**

Não concordo. Eu diria que nós sonhamos com aquilo que a gente enxerga, a gente sonha com o que a gente vê. Então, reforça a importância de termos cada vez mais uma liderança diversa em empresas de

finanças e tecnologia, nos mais diferentes setores, para podermos, sim, inspirarmos essa nova geração.

● **Na sua visão, quanto a diversidade e a igualdade são fundamentais para o sucesso de uma empresa?**

Absolutamente indispensável. Não vejo espaço para uma empresa ter sucesso sem ter um olhar muito cuidadoso na questão da diversidade e inclusão, pelo menos não no longo prazo.

● **O PayPal está se preparando para aderir ao Pix?**

Sim, a gente vem se adequando para oferecer o Pix aos nossos clientes com o padrão de segurança que os nossos produtos oferecem ao redor do mundo. Vimos nos últimos anos um movimento muito ativo por parte do Banco Central, pró-competição, pró-inovação e o Pix é um excelente exemplo. E o PayPal apoia esse mercado mais inovador, mais competitivo. A gente enxerga com ótimos olhos a chegada de novos players e toda a disrupção prevista nesse segmento, com toda segurança possível.

● **E os desafios em 2021?**

O que aconteceu nesse último ano extremamente atípico, uma pandemia que nem o mais criativo dos cineastas poderia imaginar com tamanho impacto, foi um momento de muita aceleração para o digital. Então, o que antes era uma compra online vista como escolha ou opção passou a ser algo essencial para as pessoas que têm a opção de ficarem nas suas casas. Quando eu olho para 2021, é um ano onde o grande desafio é nos adaptarmos a esse novo mundo, no qual na área de pagamentos a gente vai, sem dúvida, ter mais inovações e mais mudanças nos próximos dois, três anos, do que tivemos nos últimos 10 anos.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 08/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Falta de pagamento de contas de água e luz bate recorde em dezembro, diz Serasa Impacto: Neutro

Falta de pagamento de contas de água e luz bate recorde em dezembro, diz Serasa

Inadimplência em faturas de serviços básicos foi de 23,6% no mês; especialistas atribuem calotes a suspensão de cortes e fim do auxílio

Larissa Garcia

BRASÍLIA A inadimplência no pagamento de serviços básicos, como água e luz, bateu recorde em dezembro. Segundo a Serasa, o percentual foi de 23,6%, maior valor de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2018. O número representa um aumento de 0,8 ponto percentual em um mês.

Os calotes nessas contas cresceram mês a mês desde o início da pandemia, em março, quando começaram as medidas de restrição para conter a transmissão do vírus. De lá para cá, o índice cresceu 2,1 pontos percentuais.

Especialistas atribuem a alta à suspensão dos cortes desses serviços por falta de pagamento, medida adotada durante a pandemia de Covid-19 para evitar uma deterioração da situação das famílias, cujas finanças foram impactadas pela disseminação do vírus e pelas restrições à circulação promovidas para contê-lo.

A Aneel (Agência Nacio-

nal de Energia Elétrica), por exemplo, proibiu o corte do fornecimento de energia elétrica para consumidores de baixa renda inadimplentes até 31 de dezembro do ano passado. Para os demais, a determinação valeu entre março e agosto. No fornecimento de água, alguns estados e municípios proibiram cortes e flexibilizaram regras para quem não conseguiu honrar os compromissos.

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz acreditar que essa pode ser uma decisão racional do consumidor. "Pode ser uma forma de se financiar na pandemia, ter recursos em momento de incerteza. Se a pessoa perdeu renda e sabe que não terá o serviço cortado, ela pode optar por pagar outra conta", afirma.

Para o pesquisador, atendendo o fim do auxílio emergencial, muitos podem ter guardado recursos, o que pode explicar a alta da inadimplência nas contas básicas no mês. "Além disso, dezem-

“
Pode ser uma forma de se financiar na pandemia, ter recursos em momento de incerteza. Se a pessoa perdeu renda e sabe que não terá o serviço cortado, ela pode optar por pagar outra conta”

Marcelo Neri
diretor da
FGV Social

bro não foi um mês tão gordo quanto costuma ser porque o 13º salário dos aposentados foi antecipado", diz.

Segundo Neri, essas contas comprometem mais a renda dos mais pobres. "Os valores são mais importantes para quem ganha menos. A expectativa é de crescimento da pobreza com o fim do auxílio, o que deve piorar a situação", diz Neri.

Em setembro, a parcela do benefício pago pelo governo aos mais pobres foi reduzida de R\$ 600 para R\$ 300. Em dezembro, o governo encerrou os pagamentos.

O professor de economia da UnB (Universidade de Brasília), Roberto Piscitelli, também avalia que a suspensão dos cortes impactou a redução da inadimplência. "Nessas contas, a inadimplência é mais tolerável, com juros baixos e mesmo antes da pandemia havia um prazo para a interrupção dos serviços, não era imediato", avalia.

Normalmente, o prazo para o corte do serviço por falta de pagamento é de 90 dias (3 meses).

Outro fator que contribuiu com o aumento da inadimplência é a alta dos preços dos alimentos e combustíveis nos últimos meses.

"A gasolina pressionou muito o orçamento, especialmente da classe média, no fim do ano passado e no início de 2021. Alimentos pesam mais na baixa renda", aponta. Além disso, o mercado de trabalho ainda sofre com os impactos da crise. "Recuperou-se pouco da renda do trabalho. É uma situação crítica", diz Neri.

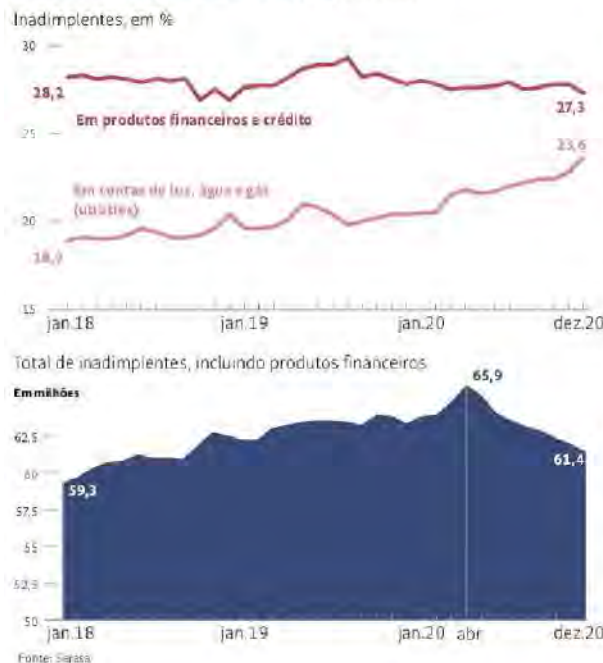
Embora os calotes nas contas básicas tenham crescido, a inadimplência geral (considerando produtos financeiros e de crédito) diminuiu na pandemia. A falta de pagamentos com empréstimos e cartão de crédito, por exemplo, diminuiu 0,5 ponto entre novembro e dezembro e ficou em 27,3%, menor valor da série.

A queda pode ser explicada pelo auxílio emergencial e pelo freio no consumo — aqueles que não perderam renda gastaram menos tanto pelas incertezas quanto pelas restrições de mobilidade e guardaram recursos, o que também contribuiu para a diminuição dos calotes. Outros também aproveitaram para colocar as contas em dia.

Além disso, os bancos prorrogaram parcelas de empréstimos, o que evitou que muitos clientes ficassem com o nome sujo. "O auxílio emergencial promoveu uma espécie de saneamento nas contas dos brasileiros. As taxas de juros também caíram e o crédito ficou mais barato", diz Piscitelli.

Em dezembro, segundo dados da Serasa, 61,4 milhões de pessoas estavam com o nome sujo, 3,4 milhões a menos que em março, quando o coronavírus chegou ao país. Apesar da queda, isso significa que quase 30% de toda a população brasileira tem dívida em atraso.

Cresce a inadimplência em contas de consumo



Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Avanço da reforma tributária sofre atrasos **Impacto:** Neutro

Avanço da reforma tributária sofre atrasos

Nova cúpula do Congresso falava em apresentar relatório em fevereiro; novo calendário deve ser definido nesta semana

Thiago Resende
e Danielle Brant

BRASÍLIA Apresentado pela nova cúpula do Congresso logo após as eleições de 1º de fevereiro, o cronograma para aprovar a reforma tributária até outubro já começou atrasado.

A expectativa das presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), era a de que o relatório da reforma fosse apresentado até o fim de fevereiro. No entanto, ainda não há previsão para esta etapa inicial. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ainda está em negociação com partidos.

No início de fevereiro, Lira e Pacheco definiram um cronograma para a reforma tributária. Ficou estabelecido que a apresentação do relatório da comissão mista ocorreria até o final do mês passado. Ambos dizem acreditar que a reforma seja aprovada em definitivo no Congresso entre agosto e outubro.

Apesar de o cronograma dar celeridade à reforma, integrantes do Ministério da Economia ainda estão receosos em relação à proposta a ser votada. Isso porque as mudanças dependem das negociações, inclusive políticas, e dos acordos no relatório de Ribeiro.

Para harmonizar conceitos no texto, o relator fez uma série de reuniões com integrantes do governo em dezembro. As novas gestões do Congresso e as mudanças nas lideranças partidárias, no entanto, diminuíram o ritmo das conversas em torno do relatório final.

Nesta semana, Ribeiro deve se reunir com Lira e Pacheco para elaborar um novo calendário. O encontro também servirá para que ambos se familiarizem com o texto.

A avaliação de técnicos da Economia é que a reforma tributária defendida por líderes da Câmara pode resultar numa alíquota de imposto único (sobre o consumo) muito elevada e que produziria efeitos na economia apenas no futuro.

Apesar dos rumores na Câmara, pela proximidade de Ribeiro com o ex-presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), Lira manteve o deputado na relatoria da proposta. O governo e sperna que, com a eleição de Lira, o ambiente se tornasse mais favorável para que as propostas do ministro Paulo Guedes (Economia) pudessem prevalecer.

Além do projeto de Guedes para fundir PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a comissão da reforma tributária analisa duas PECs (propostas de emenda à Constituição). Os dois textos trazem propostas mais amplas que o texto do governo.

Uma delas é a PEC 45, da Câmara, que funde cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só (o imposto sobre Bens e Serviços, o IBS) e cria um imposto seletivo para produtos específicos como cigarros e bebidas alcoólicas.

A PEC 112, do Senado, é ainda mais abrangente no sentido, além daquelas previstas na PEC 45: IOF, Salário Educação e Cide. Combustíveis (a proposta também cria o imposto seletivo sobre cigarros e outros produtos).

Para conseguir apoio, inclusive da oposição, Ribeiro estuda incluir um dispositivo para que uma lei crie uma cobrança de imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência dos partidos de esquerda, mas só valeria após a aprovação de outro projeto de lei.

A reforma não deve trazer a criação de um imposto nos

modelos da CPMF, como defende Guedes. O projeto defendido por líderes da Câmara estabelece a junção de IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS, e com uma transição mais lenta que o desejado pelo governo.

Esse modelo reúne tributos federais, estaduais (ICMS) e municipais (ISS). O imposto, resultado da fusão, seria chamado IBS (Imposto sobre bens e serviços). Também está em discussão um tratamento di-

ferenciado no IBS para os setores de saúde, educação e transportes.

Até hoje, Guedes enviou apenas a primeira fase da proposta de reforma tributária defendida por ele — a que funde PIS e Cofins na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A proposta do ministro estabelece que a fusão ocorra seis meses após a aprovação da lei. Avaliação é que o governo

já colocou na mesa as sugestões de Guedes, que, mesmo sem formalizar as ideias em projetos ao Congresso, tem repetido o formato de sua reforma tributária há meses. Esse modelo também já foi discutido em reuniões entre a equipe econômica e o relator.

Além da CBS, o governo tem conversado com técnicos do Congresso que tratam da reforma tributária para traçar uma estratégia para as outras

fases do projeto de Guedes.

O Ministério da Economia defende que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) relatada por Aguinaldo traga mudanças alinhadas com o governo: por exemplo, que o IPI seja reformulado de modo a ser uma alíquota única para todos os setores. Hoje, a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Em relação ao Imposto de Renda (IR), o plano da equi-

pe econômica ainda é cortar deduções, como as médicas, pois, segundo o governo, esse mecanismo reforça a desigualdade social no país.

No cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos, a equipe de Guedes defende uma alíquota de 20%. Isso significaria um corte de aproximadamente cinco pontos percentuais no IR cobrado de empresas, que pode chegar a 25%.

Escreva de maneira clara e concisa com o Manual da Redação da Folha de S. Paulo



Chegou a nova edição do "Manual da Redação", obra de referência essencial para jornalistas, publicitários, advogados, estudantes e profissionais de todas as áreas que precisam apresentar **textos claros e bem redigidos**.
Revistos e ampliados por uma equipe de especialistas, os conteúdos sobre as **boas práticas da escrita** e **normas da língua portuguesa** abrangem novos temas e tópicos que ganharam relevância nos meios de comunicação nos últimos anos.

A obra apresenta um **resumo detalhado das regras gramaticais para evitar os erros mais comuns**.

Por que tantos porquês

Verbos difíceis

Guia para usar Bem a Virgula, o crase e o hífen

Erros comuns em tradução



R\$ 79,90
EM 3X SEM JUROS
MENSAL



Venda exclusiva no site: folha.com.br/manualdaredacao

FOLHA100

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: País se despede de Selic a 2% após efeito limitado na dívida **Impacto:** Neutro

A22 SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

folhainvest

País se despede de Selic a 2% após efeito limitado na dívida

Risco fiscal faz despesa cair com menos força do que em ciclo anterior

Fabio Pupo
e **Larissa Garcia**

BRASÍLIA O país começa a se despedir da taxa básica de juros (a Selic) de 2% ao ano após o mínimo histórico gerar um efeito limitado na redução do custo da dívida pública. O principal fator mencionado pelos analistas é a percepção de risco fiscal.

Apesar de contribuir para menores despesas com juros, o corte da Selic no governo de Jair Bolsonaro (sem partido) não gerou um efeito tão forte na dívida como na gestão do então presidente Michel Temer (MDB) —entre maio de 2016 e dezembro de 2018.

A Selic caiu para menos da metade do valor original durante o governo Temer (de 14,25% para 6,5%), enquanto o custo médio da dívida pública federal mostrou retração de 4,39 pontos percentuais (para 9,86% ao ano). Já Bolsonaro viu a Selic cair para menos de um terço do valor original em seu governo (de 6,5% para 2%), mas o custo da dívida caiu apenas 1,57 ponto percentual (para 8,29% ao ano em janeiro).

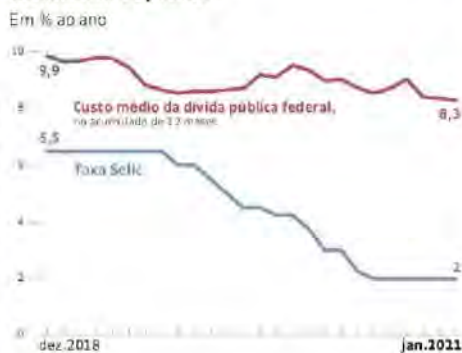
Mesmo que a análise sobre os números de Temer considerasse apenas os dois últimos anos de governo do emedebista (para haver um período igual de comparação), o corte sobre o custo da dívida também seria mais forte. A criação do teto de gastos (em vigor desde o começo de 2017) foi crucial para a queda desde 2016, segundo análises frequentes do Ministério da Economia.

Thomas Sarquis, economista da casa de análises Eleven Financial, afirma que o grande limitador para a redução do custo da dívida tem sido a percepção de risco sobre as contas públicas e a consequente cobrança de taxas elevadas por investidores para emprestar ao país.

“O fiscal é determinante para o mercado falar. Pouco importa a Selic agora, não vou comprar título brasileiro a preço de banana. O investidor reage às mudanças de humor e risco-país”, afirma. “Não adianta forçar uma Selic a uma taxa excessivamente baixa e esperar que isso vá se materializar [proporcionalmente] no custo da dívida”, diz.

Sarquis aponta que a redução da Selic ainda provocou como efeito colateral o encurtamento dos vencimentos da dívida pública, refletindo o

Custo da dívida pública



Fontes: Tesouro e BC

desacoplamento da taxa com as expectativas dos investidores. “Quando o mercado vê um juro incompatível, ele não compra por muito tempo; mas se for por menos tempo, aceita”, diz.

Isso também fez a chamada curva de juros se tornar uma das mais inclinadas do mundo —com juros curtos mais baixos e longos mais elevados. O Tesouro Nacional afirma que está entre os fatores para a elevação da curva de juros a percepção de risco fiscal, impulsionada pela magnitude dos gastos públicos para enfrentar a pandemia e seus efeitos.

Era projetada uma necessidade de R\$ 376,3 bilhões em recursos com financiamento da dívida no início de 2020. Após a chegada da Covid, esse volume saltou para R\$ 623,8 bilhões.

Uma pressão adicional nas taxas foi criada a partir de discussões entre governo e aliados sobre medidas interpretadas pelo mercado como dribles no teto de gastos, além do debate sobre o auxílio emer-

gencial. Também elevaram os juros no último mês incitativas recentes do Executivo que desagradaram o mercado, como a troca de comando na Petrobras e as críticas de Bolsonaro à política de preços da estatal.

Fernando Ribeiro Leite, professor do Insper, diz que o controle das contas públicas é um fator determinante para uma queda mais perene da dívida. “É um número [da Selic] historicamente baixo, então era de se esperar uma queda mais forte. De maneira geral, o custo da dívida vai estar associado com percepção sobre o fiscal”, diz.

Neste ano, as incertezas dos investidores continuam. O CDS (Credit Default Swap, indicador de risco) do Brasil de 5 anos tem tido performance pior que os pares emergentes, principalmente em função das preocupações sobre a trajetória fiscal e o ritmo da agenda de reformas.

Enquanto Peru, Colômbia, México e Chile mostram retração no CDS nas últimas semanas, o Brasil foi na contramão do movimento e viu seu indicador subir de 174 pontos no fim de janeiro para 181 pontos até meados de fevereiro.

Além do risco fiscal, Leite lembra também que o impacto da Selic na dívida é tradicionalmente limitado pela composição dos indexadores.

Os dados de janeiro do Tesouro mostram que 35% do estoque é indexado diretamente à Selic, enquanto outros 26% são indexados a índices de inflação —principalmente o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O indicador su-

biu de 3,75% em dezembro de 2018 para 4,52% ao ano ao fim de 2020, aumentando o custo com os títulos.

Em menor parte, também há uma fatia da dívida atrelada ao IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), indicador que escalou de 7,14% ao fim de 2018 para 23,14% ao ano ao fim de 2020.

Juliana Damasceno, especialista em finanças públicas da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que o Tesouro tem um percentual residual de títulos indexados ao IGP-M, que pararam de ser emitidos em 2006, mas que ainda influenciam no custo.

“No IGP-M temos um efeito muito maior da alta do dólar, especialmente em maquinários [ao produtor]. Considero que seja um repasse indireto ao custo da dívida”, diz.

O percentual restante é sobretudo de papéis prefixados (34%), que têm remuneração estável —não estão diretamente relacionados às variações dos indicadores, embora tenham taxas mais caras ao serem emitidos em momentos de maior risco.

A inflação tende a elevar ainda mais os custos da dívida até a metade do ano, já que a expectativa oficial é que o IPCA chegue à casa de 7% até junho (para depois descer, conforme as expectativas).

Além disso, haverá o próprio aumento da Selic, já é praticamente consenso entre os analistas que a taxa básica vai aumentar em 2021, e não se sabe quando ou se o patamar de 2% será visto novamente.

Parte dos analistas prevê que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central eleve a taxa já na reunião de 17 de março, mas há também apostas de que o aperto começará apenas em maio.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse diversas vezes que voltar para um cenário de juros altos com a dívida no patamar atual custaria caro ao país. A dívida bruta alcançou 89,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em janeiro (em dezembro de 2019, estava em 74,26%). “A dívida nominal muito grande com taxas de juros muito baixas gera risco monetário”, destacou. “O mundo começa a melhorar, os juros sobem e criam um efeito pobreza tão grande que cancela o crescimento antes de ele nascer. Podemos entrar em um círculo vicioso nesse sentido”, afirmou.

Estrangeiros saem da Bolsa após intervenção de Bolsonaro na Petrobras

Júlia Moura

SÃO PAULO A intervenção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na Petrobras impulsionou a saída de R\$ 6,784 bilhões em investimento estrangeiro da Bolsa brasileira em fevereiro, o pior saldo mensal desde julho de 2020, sem considerar as compras de ações em ofertas iniciais (IPOs) e subsequentes de ações (follow-on).

Entre os dias 1º e 18 de fevereiro, antes de Bolsonaro dar o primeiro sinal de que interferiria mudança na estatal, havia uma entrada líquida de R\$ 4,6 bilhões de dinheiro estrangeiro, de acordo com dados da B3.

No dia 22, a segunda-feira após o anúncio de troca no comando da estatal, saíram R\$ 6,85 bilhões, segundo dados da B3 compilados pela XP. No dia 23, foram R\$ 2,35 bilhões a menos. Nos últimos três pregões do mês, a venda de ações desacelerou e o saldo foi negativo em R\$ 2,14 bilhões.

“Se tem uma coisa que gringo não aceita é problemas de governança. A temática de ESG lá fora fica cada vez mais forte”, afirma Romero Oliveira, diretor de renda variável da Valor Investimentos —ESG é a sigla para melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Como levar dinheiro para o exterior

• Corretoras

A abertura de conta pode ser feita pela internet. São exigidos passaporte ou documento de identidade e comprovante de residência. Pode ser pedida cópia do IR.

• Bancos

Para abrir uma conta em bancos tradicionais dos EUA, é recomendado que algum conhecido faça a ponte com o gerente. Em bancos digitais e fintechs, o processo é menos burocrático, mas pode ser necessário comparecer a uma sede física para dar continuidade ao processo. Uma alternativa mais simples é abrir a conta no exterior por um braço de um banco brasileiro.

• Offshores

Para a alta renda, a criação de uma offshore pode ser uma alternativa na redução de custos para quantias acima de US\$ 300 mil (R\$ 1,7 milhão).

A saída de recursos se estende pelos dois primeiros pregões de março, com saldo negativo de R\$ 1,5 bilhão até o dia 2.

No ano, o saldo ainda está positivo em R\$ 15,3 bilhões, em razão dos R\$ 23,5 bilhões de entrada líquida em janeiro, mês em que o início do governo Joe Biden nos Estados Unidos deu um tom positivo aos mercados.

Um reflexo da deterioração da imagem do Brasil aos olhos do investidor estrangeiro foi a piora dos principais indicadores financeiros do país.

Desde a crítica de Bolsonaro ao atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em uma live na noite do dia 18 de fevereiro, o dólar subiu 4,4% ante o real, que teve o terceiro pior desempenho dentre emergentes no período, arrojando apenas dólara turca e do rand sul-africano.

O risco-país, desde então, subiu 23%, indo de 159,7 pontos para 196,5 pontos, maior nível desde novembro de 2020.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias dos países. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país; se ele cai, o mercado é o inverso.

Além da incerteza quanto à agenda liberal do governo, o mercado se preocupa com a piora da pandemia no Brasil e a volta do auxílio emergencial. Apesar do teto para ajuda estabelecido pela PEC Emergencial, contrapartidas imediatas para o novo gasto não foram apresentadas.

Investidores temem o aumento de gastos do governo, pois ele eleva a dívida pública e deteriora a capacidade de o país honrar seus compromissos.

A alta dos juros futuros reflete este temor. O juro para outubro de 2021 foi de 2,95% ao ano para 3,29% desde o dia 18 de fevereiro. O juro para março de 2025 foi de 6,63% para 6,95%.

Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos e a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

Também há um outro fator que impulsiona a saída de recursos do Brasil: a alta nos juros dos títulos do Tesouro americano, o que impulsiona um fluxo de investimentos para os EUA.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** SC**Título:** Licença-maternidade precisa mudar para incentivar mulher no trabalho **Impacto:** NeutroNo auditório vazio da Folha, a editora de Mercado, Alexa Salomão, faz a mediação do webinar virtual. *Reiny Andrade/Folhapress*

Licença-maternidade precisa mudar para incentivar mulher no trabalho

Sem permitir a divisão do tempo entre mães e pais, benefício acaba por reforçar estereótipos

Artur Búrigo

FLORIANÓPOLIS A política que garante no mínimo quatro meses de licença-maternidade às mulheres empregadas no mercado formal, enquanto concede aos homens o afastamento de apenas cinco dias corridos, reforça o estereótipo de que os cuidados com os filhos são responsabilidade das mulheres e pode dificultar a permanência delas no trabalho.

"A licença-maternidade é a razão número 1 das diferenças de trajetória entre homens e mulheres no trabalho. No Brasil, 40% das mulheres estão fora do mercado formal um ano depois de tirarem a licença", afirma a economista Cecília Machado, professora na Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV e colunista da Folha.

ta da Folha.

Ela foi uma das participantes do segundo painel do webinar Mulheres no Mercado de Trabalho, promovido pela Folha, com apoio do INW (Instituto Nelson Wilians), na última quinta-feira (4).

Segundo Machado, o Brasil deveria adotar um modelo de licença familiar ou parental que reconheça o compartilhamento da tarefa de cuidar do filho entre pais e mães ao possibilitar a divisão entre eles do tempo de afastamento do trabalho.

"Precisamos pensar como envolver os gêneros de uma forma mais equitativa e equilibrada nos cuidados com os filhos e isso implica também as políticas públicas", diz. "O setor privado pode inclusive considerar algumas características do setor público, que

consegue reter os profissionais por mais tempo."

Para os servidores públicos federais, a licença-maternidade é de seis meses e a paternidade de 20 dias.

Há ainda no âmbito privado uma modalidade em que empresas participantes de um programa especial do governo oferecem mais dois meses de afastamento para as mães e 20 dias para os pais em troca de desconto tributário. Essa ampliação é facultada ao trabalhador, que pode decidir se aceita ou não.

Um estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) analisou as informações disponíveis de 169 países e constatou que 66 deles tinham em 2013 alguma concessão de licença parental. Os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e

Suécia) são reconhecidos por estarem entre os precursores na adoção dessa política.

Para Isabelle Christina, analista de negócios em diversidade e inclusão na Oracle e jovem transformadora na Ashoka, organização com foco em empreendedores sociais, as mulheres que se tornam mães quando ainda estão dando seus primeiros passos no mercado de trabalho merecem maior atenção das empresas.

"A maior parte das mulheres nesse recorte são negras e de classes sociais mais baixas. As empresas precisam não só incluir essas mães jovens, mas também oferecer benefícios que atendam às suas necessidades", afirma.

Rafa Brites, influenciadora digital e autora do livro "Síndrome da Impostora" (ed. Planeta, 144 págs., R\$ 36,90), con-

ta o relato que recebeu de uma seguidora que explicita a vulnerabilidade de mulheres grávidas que ocupam postos no mercado de trabalho informal.

"Era uma motorista de aplicativo e estava desesperada porque terá o filho em breve e vai perder sua principal fonte de renda. Também recebo muitas mensagens de sobrecarga das mulheres na vida familiar, e isso acontece pelo machismo estrutural e da relação alienada da paternidade no Brasil, onde ainda existe a expressão 'o pai que ajuda'", afirma Brites.

Para a escritora, o que mais afeta as mulheres é a falta de uma estrutura familiar compartilhada para elas poderem investir em suas carreiras.

"As minhas amigas falam que meu marido é ótimo, por-

que dá banho e leva nosso filho para a escola, mas digo pra elas que isso não o torna um bom marido, isso faz dele um pai", diz.

Na Microsoft Brasil, o abandono do emprego pelas mulheres após a licença-maternidade também é considerado um problema a ser enfrentado, de acordo com Alessandra Karine, líder de diversidade e inclusão da empresa.

"Temos uma desigualdade de gênero maior nos cargos de liderança. Para combater isso, oferecemos flexibilidade, trabalho remoto, mesmo antes da pandemia", relata Karine, que aponta outras ações da empresa para reverter esse cenário, como a garantia de equidade salarial entre os que ocupam o mesmo posto e a exigência de ao menos uma mulher entre os finalistas dos processos seletivos.

Uma pesquisa da rede social LinkedIn e da The Female Lead de fevereiro deste ano aponta que praticamente metade (48%) das mulheres afirmam esperar vivenciar um momento em que irão reduzir as expectativas sobre suas carreiras.

Os principais motivos citados por elas são o entendimento de que a sociedade ainda não superou a desigualdade de gênero (37%), o aumento da carga mental causada pela responsabilidade de gerenciar a vida profissional e pessoal (32%) e uma licença-maternidade ou pausa na carreira (21%).

O levantamento entrevistou 2.009 profissionais ativos com idades entre 25 e 55 anos no Brasil.

Para a influenciadora Rafa Brites, a "síndrome da impostora", expressão que dá título ao seu livro, é resultado da falta de representatividade e proporcionalidade das mulheres no mercado de trabalho.

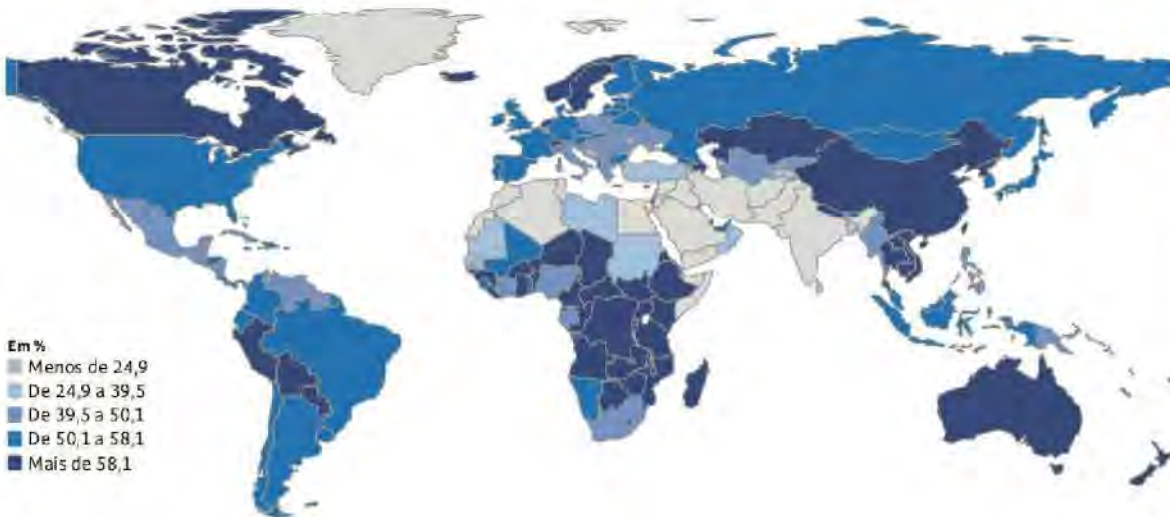
"Para reverter isso, políticas públicas e empresariais são bem-vindas, e uma das principais ferramentas que nós mulheres podemos usar é falar sobre o assunto, inclusive nas entrevistas de trabalho", afirma.

O vídeo com a íntegra dos debates do webinar pode ser acessado em folha.com/mulheresnomercado.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Retomada econômica deve ter ação de incentivo a mulheres **Impacto:** Neutro

Participação feminina no mercado de trabalho (2019)

Proporção da população feminina maior de 15 anos que trabalha ou está procurando emprego



Fonte: Banco Mundial, com base em dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Retomada econômica deve ter ação de incentivo a mulheres

Perspectiva de gênero é importante no pós-pandemia, dizem debatedoras

Mayara Paixão

GUARULHOS Realocar as sete milhões de brasileiras que deixaram o mercado de trabalho desde o início da crise sanitária começa na garantia de vacinação em massa e na retomada do auxílio emergencial com um valor acima do que tem sido cotado.

Ações estatais e empresariais para aumentar vagas voltadas para o público feminino e mudanças culturais, focadas no combate a estereótipos e ao assédio, também são centrais.

A análise foi defendida por especialistas no webinar Mulheres no Mercado de Trabalho, promovido pela Folha na quinta-feira (4), com apoio do Instituto Nelson Wilians (INW). Oriundas de diferentes áreas, as participantes concordaram que a retomada econô-

mica terá que ser focada em uma perspectiva de gênero.

A diretora-executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades e colunista da *Folha*, Cida Bento, enfatizou que o valor de R\$ 250 mensais, que vem sendo cotado para o novo auxílio, é insuficiente. Ela defende o mínimo de R\$ 600.

O valor ajudaria a mitigar as consequências do alto número de mulheres desempregadas. Antes da pandemia, dados do IBGE mostravam que quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, em especial lares chefiados por mulheres negras.

Quanto à vacinação, que permitiria um retorno ao trabalho e às escolas sem o risco do colapso sanitário, a advogada Anne Wilians, presidente do INW, destaca que o se-

tor privado deve agir. "Precisamos chamar mais empresas que ainda não aderiram aos movimentos de cobrança da vacinação", diz.

Ela destaca a importância de políticas de médio e curto prazo. "Ações governamentais e empresariais, além de mudanças culturais internas, que eliminem os estereótipos que sobrecarregam as mulheres, são fundamentais."

A economista Solange Gonçalves, professora adjunta da Unifesp, explica que parte considerável da queda na taxa de participação feminina no mercado se deve à sobrecarga de trabalho. Destaca, porém, que o fator afetou as mulheres de formas diferentes.

Levantamento do IBGE divulgado na quarta-feira (4) revelou que mães com filhos de até três anos participam menos do mercado de trabalho,

índice que muda a depender da raça. Enquanto o nível de ocupação de mulheres pretas ou pardas nessa situação foi de 49,7% em 2019, entre brancas era de 62,6%.

"Taxas como a de desemprego, inatividade, rotatividade e informalidade já eram disparates entre homens e mulheres. Isso tende a ser fortalecido na pandemia", explica.

As debatedoras acrescentam que mulheres sentiram mais os efeitos da crise por estarem muito presentes em áreas classificadas como trabalho doméstico remunerado, setor de beleza e serviços.

Entre os mais de seis milhões de trabalhadores domésticos que o Brasil tinha em 2018, por exemplo, 92% eram mulheres — em sua maioria negras —, segundo dados do IBGE. Somente entre maio e agosto de 2020, a área perdeu

1,4 milhão de postos de trabalho em decorrência da crise.

Parte do cenário também se deve a dinâmicas intrafamiliares. "O poder de barganha das mulheres dentro dos domicílios é desigual. Muitas vezes é ela quem opta por ficar de fora do mercado", diz a professora da Unifesp.

A procuradora regional do trabalho Adriane Reis de Araujo, que está à frente da Coordenação Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, menciona a Convenção 156, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual todos os setores da atividade econômica devem prezar por condições de igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres que tenham responsabilidades familiares, como filhos dependentes. O Brasil não é signatário da norma.

A procuradora do MPT reforça a importância da promoção da saúde física e mental da mulher. "É preciso encontrar fórmulas que permitam a manutenção da renda e do emprego e a retomada econômica sem prejuízo à saúde e aos direitos das trabalhadoras e das empresas."

As debatedoras frisam que é preciso pensar o campo da informalidade, também afetado pela pandemia. Levantamento do Sebrae divulgado pela *Folha* mostrou que a crise interrompeu um ciclo de crescimento de quatro anos contínuos da participação feminina no empreendedorismo brasileiro.

Mesmo antes desse cenário, mulheres empreendedoras já enfrentavam mais dificuldades que os homens para acessar crédito.

Solange Gonçalves diz, porém, que é preciso pensar as motivações que levam as mulheres a empreender. "Sabemos que a impossibilidade de realocação para uma vaga formal de trabalho, com carteira assinada e benefícios, é o que leva parte das mulheres a se tornarem 'de conta própria'."

O webinar, mediado pela editora Alexa Salomão, pode ser visto em folha.com/mulheresnomercado.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** SP - **Imagem:** 1/2
Título: Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021 A19

mercado

Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado

Especialistas esperam alta de calotes em março; bancos já expandiram provisões em 52,9%

Isabela Bolzani

SÃO PAULO A redução do auxílio emergencial e o alto nível de desemprego no país devem levar a um aumento do número de calotes de pessoas físicas neste ano, afirmam executivos de bancos e birôs de crédito.

Os grandes bancos de capital aberto (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) já reservaram mais de R\$ 53 bilhões em provisões em 2020, um aumento de 52,9% em relação ao observado no ano anterior, como forma de se preparar diante desse cenário.

"Já existem sinais de alta da inadimplência. Um aumento [de atrasos] de 15 a 90 dias vai começar a impactar o índice nos próximos trimestres. Mas temos uma visão tranquila quanto a esse aumento porque ele já estava nos nossos radares", afirmou o presidente do Bradesco, Octávio de Lazzari, em entrevista a jornalistas em fevereiro para comentar os resultados do banco.

"Ainda é difícil de projetar, há um grau de incerteza muito alto. Mas acredito que o pico da inadimplência se dará no quarto trimestre deste ano ou nos primeiros três meses de 2021. Ainda assim, acontecerá em patamares muito menores do que já vimos no passado", afirmou o atual presidente do Itaú Unibanco, Milton Malhby Filho, também em teleconferência de resultados.

Segundo o economista da Boa Vista, Flávio Calife, a expectativa é que os primeiros sinais de um aumento dos calotes sejam sentidos entre março, abril e maio, momento em que o fim do auxílio emergencial do ano passado começará a pesar no orçamento familiar.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) declarou que o benefício deve ser retomado, mas com valores menores (entre R\$ 150 e R\$ 350). A princípio, a promessa era de que eles voltassem em março, mas atraso na aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, aprovada no Senado na semana passada, deve levar a uma revisão do cronograma.

A demora de três meses entre o fim dos pagamentos do auxílio emergencial, em dezembro, e o começo da alta nos calotes acontece porque a dívida só é considerada inadimplente depois de 90 dias. Antes desse prazo, os credores consideram o débito como amassado e tentam, por conta própria ou pela contratação de terceiros, reaver o pagamento via cobrança.

"Talvez já no final de março começaremos a sentir um aumento de dívidas não pagas por parte dos consumidores. Muita gente aproveitou para consumir bens duráveis de maneira parcelada, usando o auxílio para pagar. Agora, além da extinção do benefício que já deixa a renda mais baixa, essa conta também começa a pesar no orçamento", afirmou Calife.

Já em dezembro, dados de

entidades que representam montadoras e distribuidoras de veículos apontaram que o benefício fez diferença na venda de carros, motos e caminhões em 2020, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

"A fragilidade financeira de

corrente do fim do auxílio emergencial e da renda menor já chegou para os consumidores de baixa renda. Esses atrasos podem começar a expandir a depender de como a vacinação e o fluxo de renda se darão nos próximos meses", afirmou o economista

chefe da Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), Nicola Tingas.

O momento ainda conta com as contas características de início de ano — como IPTU (Imposto Predial e Territorial e Urbana) e IPVA (Impos-

sobre a Propriedade de Veículos Automotores) — e com um alto índice de desemprego no país.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que o desemprego alcançou 13,4 milhões de pessoas consideran-

do todo o ano de 2020.

O movimento, somado a um cenário de taxa básica de juros maior, pode aumentar os spreads bancários (diferença entre a taxa de captação e de empréstimos) e elevar o custo do crédito na ponta, para pessoas físicas e jurídicas.

"A possibilidade de um aumento de calotes existe, mas não necessariamente diz respeito a uma inadimplência repentina. Houve renegociações e postergações de crédito ao longo de 2020 e tudo isso se encobriu em uma nova esteira de pagamento", afirmou o presidente do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), Roque Pellizzaro Junior.

Continua na pág. A20

GUIA DE FUNDOS FGV
MELHOR GESTOR ALTA RENDA
2020

Safra. O Melhor Gestor Alta Renda 2020 no ranking Guia de Fundos FGV.

São 25 fundos premiados no ranking mais tradicional do mercado.

Quem sabe, Safra.

Abra sua conta pelo app.

Conheça os fundos premiados do Safra.

Safra

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** SP - **Imagem:** 2/2
Título: Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado

Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado

Continuação da pág. A19

No início da pandemia, os bancos prorrogaram o prazo de pagamento de dívidas de empresas e pessoas físicas. A ação, junto a medidas como o auxílio e o lançamento de créditos com garantia do Tesouro, melhorou a condição de pagamento de devedores, impedindo uma explosão de novos atrasos e levando a inadimplência para níveis historicamente baixos.

O último relatório de crédito do Banco Central, divulgado no final de fevereiro, apontou que o índice de calotes total do sistema financeiro ficou em 2,1% em janeiro — 0,8 ponto percentual menor do que o registrado em igual mês de 2020 e o menor patamar da série histórica.

O mesmo acontece nos ní-

veis de inadimplência para pessoas físicas e jurídicas, que ficaram em 2,9% e 1,2% em janeiro, respectivamente, também os menores níveis da história para a categoria.

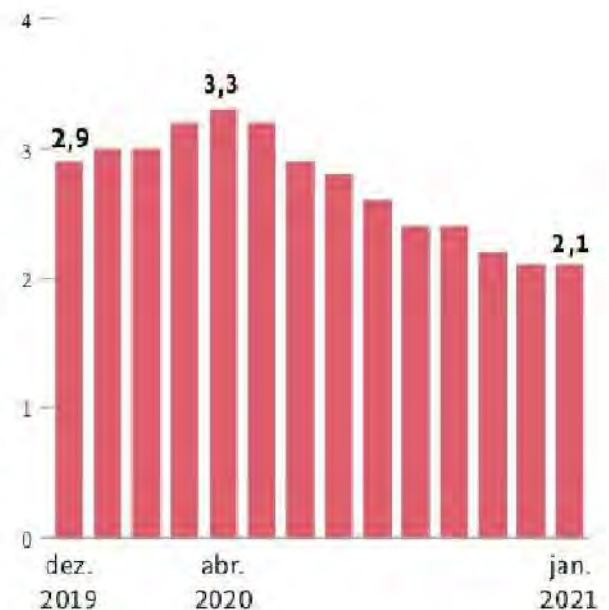
A inadimplência das empresas, por sua vez, tende a ficar mais para frente, uma vez que os créditos tomados ao longo de 2020 tinham período de carência.

Assim, para pessoas jurídicas, a expectativa dos especialistas é que o efeito nas pessoas jurídicas comece a ser sentido no final de 2021 e início de 2022.

O estoque total de crédito no Brasil, segundo o BC, ficou estável em janeiro na comparação com dezembro, em R\$ 4,020 trilhões, equivalente a 54,1% do PIB (Produto Interno Bruto).

Medidas emergenciais do governo impediram explosão de inadimplência em 2020

Índice de inadimplência total do sistema financeiro, em %



Fonte: Banco Central

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Empreendedora no Brasil encara crise, machismo e dupla jornada **Impacto:** Neutro

Empreendedora no Brasil encara crise, machismo e dupla jornada

Para debatedoras da série Diálogos Transformadores, pandemia testa a habilidade de reinvenção feminina

Mujara Paixão

SÃO PAULO Tirar leite de pedra. É assim que empreendedoras e cientistas cuidadas durante debate da série Diálogos Transformadores, promovido pela Folha e pelo British Council na terça-feira (4), descrevem o empreendedorismo feminino no Brasil.

Com dificuldades e sem razão de fatores como a dupla jornada de trabalho e o machismo, o público feminino busca empreender muitas vezes, por uma questão de sobrevivência. Na pandemia, que levou uma massa de mulheres para fora do mercado formal de trabalho, isso ficou mais evidente.

"Entendo que a criatividade feminina surge de um lugar de vulnerabilidade, não só é emocional, mas também social", diz Herta, fundadora da DIVER.SSA, uma iniciativa voltada para o fomento do empreendedorismo feminino nas regiões Norte e Nordeste. "Para a consultora, é possível observar, em especial em territórios mais marginalizados, que a criatividade das mulheres para empreender nasce em grande parte, da busca por soluções para problemas concretos do dia a dia.

Ainda que essa "potência criativa" esteja presente, as debatedoras elencam uma série de entraves. Segundo o Sebrae, mulheres estão à frente de pelo menos 9% de novos empreendimentos no país, mas, em comparação aos homens, captam menos recursos para seus negócios. Ana Fontes, presidente do Instituto Rede Mulher Empreendedor e professora de Insuper, diz que, além da capacitação e do acesso à informação didática, só é possível fortalecer o ecossistema do empreendedorismo feminino se houver recursos e mercado disponíveis.

A crise sanitária que se prolonga desde março de 2020 afetou a empreendedora brasileira em especial pelo seu perfil, que está mais voltado para as chamadas áreas de conforto como moda, beleza, estética e alimentação fora de casa, setores atingidos em cheio na pandemia, diz Fontes.

Por outro lado, o período também acelerou uma inovação necessária que, mais cedo ou mais tarde, daria as caras: a necessidade de se adaptar ao digital. A britânica Jiselle Steele, assessora de gênero, igualdade e empreendedorismo social, diz observar um perfil de rápida adaptabilidade das mulheres, tanto no Brasil como no Reino Unido. Segundo ela, as empreendedoras usam a necessidade de trabalhar de casa — ajuda que com o sobressano do trabalho doméstico não remunerado — como um catalisador para acelerar suas estratégias de negócios.

A própria responsabilidade de cuidar dos familiares, ainda que uma marca de desigualdade, foi o impulso para que elas buscassem novas soluções para reequilibrar seus projetos, afirma. Ao lado da criatividade e da capacidade de reinvenção feminina, as debatedoras destacam o papel que o uso da tecnologia tem tido para gerar impacto social em regiões de crise sanitária e econômica.

Além de ter sido usada para potencializar empreendimentos, ela também ajudou a mitigar problemas sociais e tornar as informações mais transparentes.

Um exemplo foi o aplicativo Alerta Indígena Covid-19, criado em setembro do último ano para monitorar as mortes pelo novo coronavírus entre os povos da floresta.

O projeto, de autoria da Coi ab (coordenação das organizações indígenas da Amazônia) e do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), foi criado para "ativar, em partes, um momento doloroso para a população indígena", diz Ane Alcencar, diretora de ciência do Ipam.

Para a cientista, "a tecnologia propicia a democratização do conhecimento" não só para as mulheres, mas para negros e indígenas. Em um período marcado também pelo agravamento da crise ambiental, ela lembra que a ferramenta ajuda indígenas a acessarem conhecimento científico sobre mudanças climáticas. Assim, podem conectar-se aos saberes empíricos que já têm.

Um desafio que ainda pesa no campo da tecnologia, porém, é a baixa participação feminina. Nina da Hora, cientista da computação e colunista da revista MIT Technology Review, diz observar, em especial, um estigma com mulheres no mercado de TI (tecnologia da informação).

"Parece que, para a sociedade, quando uma mulher tem filhos ela perde a capacidade de gerenciar sua vida no mercado de trabalho. Vários casos em que mulheres foram afastadas da conquista de postos de tomada de decisão na tecnologia somente porque engravidaram."

Junto com iniciativas que provenham da sociedade civil, as participantes destacam que o Estado não pode se ausentar. "Se conseguirmos empurrar políticas públicas inclusivas para mulheres, sobrevivemos à crise econômica com mais rapidez", diz Ana Fontes, da Rede Mulher Empreendedora, projeto de capilarização nacional.

Colaborações internacionais também são bem-vindas nesse sentido. O British Council, organização do Reino Unido com foco em relações culturais, tem investido em dois programas que fortalecem o empreendedorismo feminino. O Dice (Developing Inclusive and Creative Economies) apela o desenvolvimento de economia criativa e negócios de impacto social em seis países, entre eles o Brasil. Já o programa Women in Science (mulheres na ciência, em português) apoia a diversidade de gênero em instituições científicas.

"Nossos focos com essas iniciativas são a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, duas ferramentas essenciais para que a gente possa superar as barreiras sociais relacionadas à participação e à liderança feminina", aponta o diretor do British Council Brasil, Andrew Newton, responsável pela fala de abertura do encontro.

O webinar foi mediado pela jornalista Fabiane Trindade, editora do prêmio Empreendedor Social. O vídeo está em folha.com/impactosocial.



Nós, que somos da sociedade civil, devemos buscar fazer acontecer. Mas a gente também precisa de políticas públicas que apoiem as mulheres

Ana Fontes presidente do Instituto Rede Mulher Empreendedor



Quando comecê a trabalhar com imagens de satélite e ciência do fogo, há 25 anos, dava para contar nos dedos de uma mão as mulheres na área. Hoje elas estão ganhando mais espaço

Ane Alcencar diretora do Ipam



A lição da pandemia para o empreendedorismo é a importância desse lugar de conexão, de empatia e de pensarmos em saídas juntas

Herta funda do DIVER.SSA, que fomenta o empreendedorismo feminino no Norte e Nordeste



Devemos pensar a tecnologia como ferramenta para aumentar o bem comum. Ela poderia criar mais oportunidades para mulheres e gerar novas conexões além do Brasil

Jiselle Steele assessora de gênero, igualdade e empreendedorismo social



Já nas escolas as meninas não são postas nas tomadas de decisão de trabalhos. Isso vai mudando com o que entendemos com a sociedade e tira a nossa liberdade de escolha

Nina da Hora criadora do Computação da Hora e do podcast Ogunho

Pandemia barra índice crescente de mulheres entre donos de negócios

Marília Miraglia

SÃO PAULO Um levantamento do Sebrae divulgado na última semana mostra que a pandemia de coronavírus interrompeu um ciclo de crescimento de quatro anos contínuos da participação feminina no empreendedorismo brasileiro.

Ao terceiro trimestre do ano passado, a proporção de mulheres entre donos de negócios caiu quase um ponto percentual em comparação com o mesmo período de 2019 — chegando a 33,6% dos cerca de 25,6 milhões de empreendedores no país.

Em números absolutos, a queda representa um retorno a patamares abaixo dos vistos em 2017, com a perda de 1,3 milhão de mulheres à frente de um negócio. O estudo mostra que todos foram muito afetados pela crise da Covid-19, mas as mulheres foram mais, afirma Renata Malheiros, analista de relacionamento com o cliente e coordenadora do projeto Sebrae Delas.

Para a especialista, entre as razões que explicam essa ruptura está o "desequilíbrio na divisão das tarefas domésticas, problema que, além de empregar mulheres, também afetou mulheres no ambiente acadêmico e nas empresas privadas no ano passado. "Durante uma crise, você precisa se dedicar mais horas à inovação. Mas como vou fazer isso se estou cuidando de três filhos em aulas virtuais?"

A situação que estamos vendo é um reflexo da divisão de papéis. Isso, quando não estamos falando de mães solo. A pandemia é a mesma tempestade para todos, mas nem todos estão no mesmo barco", afirma.

Para a especialista, o tempo gasto com atividades de cuidado também se reflete em outro dado do mesmo levantamento do Sebrae: quando comparadas aos homens, as empreendedoras trabalham menos horas por semana em seus negócios — 50% delas são mães — e 40 horas semanais.

Apesar de ser agnuda com a pandemia, essa disparidade já era anterior. As mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens em 2019, de acordo com dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Quando se fala em nível de empoderamento, existe uma diferença entre homens e mulheres no faixa dos 25 a 49 anos com crianças de até três anos em casa. Para elas, a taxa é de 54,6% e para eles, de 89,2% — entre mulheres pretas ou pardas, o índice cai para 49,7%. Os números constam no levantamento Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, divulgado na última quinta (4) pelo Instituto.

A pandemia escancarou fragilidades que já existiam e estruturalmente a algumas dessas dificuldades se acumulam de acordo com vulnerabilidades históricas, como é o caso de mulheres negras, indígenas e mães, diz Tanya Leite, gerente do Ganha-Ganha Brasil, programa para estimular a equidade de gênero nos negócios realizados pela ONU Mulheres em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a União Europeia.

Uma dessas fragilidades é o estereótipo de gênero estabelecido em torno dos cuidados, diz Leite. "A feminização do cuidado é atribuir essa responsabilidade à mulher. Precisamos mostrar que o cuidado é uma responsabilidade coletiva, não há nada inerente a gênero feminino ligada a ela. É um passo que parece simples, mas não é".

Outro fator que indica como as empreendedoras foram afetadas pela pandemia é a área de negócios em que elas atuam: segundo o estudo do Sebrae, mulheres estão mais presentes no setor de serviços (50%, contra 34% dos homens), bastante impactado pela crise.

Ao abrir negócios, muitas empreendedoras optam por um segmento em que já têm uma habilidade desenvolvida, diz Regina Madalozzo, coordenadora do Núcleo de Mulheres e Território do Insuper. "No mercado de trabalho ou no empreendedorismo, elas vão se sentir preparadas quando têm um completo domínio do que estão fazendo. É seguro ficar em tarefas de cuidado", diz a especialista.

Além de ter tido mais instrução (maior porcentagem de ensino superior, comparado aos homens) e faixa dos 64 anos, segundo o IBGE, as mulheres não procuram áreas de estudo como matemática, e isso impacta a sua relação com a tecnologia, diz Dani Junco, fundadora da Bammy, empresa que capacita e conecta mães ao ecossistema de inovação e tecnologia.

Já em 2019, mulheres correspondiam a apenas 13,3% das matrículas nos cursos presenciais de graduação na área de computação e tecnologias da informação, contra 88,3% na área de bem-estar (que inclui cursos como serviço social), segundo levantamento organizado pelo IBGE.

Quando iniciam capacitações relacionadas ao tema de tecnologia na Bammy, muitas mulheres se questionam por que nunca tiveram coragem de atuar nesse setor, diz Junco. "Elas imaginam que é uma coisa de outro mundo. Mas, quando começam a trabalhar com isso, pensam 'tá, como não mudei de área antes?'. Tem muita vaga e direções para quem quer trabalhar nesse setor".

Com o conjunto de dificuldades enfrentadas no dia a dia, mulheres parecem ter sido afetadas de forma psicologicamente diferente do que homens com os impactos da pandemia, de acordo com dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Rede Mulher Empreendedorista feita com 1.555 empreendedoras entre setembro e outubro do ano passado.

Segundo o documento, as palavras mais citadas pelas mulheres sobre como se sentem nos últimos meses foram: ansiosa (66%), confiante (6%), cansada (52%) — para os homens, em contraposição, as palavras foram: confiante (65%), ansioso (58%) e tranquilo (59%).

Apesar desse cenário, as mulheres foram capazes de buscar inovações para manter seus negócios, afirma Ana Fontes, fundadora da Rede Mulher Empreendedorista.

"Cerca de 46% das empreendedoras têm no negócio a sua principal fonte de renda, então inovar não é uma questão de estratégias, mas uma questão de sobrevivência", afirma. "Elas aplicaram medidas práticas, como reduzir despesas, reorganizar as contas, postergar dívidas, mas também procuraram o caminho de capacitação, principalmente de que respeito a transformação digital". Além da capacitação, as redes de troca entre empreendedoras vêm se consolidando como alternativa para aquelas que estão em busca de apoio ou soluções para o negócio. "As redes ajudam a encurtar distâncias, mas também são espaços fundamentais de troca. Culpa materna é uma das questões que as empreendedoras mais trazem a nós. E isso impacta toda a gestão da empresa", diz Renata Malheiros, do Sebrae.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Serviços agonizam **Impacto:** Neutro

Continuu de 1

Sem socorro, setor de serviços teme quebra-deira

Sem nova rodada de ajuda do governo, empresas fecham as portas e demitem

GLAUCIE CAVALCANTI E RAPHAELA RIBAS
remia@oglobo.com.br

A falta de ação do governo federal no combate à pandemia está levando empresas a reviverem o pesadelo de março de 2020. Com reservas financeiras exauridas e caixa à mingua, principalmente no setor de serviços — que responde por 70% do PIB do país — companhias e especialistas afirmam que, sem o retorno de medidas de socorro, haverá disparada no desemprego e no fechamento de negócios.



Movimento fraco. Atrás de clientes, Jacqueline montou loja num trailer no Grajaú, no Rio, depois de deixar de vender roupas numa feira na Tijuca

Izabel Serra, de 54 anos, teve de fechar seu restaurante Canto D’Alice, no bairro de Laranjeiras, após 27 anos. Ela tentou vender refeições usando um aplicativo de entrega, mas o faturamento era muito baixo. Sem conseguir crédito e com pouca caixa para manter sua equipe depois da suspensão da medida que permitia reduzir salário e jornada e suspender salários de funcionários, optou por demitir parte deles no ano passado.

— De todas as crises, esta foi a pior. Não tem banco, não tem ajuda, não tem empréstimo, os preços subiram e não tem como repassar ao cliente. O proprietário (do imóvel) chegou a oferecer aluguel gratuito até o fim do ano, mas não vale a pena. Estamos abandonados— lamenta a empresária que está vendendo móveis e equipamentos do restaurante para pagar as rescisões.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Serviços agonizam

Como a retomada que se desenhava no último semestre foi revertida pelo reendurecimento da pandemia, com a iminência de um novo lockdown, as empresas pedem principalmente o retorno do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), a prorrogação do prazo para pagamento de empréstimos concedidos via Pronampe (linha de crédito com juros menores criada na crise) e parcelamento de tributos. O Ministério da Economia trabalha para retomar medidas, ainda sem previsão de quando serão implementadas.

— A recuperação em “V” foi abortada pela segunda onda (de casos). Seria necessário ter nova rodada de estímulos porque o coberto está curto e vai faltar pano. Mas eles não virão na mesma proporção. As consequências já são visíveis: a inadimplência está subindo — alerta Luiz Rabi, economis-

ta da Serasa Experian.

CORTE DE 1 MILHÃO DE VAGAS

A lentidão do governo em trazer de volta as medidas de 2020, avaliam os especialistas, infla o dano à economia do Brasil. Desde o início da pandemia, 300 mil bares e restaurantes fecharam, com corte de um milhão de postos de trabalho. Quase 80% das empresas desse segmento dizem que vão encerrar operações se não houver reedição do BEm, mostra pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

— Agora, os empresários estão enfrentando o vencimento dos empréstimos do Pronampe e sem caixa. Em fevereiro, um em cada cinco empresários estava com a dívida atrasada — frisa Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

Na sexta-feira, a entidade conseguiu liminar na Justiça para reduzir a restrição de horário a operações de bares e restaurantes decretada pela Prefeitura do Rio na véspera. Mas a liminar foi cassada. Empresários pedem contrapartidas, como suspensão de corte de luz e proibição de despejo por atraso de aluguel.

O Centro do Rio é a microrregião que enfrenta a situação mais delicada, pois muitos funcionários de escritórios estão em home office. Os donos do DarkCoffee, que fica perto do Boulevard Olímpico, chegaram a suspender o contrato de funcionários, mas agora não sabem como farão para pagar os salários:

— Na hora foi uma boa medida, mas como tenho que manter os funcionários pelo mesmo período da suspensão e o movimento não voltou ao normal,

está pesando no bolso. A situação já está batendo no pescoço, a gente consegue segurar uns seis meses nesse ritmo — conta o gerente João Barreto.

Rubens Massa, professor do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV, destaca que o governo tarda em anunciar socorro:

— Nas pequenas empresas, é morte por inanição. Não têm mais de onde tomar recurso e já queimaram reservas. O efeito se multiplica porque cada dívida não paga é um fornecedor que deixa de receber.

75 MIL LOJAS FECHADAS

No varejo, a situação se repete. Em 2020, 75 mil lojas encerraram suas atividades no país. No Rio, nem mesmo as vendas de fim de ano ou crédito salvaram as lojas e, em janeiro, houve

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: Serviços agonizam

queda de 15%, ante igual mês de 2020, de acordo com o CDLRio e o Sindicato-IasRio.

Jaqueline Karina Bispo dos Santos, de 35 anos, e o marido vendiam roupas numa feira na Tijuca, fonte de renda da família. Com queda no movimento, ela ficou cinco meses parada, te vede negociar dívidas coma organização da feira. Neste ano, atrás de clientes, montou um loja num trailer que tem no Grajaú.

— Tive que pegar empréstimo e adquirir dois cartões de crédito para fazer o giro porque não tinha caixa. Com a vacina, a expectativa era que melhorasse, mas olha como está....

Para Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio, é preciso socorrer as empresas, com atenção para serviços:

—Este ano, a indústria vai se voltar para a exportação, enquanto o comércio pode se agarrar à venda on-line. Mas, e os serviços?

Na hotelaria carioca, a ocupação caiu à metade no verão, para 40%, diz Alfredo Lopes, à frente da Associação de Hotéis do Estado do Rio. Ele ressalta que os hotéis já usaram todos os recursos.

Eduardo Seixas, diretor de reestruturação de empresas da Alvarez & Marsal, pontua que há grandes empresas que saíram fortalecidas da crise. E, no todo, a ajuda do governo em 2020 jogou para frente a explosão de pedidos de recuperação judicial:

—Esse movimento deve vir neste ano. Estimamos aumento de 53% nos pedidos de recuperação judicial. Mesmo empresas que resolveram entraves vão



Ponto final. Izabel fechou seu restaurante após 27 anos e está vendendo móveis e equipamentos para pagar a rescisão de funcionários

mover na praia diante do agravamento da pandemia, a depender do que será anunciado pelo governo federal.

À ESPERA DA VACINA

A consultoria prevê que o número de pedidos de recuperação suba a 1.800, voltando à alta histórica de 2015 e 2016.

— Dependemos da aprovação da PEC Emergencial e, claro, da vacina — diz Silas Santiago, gerente de Políticas Públicas do Sebrae.

A PEC, que destrava o pagamento do auxílio emergencial, foi aprovada no Senado e deve ser votada na Câmara nesta semana.

Santiago sublinha que cresce o nascimento de empresas, apontando o empreendedorismo por necessidade. Em 2020, houve alta recorde de 16,27% em novos registros de microempreendedor individual (MEI), ou 2,965 milhões. Em janeiro, a alta foi de 21%,

com 312 mil novos MEIs, contra igual mês do ano passado. Em fevereiro, subiu mais de 30%, com 276 mil.



Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
05/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	RN inicia conversas para novas relações comerciais com o Reino Unido	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		DF	Faltam componentes para um terço das montadoras em operação no País	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		DF	Piora da pandemia faz corretoras indicarem ações mais 'defensivas'	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		DF	Legislativo, MP e Judiciário 'escapam' do ajuste da PEC	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		DF	Parlamentares inflam valor de emendas	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Episódio Petrobrás deu um susto grande nos investidores'	Neutro	Entrevista		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		DF	Empresas apostam em frota menos poluente	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Estadão	Jornal		RJ	CVM confirma processo para investigar suposto 'insider trading' da Petrobrás	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
06/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo deve permitir adiar por 4 meses recolhimento do FGTS	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Novas restrições devem aumentar desemprego e falência, dizem setores	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	'Se fizermos muita besteira, o dólar vai a R\$ 5', disse Guedes há um ano; hoje, moeda vale R\$ 5,68	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Entidades criticam decreto estadual anunciado nessa sexta (05)	Positivo	Matéria		A			
06/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Novas restrições valem até o próximo dia 17 de março	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Sem seguir toque de recolher, Natal decreta novos horários para o comércio	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Movimentação portuária do RN cai 18,78% em 2020	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Porto de Natal tem queda de 8,8% nas	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					cargas movimentadas							
06/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Conta de luz deve subir no ano 15,5%	Neutro	Matéria		A			
06/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Auxílio pode ficar para abril se votação atrasar	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Estadão	Jornal		DF	Com auxílio, consumo de alimentos por mais pobres cresce 8% em 2020	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Estadão	Jornal		DF	PicPay escolhe a Nasdaq para a sua oferta de ações	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Estadão	Jornal		DF	Governo barra novo cadastro para auxílio	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Estadão	Jornal		DF	Meta ambiental vira parte do salário	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Estadão	Jornal		DF	Na pandemia, renda e saúde mental são mais afetadas	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estaduais	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Pandemia acelera ecommerce, mas não destrói lojas físicas	Neutro	Entrevista		A			

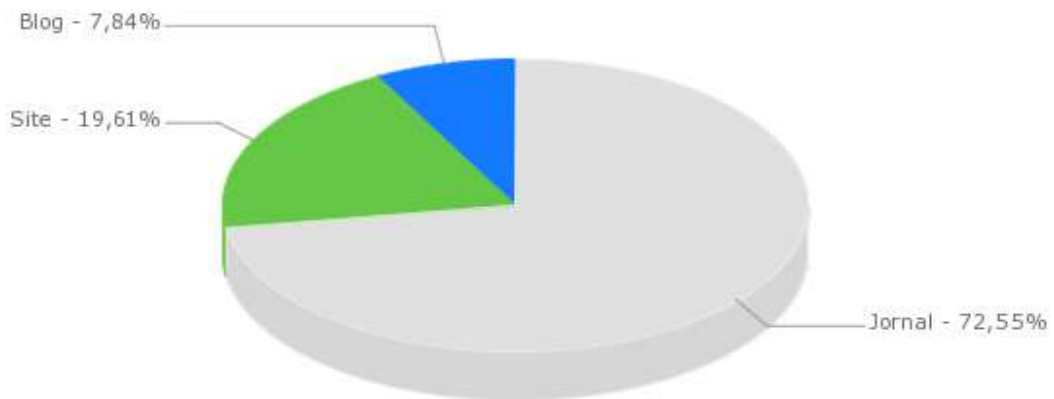
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
07/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Mulher vira o jogo e já ganha mais que homem	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Com inflação das carnes e queda na renda, ovo ganha status de prato principal na pandemia	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Dona da Positivo avança no setor de ensino	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Precarização	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Serviços concentram maior número de empresárias	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Mulheres comandam 32% dos negócios no Rio Grande do Norte	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Uso de gás natural sobe 13% no Rio Grande do Norte	Neutro	Matéria		A			
07/03/21	Blog do Heitor Gregório	Blog	Natal	RN	Fecomércio entende que os Municípios devem disciplinar horários de funcionamento do comércio e não os Estados	Positivo	Nota		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
07/03/21	Grande Ponto	Site	Natal	RN	Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços	Positivo	Matéria		B			
07/03/21	Blog do BG	Blog		RN	Fecomércio RN afirma que é competência de municípios disciplinar horários de funcionamento de comércio, serviços e turismo	Neutro	Matéria		B			
07/03/21	Blog Thaisa Galvão	Blog			Fecomércio lembra que competência para definir horários é dos municípios	Neutro	Matéria		B			
07/03/21	Blog Robson Pires	Blog		RN	Em nota, Fecomércio (RN) repudia ações arbitrárias	Positivo	Nota		B			
08/03/21	Estadão	Jornal		DF	Executivos miram cursos de programação para liderar equipes e dar 'up' na carreira	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Estadão	Jornal		DF	Bom momento da pecuária sustenta venda de insumos	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Estadão	Jornal		DF	Negócios se unem sob a ótica feminina	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
08/03/21	Estadão	Jornal		DF	Certificado busca incentivar mulheres em conselhos	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Estadão	Jornal		DF	Mulheres no conselho: algo raro na Bolsa	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Diversidade na liderança traz inteligência coletiva'	Neutro	Entrevista		A			
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Falta de pagamento de contas de água e luz bate recorde em dezembro, diz Serasa	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Avanço da reforma tributária sofre atrasos	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	País se despede de Selic a 2% após efeito limitado na dívida	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SC	Licença-maternidade precisa mudar para incentivar mulher no trabalho	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Retomada econômica deve ter ação de incentivo a mulheres	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Inadimplência deve aumentar com auxílio menor	Neutro	Matéria		A			

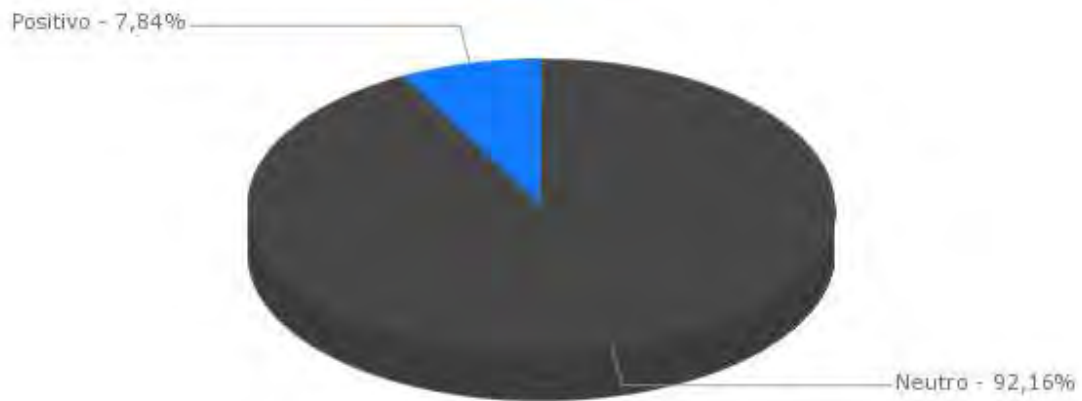
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					e desemprego elevado							
08/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Empreendedor no Brasil encara crise, machismo e dupla jornada	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Serviços agonizam	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 51												

Clippings por Tipo de Mídia



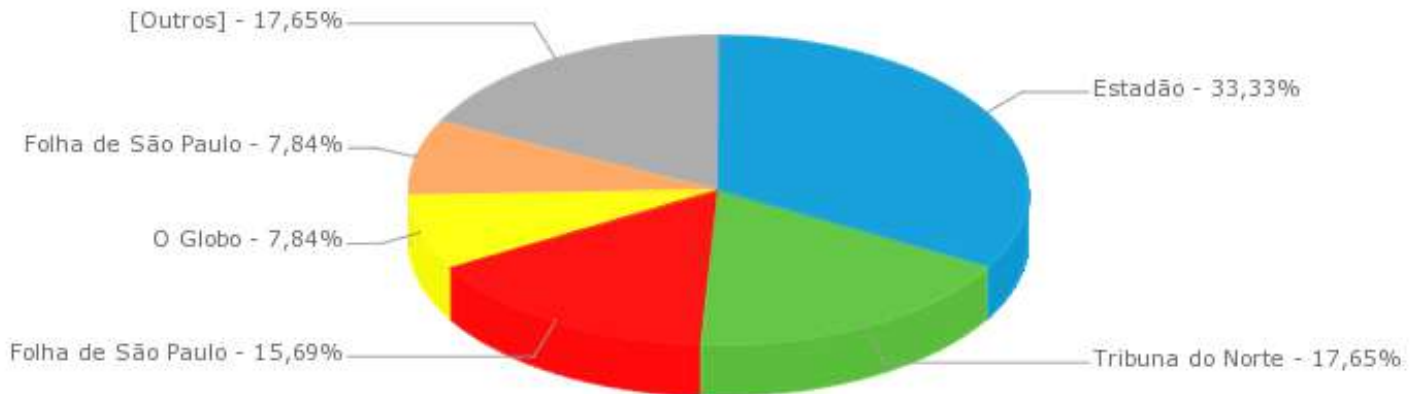
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	37	72,55 %
Site	10	19,61 %
Blog	4	7,84 %
		Total: 51

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	47	92,16 %
Positivo	4	7,84 %
		Total: 51

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	17	33,33 %
Tribuna do Norte	Site	9	17,65 %
Folha de São Paulo	Jornal	8	15,69 %
O Globo	Jornal	4	7,84 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	7,84 %
O Globo	Jornal	1	1,96 %
Blog do BG	Blog	1	1,96 %
Blog Thaisa Galvão	Blog	1	1,96 %
Blog do Heitor Gregório	Blog	1	1,96 %
Grande Ponto	Site	1	1,96 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	1,96 %
Estadão	Jornal	1	1,96 %
Blog Robson Pires	Blog	1	1,96 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	1,96 %
			Total: 51